ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO EM FOCO

práticas, desafios e possibilidades na educação básica

Isabelle Emily Ferreira de Souza Tavares
Maria do Socorro Vieira
(Organizadoras)

editora FAMEN

Isabelle Emily Ferreira de Souza Tavares
Maria do Socorro Vieira
(Organizadoras)

ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO EM FOCO

práticas, desafios e possibilidades na educação básica

editora FAMEN

Copyright © 2026 TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIOGRANDENSE – FAMEN. De acordo com a Lei n. 9.610, de 19/2/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informações ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do detentor dos direitos autorais. O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

DOI: https://doi.org/10.36470/famen.2026l13.

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

A385 Alfabetização e inclusão em foco : práticas, desafios e possibilidades na educação básica / Organização de Isabelle Emily Ferreira de Souza Tavares e Maria do Socorro Vieira. – Natal, RN: Editora FAMEN, 2026.

267 Kb ; PDF ; il.

ISBN: 978-65-82900-00-6.
DOI: https://doi.org/10.36470/famen.2026l13.

1. Educação infantil. 2. Ludicidade. 3. Anos iniciais. I. Tavares, Isabelle Emily Ferreira de Souza. (Org.). II. Vieira, Maria do Socorro (Org.). III. Título.

CDD: 370
CDU: 37

Elaborada pelo Bibliotecário Miqueias Alex de Souza Pereira CRB – 15/925

Índice para Catálogo Sistemático:
1. Educação – 370
2. Educação – 37

editora FAMEN

Rua São Severino, n. 18, Bairro Bom Pastor, Natal/RN, CEP: 59060-040 CNPJ: 23.552.793/0001-57, Inscrição Estadual: 204392322, Inscrição Municipal: 2142633, editora@famen.edu.br e telefone: (84) 3653-6770.

FACULDADE METROPOLITANA
NORTE RIOGRANDENSE

Rua São Severino, 18 – Bom Pastor, Natal – RN, 59060-040

Diretoria Geral
Valdete Batista do Nascimento

Coordenação de Pesquisa e de pós-graduação
Wendella Sara Costa da Silva

Conselho Editorial da FAMEN

Editora Chefe
Profa. Dra. Andrezza M. B. Do N. Tavares – Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Natal, RN, Brasil.
Link para o Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5187018279016366.

Editora Adjunto
Prof. Dr. Fábio Alexandre Araújo dos Santos – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Natal, RN, Brasil.
Link para o Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8334261197856331.

Conselho Editorial Internacional

Presidente: Dr. Bento Duarte da Silva
Dr. Manuel Tavares
Dr. Dionísio Luís Tumbo
Dr. Gabriel Linari
Dra. Cristina Rafaela Riccí
Me. Gustavo Adólfo Fernández Díaz
Dr. Manuel Teixeira
Dra. Antonia Dalva França Carvalho
Dra. Elda Silva do Nascimento Melo
Dra. Karla Cristina Silva Sousa
Dr. Márcia Adelino da Silva Dias
Dr. Adir Luiz Ferreira
Dra. Giovana Carla Cardoso Amorim
Dra. Lucila Maria Pesce de Oliveira

Comitê Científico Interdisciplinar

Presidente: Dr. Rylanneive L. P. Teixeira
Dra. Juliana Alencar de Souza
Dr. Júlio Ribeiro Soares
Dra. Leila Salim Leal
Dra. Christiane M. T. de M. Gameleira
Dr. José R. Lopes de Paiva Cavalcanti
Dra. Kadydja Karla Nascimento Chagas
Dr. Avelino de Lima Neto
Dr. Sérgio Luiz Bezerra Trindade
Dr. Eduardo Henrique Cunha de Farias
Dr. Bruno Lustosa de Moura
Dra. Maria da C. Monteiro Cavalcanti
Dr. José Moisés Nunes da Silva
Dra. Francinaide de L. Silva Nascimento
Dr. José Paulino Filho
Dr. Marcos Torres Carneiro
Dr. Bernardino Galdino de Sena Neto
Dr. José Flávio da Paz

Dra. Laércia Maria Bertulino de Medeiros
Dra. Maria das Graças de A. Baptista
Dr. Antonio Marques dos Santos
Dr. Luiz Antonio da Silva dos Santos
Dra. Wendella Sara Costa da Silva
Ma. Valdete Batista do Nascimento
Ma. Maria Judivanda da Cunha
Me. João Maria de Lima
Me. Eric Mateus Soares Dias
Me. Adriel Felipe de Araújo Bezerra
Me. Rayssa Cyntia Baracho Lopes Souza

Bibliotecário e diagramação
Miqueias Alex de Souza Pereira

Projeto Gráfico e Capa
Eddean Riquemberg C. Xavier

Revisão de Textos
Prof. Dr. Dayvyd Lavaniery Marques de Medeiros

Prefixo editorial: Editora FAMEN
Linha editorial: Acadêmica

Disponível para download em: https://editorafamen.com.br/

SOBRE A ORGANIZADORA

Isabelle Emily Ferreira de Souza Tavares

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFRN), na linha de pesquisa Educação e Inclusão em contextos escolares. Sua trajetória acadêmica e profissional é marcada pelo compromisso com a educação inclusiva e com a defesa do direito à aprendizagem de sujeitos historicamente excluídos dos processos escolares. Desenvolve estudos e reflexões no campo da formação de professores, práticas pedagógicas e inclusão, com especial atenção às experiências educacionais de públicos em situação de vulnerabilidade. Atualmente, é professora do curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana Norte Rio-grandense, onde atua na formação inicial de docentes, articulando ensino, pesquisa e compromisso social com a educação.

SOBRE A ORGANIZADORA

Maria do Socorro Vieira

Professora e orientadora na Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN) e no Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB).Experiência como professora no Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e no Ensino Médio, com atuação na Educação Especial. Desde 2025, Psicopedagoga pela Secretaria de Saúde do município de Canguaretama- RN, realizando acompanhamento de crianças atípicas. Experiência na Secretaria de Educação do município de P. Velho-RN, com acompanhamento de alunos, orientação às famílias e participação em formações docentes. Mestra em Ciências da Educação pela World University Ecumenical (Flórida), especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (FAMEN) e em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional (FAINTER), graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Pós-graduanda em AEE, ABA e Ed. Especial e inclusiva.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização – 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 138, 139, 140, 141, 142, 146, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 175, 176, 177, 179, 182, 183, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 257, 258, 259.

Aprendizagem – 25, 26, 28, 29, 30, 37, 41, 49, 67, 71, 72, 76, 79, 90, 91, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 106, 108, 116, 118, 119, 120, 128, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 152, 153, 154, 156, 157, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 171, 173, 174, 176, 177, 179, 182, 184, 188, 189, 191, 206, 213, 215, 216, 217, 218, 221, 225, 226, 228, 229, 233, 234, 235, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 250, 253, 255, 256, 257, 259.

E

Educação infantil – 54, 90, 91, 92, 100, 106, 176, 188, 189, 199, 202, 206, 216, 219.

L

Letramento – 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 146, 152, 168, 143, 257, 258.

Lúdico – 163, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 183, 184, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 243,

APRESENTAÇÃO

editora FAMEN

APRESENTAÇÃO

O manuscrito eletrônico intitulado "**ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO EM FOCO: PRÁTICAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA**", vinculado ao curso de Pedagogia do Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB), por meio da Educação a Distância (EaD), na cidade de Canguaretama I / RN, tem como foco contribuir para a divulgação de resultados de pesquisas científicas na área da Pedagogia. Sistematizado para socializar pesquisas realizadas a partir do ano de 2024, possui caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, ao receber contribuições de diversas áreas e campos de saberes. O manuscrito disponibiliza por meio de versão eletrônica acesso internacional e gratuito para as ideias relacionadas ao campo da educação. O livro "ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO EM FOCO: PRÁTICAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA" possui 10 (dez) capítulos que abordam diversos temas das ciências da educação.

Este manuscrito reúne diálogos com temas centrais da educação contemporânea, especialmente no que se refere à alfabetização, à educação inclusiva e às práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Cada capítulo aborda diferentes perspectivas teóricas e práticas, contemplando desde as bases da alfabetização e do

letramento até estratégias pedagógicas que favorecem o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além disso, são apresentadas propostas que envolvem o uso de recursos lúdicos, tecnológicos e corporais (como jogos, aplicativos educacionais e artes marciais) como ferramentas que potencializam a aprendizagem e tornam o processo educativo mais significativo, articulando-se a discussões sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a necessidade de acessibilidade nos contextos escolares e a importância da parceria entre escola e família no processo de ensino e aprendizagem.

Ao articular diferentes temáticas e abordagens, este livro busca contribuir com professores, pesquisadores e estudantes da área da educação, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a reflexão sobre o fazer pedagógico. Trata-se, portanto, de um convite ao diálogo, à problematização e à construção de práticas educativas mais inclusivas, críticas e comprometidas com o direito de aprender de todos os sujeitos.

Isabelle Emily Ferreira de Souza Tavares

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....10

A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....16

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ADAPTANDO O AMBIENTE ESCOLAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....40

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: COMPREENDENDO AS BASES FUNDAMENTAIS DA COMPETÊNCIA LITERÁRIA NA EDUCAÇÃO.....66

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....90

PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA.....112

APLICATIVOS EDUCACIONAIS PARA ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....138

O LÚDICO COMO FERRAMENTA DE ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....163

AS CONTRIBUIÇÕES DAS ARTES MARCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL 188

O LÚDICO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....212

ALFABETIZAÇÃO: PRINCIPAIS DESAFIOS PEDAGÓGICOS E ALGUNS MÉTODOS EFICAZES PARA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM.....239

CAPÍTULO I

A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Alessandra Lima da Silva
Maria do Socorro Vieira

editora FAMEN

A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Alessandra Lima da Silva[1] / Maria do Socorro Vieira[2]

INTRODUÇÃO

O presente artigo justifica-se por compreender a importância da leitura e do letramento nesse estágio inicial, pois é fundamental para garantir não apenas o sucesso acadêmico, mas também o desenvolvimento pessoal e social dos alunos. O objetivo desta pesquisa é aprofundar a análise sobre a importância da leitura e do letramento nesses primeiros anos de escolaridade, investigando suas implicações para o desenvolvimento integral dos alunos.

Para alcançar este fim, serão explorados os fundamentos teóricos de autores reconhecidos, bem como serão investigadas práticas pedagógicas e estratégias de intervenção que promovam o desenvolvimento da leitura e do letramento nesse contexto.

A promoção da Alfabetização e letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é necessária para o

[1] Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: limaalessandra79641@gmail.com;
[2] Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Mestranda em Ciências da Educação. Professora da Faculdade do Maciço de Baturité. profsvieira1@gmail.com.

desenvolvimento abrangente das crianças, influenciando positivamente em suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Essa fase inicial da educação marca o início de sua jornada educacional, onde os alicerces da alfabetização são estabelecidos, preparando-os para uma participação ativa e crítica na sociedade.

A metodologia adotada neste trabalho consistirá em uma pesquisa bibliográfica abrangente, fundamentada em obras-chave de autores renomados na área da educação, como Freire (2000), Soares (2003) e Teberosky (1989) entre outros. Serão analisadas as contribuições mais recentes desses autores, considerando suas obras mais atualizadas, a fim de fornecer uma visão ampla e atualizada sobre o tema. Além disso, serão exploradas pesquisas empíricas e estudos de caso que abordem práticas eficazes de promoção da leitura e letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O artigo está dividido em três seções principais: a primeira explorará os fundamentos da alfabetização, investigando as bases teóricas e conceituais da alfabetização nos primeiros anos de escolaridade; em seguida, abordará o desenvolvimento do letramento, integrando habilidades e compreensão da leitura, destacando a importância do letramento e sua relação com a compreensão da leitura. Por fim, discutirá a importância da parceria entre educadores e famílias para superar

os desafios persistentes relacionados à alfabetização e ao letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Espera-se que este estudo contribua significativamente para a ampliação do conhecimento sobre a importância da afabetização e do letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, fornecendo insights valiosos para professores, gestores educacionais, pesquisadores e demais profissionais da área. Além disso, espera-se que estimule o debate e o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas, visando promover o pleno desenvolvimento dos alunos e o fortalecimento do sistema educacional como um todo.

REVISÃO DE LITERATURA

A alfabetização e o letramento representam pilares fundamentais no processo educacional, especialmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A alfabetização refere-se ao aprendizado do sistema de escrita alfabética, enquanto o letramento abrange o domínio das práticas sociais de leitura e escrita, inseridas em contextos diversos. Esta revisão busca analisar a relevância desses processos para o desenvolvimento cognitivo, social e acadêmico das crianças, com embasamento em teóricos como Furtado (2020) Carvalho e Recuero (2019) e Mandela (2003), além dos autores principais que se destacam, entre outros.

De acordo com Furtado (2020), a parceria entre a escola e a família é essencial para garantir o sucesso educacional das crianças. Quando trabalham juntas, criam um ambiente propício para o aprendizado e o desenvolvimento integral dos alunos. A colaboração entre ambos os ambientes promove um engajamento mais significativo, fortalecendo os laços afetivos e estimulando o progresso acadêmico e emocional das crianças.

Ao enfatizar que a alfabetização contribui para a formação cultural, Freire (2000) destaca que a alfabetização não é apenas sobre aprender a decodificar palavras, mas também sobre compreender e transformar o mundo ao nosso redor. Ele enfatiza a importância de uma alfabetização crítica, que vai além da simples habilidade técnica, capacitando os indivíduos a agir de forma reflexiva e consciente em sua realidade.

Esse entendimento é essencial para o desenvolvimento cognitivo e linguístico das crianças, pois permite que elas atribuam sentido aos símbolos escritos e expressem suas ideias de forma eficaz. O letramento, por sua vez, possibilita que as crianças se envolvam em práticas sociais de leitura e escrita, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

A alfabetização e o letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental desempenham um papel crucial no desenvolvimento integral das crianças, influenciando não apenas seu desempenho acadêmico, mas também sua participação social e cultural. Investir na promoção desses

processos desde os primeiros anos de escolarização é fundamental para garantir uma base sólida de conhecimentos e habilidades que acompanhará os alunos ao longo de suas vidas.

Carvalho e Recuero (2019) ressaltam que o letramento digital vai além do domínio técnico das tecnologias. Ele engloba a participação social, a construção de significados, a navegação crítica e a produção colaborativa de conhecimento. Isso significa que não se trata apenas de usar tecnologias, mas também de compreender, avaliar e contribuir ativamente para a cultura digital em constante evolução.

Ao oferecer experiências de aprendizado que sejam significativas, essa colaboração entre educadores e famílias não apenas fortalece o desenvolvimento educacional dos alunos, mas também os capacita para lidar de forma eficaz com os desafios e as demandas em constante transformação do mundo contemporâneo. Mandela (2003) enfatiza que a educação é uma ferramenta poderosa para promover mudanças no mundo. Destaca o papel fundamental da educação na construção de sociedades mais justas, igualitárias e pacíficas.

Fundamentos da alfabetização

A educação brasileira tem experimentado uma série de transformações significativas ao longo dos anos, refletindo mudanças sociais, políticas e pedagógicas. Essas alterações não se

limitam apenas aos níveis estruturais ou à implementação de políticas educacionais, mas também permeiam as concepções e práticas relacionadas à alfabetização. Tradicionalmente vista como mera aquisição de habilidades básicas de leitura e escrita, a alfabetização agora é reconhecida como uma fase crítica no desenvolvimento educacional de uma criança.

> A alfabetização compõe a primeira fase do Ensino Fundamental, e deve ocorrer entre o primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental. A educação no Brasil passou por muitas mudanças, entretanto, não aconteceram somente em níveis de ensino, no que tange à alfabetização, ocorreram ainda, na forma como se passou a enxergar essa etapa de ensino, que se tornou objeto de estudo ativo por parte de educadores e teóricos do campo (Barbosa, 2012, p. 178).

Fundamental para o processo educacional, a alfabetização não se limita apenas ao domínio das letras e palavras. Ela representa um caminho para a compreensão crítica do mundo e a transformação pessoal e social. Desse modo, afirma-se que "alfabetizar não é apenas ensinar a decifrar letras, mas é permitir que as pessoas possam ler o mundo, compreendendo criticamente sua realidade e atuando sobre ela de maneira transformadora" (Freire, 1968, p. 79).

Essa visão ampla da alfabetização vai além das habilidades básicas de leitura e escrita, enfatizando a capacidade

de interpretar o contexto social, questionar estruturas de poder e promover mudanças positivas. Ao capacitar indivíduos a ler o mundo, a alfabetização se torna um instrumento poderoso para a emancipação e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao incorporar essa visão à discussão sobre a alfabetização, torna-se possível argumentar que os educadores devem ir além do ensino tradicional, buscando metodologias que promovam uma compreensão crítica e reflexiva da linguagem escrita. Isso implica não apenas ensinar as habilidades básicas de leitura e escrita, mas também estimular os alunos a questionarem, interpretarem e atribuírem significado ao que estão aprendendo.

Para Soares (1998, p. 47), "não basta que a escola se limite a ensinar a decifrar letras e a juntá-las em palavras, é preciso que as crianças sejam levadas a compreender o que leem e a refletir sobre o que compreendem". Nesse sentido, há a necessidade de uma abordagem mais abrangente no ensino da leitura e escrita, indo além da mera decodificação de letras e palavras.

É imperativo que as crianças sejam incentivadas não apenas a dominar as habilidades básicas de alfabetização, mas também a compreender profundamente o que leem e a refletir sobre o significado dos textos. Isso requer uma educação que promova não apenas a fluência na linguagem, mas também o pensamento crítico e a capacidade de análise contextual. Assim, a educação eficaz não se limita à transmissão de conhecimento,

mas busca cultivar leitores autônomos e reflexivos desde tenra idade.

Na visão de Mandela (2003, p. 51), "a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo". O autor enfatiza a importância fundamental da educação como um instrumento de transformação social e pessoal. Mandela destaca que a educação não é apenas um meio para adquirir conhecimento, mas sim uma ferramenta poderosa para moldar sociedades mais justas e democráticas.

Ele ressalta que a educação não deve ser um privilégio, mas sim um direito fundamental de todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou condição social. Essa visão alinha-se com os princípios de equidade e inclusão, promovendo oportunidades iguais de desenvolvimento e crescimento para todos. Ao reconhecer o potencial transformador da educação, podemos trabalhar coletivamente para construir um mundo onde cada indivíduo tenha a chance de realizar seu pleno potencial e contribuir para o bem-estar coletivo.

Desenvolvimento do letramento: integrando habilidades e compreensão da leitura

O letramento vai além da capacidade de ler e escrever, envolvendo o uso efetivo da linguagem em diferentes contextos sociais. Isso inclui a compreensão de textos, a capacidade de

interpretar e produzir diferentes gêneros textuais e a habilidade de utilizar a leitura como ferramenta para adquirir conhecimento e ampliar horizontes.

> O letramento abrange a capacidade de o sujeito colocar-se como autor (sujeito) do seu próprio discurso, no que se refere não só a relação com o texto escrito, mas também a relação com o texto oral. Logo para uma concepção histórica-social do tratamento, há de se considerar uma concepção de língua e de linguagem construtiva das ações sociais. Ações que se organizam em iniciados que se criam e se recriam nas práticas comunicativas, configurando os variados gêneros do seu suporte, podem ser vistos como resultados das práticas discursivas convencionadas e institucionalizadas de comunidades discursivas especificam (Pausas, 2004, p. 87).

Portanto, o letramento é fundamental para a participação social, pois capacita os indivíduos a navegar e influenciar as práticas culturais e institucionais que moldam suas vidas. Ele permite que as pessoas não apenas compreendam e usem textos de maneiras que atendam às suas necessidades, mas também que eles se envolvam ativamente na construção do tecido social através da linguagem.

Para promover o letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, é necessário integrar habilidades de leitura, escrita, oralidade e análise crítica, proporcionando

experiências significativas de aprendizagem que conectem os conteúdos escolares à realidade dos alunos.

Nesse sentido, "o letramento digital não se limita ao domínio técnico das tecnologias, mas é um processo multifacetado de participação social, que envolve a construção de significados, a navegação crítica e a produção colaborativa de conhecimento" (Carvalho; Recuero, 2019, p. 23).

A importância do letramento como uma prática social, indo além da simples aquisição de habilidades técnicas. Isso implica que os educadores devem adotar uma abordagem inclusiva e ampla, considerando não apenas as habilidades linguísticas dos alunos, mas também seu engajamento crítico com o mundo ao seu redor.

Promover o letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental requer mais do que apenas ensinar as habilidades básicas de leitura e escrita; é essencial capacitar os alunos a utilizar a linguagem de forma eficaz em diversos contextos. Isso pode ser alcançado por meio de experiências de aprendizagem significativas que incentivem a reflexão, o diálogo e a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento.

> Não há ensino sem aprendizagem. Essas duas atividades são indissociáveis. São duas faces da mesma moeda. O ensino só se realiza efetivamente se houver aprendizagem e esta não acontece sem que o ensino esteja presente (Soares, 2003, p. 55).

A autora enfatiza a interdependência entre ensino e aprendizagem, ressaltando que ambos os processos são intrinsecamente ligados. O ensino não pode ocorrer sem a presença de aprendizes, enquanto os alunos necessitam da orientação e mediação dos educadores. Essa relação dinâmica e colaborativa se estabelece na ação educativa, onde educadores e alunos participam ativamente da construção do conhecimento, tornando-se essencial para um ambiente de aprendizagem eficaz e significativo.

> A alfabetização não é apenas a aquisição de técnicas para a decifração das palavras, mas um processo pelo qual os sujeitos se apropriam do seu mundo e, em fazendo-o, transformam-no. Nesse sentido, a leitura do mundo precede a leitura da palavra e, portanto, a alfabetização não pode ser reduzida a um mero treino de codificação e decodificação de palavras (Freire, 2000, p. 29).

O autor ressalta a importância de uma abordagem ampla e crítica no processo de alfabetização e letramento. Ele argumenta que não basta apenas ensinar aos alunos a decodificação mecânica das palavras; é essencial que eles compreendam criticamente o mundo ao seu redor por meio da leitura e da escrita. Enfatiza que o desenvolvimento do letramento vai além das habilidades básicas de leitura e escrita, incluindo uma profunda reflexão sobre o conteúdo dos textos e seu contexto social.

Dessa forma, o processo educativo não se limita apenas à transmissão de conhecimentos, mas também capacita os alunos a questionarem, refletirem e agirem como agentes de transformação em suas comunidades. Essa abordagem holística da alfabetização e do letramento é crucial para promover uma educação que não apenas capacita os indivíduos a se integrarem na sociedade, mas também os capacita a questionar e transformar ativamente a realidade à sua volta.

Portanto, ao reconhecer a dimensão social do letramento e integrá-la às práticas pedagógicas, os educadores podem contribuir significativamente para o desenvolvimento integral dos alunos, preparando-os não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para uma participação ativa e responsável na sociedade.

A importância da parceria entre os educadores e a família para superar os desafios persistentes relacionados a alfabetização e ao letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

A parceria entre educadores e famílias desempenha um papel fundamental no processo de alfabetização e letramento das crianças. Os pais e responsáveis não apenas são os primeiros mediadores do contato das crianças com a linguagem escrita, mas também têm um papel muito significativo no estímulo ao hábito da leitura e na valorização da educação.

> Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu processo educativo (Parolin, 2003, p. 99).

Diante do exposto, argumenta-se que é essencial que escola e família atuem de forma colaborativa, compartilhando informações, trocando experiências e buscando estratégias conjuntas para superar os desafios que surgem no processo de aprendizagem.

> A parceria entre a escola e a família é um componente fundamental para garantir o sucesso educacional das crianças. Quando escola e família trabalham juntas em colaboração, é criado um ambiente propício para o aprendizado e o desenvolvimento integral dos alunos (Furtado, 2020, p. 45).

Essa citação reforça a importância da colaboração entre escola e família no processo educacional, destacando que essa parceria não apenas fortalece o aprendizado acadêmico, mas também contribui para o desenvolvimento socioemocional e pessoal dos alunos.

Quando educadores e famílias trabalham juntos, compartilhando informações e apoio mútuo, as crianças se

sentem mais motivadas e seguras em sua jornada educacional. Dessa maneira, “na alfabetização, a criança precisa compreender que a escrita serve para representar as palavras da fala" (Teberosky, 1989, p. 56).

Na alfabetização é fundamental que as crianças compreendam que a escrita representa a fala. Essa compreensão é essencial para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Relacionando isso à importância da parceria entre educadores e famílias, podemos destacar que essa compreensão compartilhada facilita a colaboração entre ambos.

Os educadores podem orientar as famílias sobre como apoiar o desenvolvimento da linguagem escrita em casa, enquanto as famílias podem contribuir com experiências de linguagem oral significativas. Essa parceria fortalece o apoio à alfabetização e letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, superando desafios persistentes nessa área.

> O desenvolvimento acadêmico e pessoal das crianças nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é profundamente influenciado pelo processo de alfabetização e letramento. Uma abordagem integrada, com colaboração entre educadores e famílias, é essencial para proporcionar experiências de aprendizagem significativas e preparar os alunos para os desafios do mundo contemporâneo (Ferreiro, 2001, p. 48).

A importância de uma abordagem integrada entre alfabetização, letramento, escola e família para o desenvolvimento pleno das crianças. Ao reconhecer a relevância não apenas das habilidades de leitura e escrita, mas também do contexto familiar e socioeconômico, os educadores podem criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficaz, que atenda às necessidades individuais de cada aluno.

> O domínio da leitura e da escrita é fundamental para a participação ativa do indivíduo na sociedade. A alfabetização não é apenas uma habilidade técnica, mas sim um processo complexo que envolve compreensão, interpretação e expressão, capacitando o sujeito a exercer sua cidadania de forma plena (Teberosky, 1985, p. 25).

A alfabetização não é apenas uma habilidade técnica, mas um processo complexo que inclui compreensão, interpretação e expressão. Assim, a capacidade de ler e escrever capacita os indivíduos a exercer sua cidadania plenamente, participando ativamente da vida social, política e cultural.

Portanto, ao reconhecer e valorizar a parceria entre escola e família, os educadores podem criar um ambiente de aprendizagem mais rico e estimulante, que promova o desenvolvimento integral das crianças, preparando-as não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para uma participação ativa e responsável na sociedade.

A participação dos pais na educação dos filhos é justificada por razões pedagógicas, morais e legais. Quando os pais estabelecem uma parceria com a escola, a educação das crianças pode se estender para além da sala de aula, permitindo que o aprendizado na escola e em casa se complemente de forma mútua (Spodek; Saracho, 1998).

Essa colaboração entre educadores e famílias não só fortalece o ensino, mas também estabelece uma base sólida para o crescimento pessoal e acadêmico das crianças, capacitando-as a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo com confiança e competência.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste artigo adotou como procedimento metodológico a realização de pesquisas de natureza bibliográfica, com o intuito de explorar as múltiplas facetas presentes nesse campo de estudo, visando assim adquirir informações que pudessem enriquecer a elaboração deste trabalho. É de suma importância destacar o método empregado aqui. Nesse sentido, a abordagem escolhida foi a pesquisa bibliográfica, que consiste no exame inicial de artigos científicos, obras literárias, textos acadêmicos e outras fontes que abordam o tema em análise neste estudo.

> A revisão bibliográfica permite situar o estudo no contexto da produção científica existente, fornecendo uma visão abrangente e aprofundada sobre o tema em questão, além de contribuir para a fundamentação teórica da pesquisa (Gil, 2002, p. 40).

Seguindo o raciocínio do autor, torna-se evidente que por meio da pesquisa, o indivíduo se depara com novos conceitos, resultantes das diversas interações com o vasto repertório de informações disponíveis nos acervos. Além disso, o pesquisador amplia seus conhecimentos preexistentes. É através dessa incursão que se encontram os subsídios necessários para compreender os elementos fundamentais à produção do material desejado.

Contudo, é prudente exercer cautela ao lidar com a revisão de trabalhos provenientes da internet. Esta advertência é um alerta válido para quando se busca material bibliográfico online. Deve-se atentar para fontes eletrônicas mais confiáveis, que ofereçam respaldo bibliográfico seguro. Por vezes, o pesquisador pode incorrer no equívoco de considerar como confiável qualquer informação encontrada na rede.

A pesquisa bibliográfica é o ponto de partida para compreender o processo que envolve o objeto de estudo e serve como base para fortalecer a abordagem adotada sobre o tema em questão. Além da pesquisa bibliográfica, este trabalho também se

valeu da pesquisa qualitativa como método para obter elementos que contribuíssem para sua construção.

É fundamental que a pesquisa não seja conduzida de forma aleatória. Pelo contrário, é necessário buscar fontes idôneas e seguras a fim de obter elementos que confiram sustentabilidade ao que se pretende produzir ou escrever. Também é imperativo destacar o que deve ser pesquisado e como deve ser pesquisado, sempre visando compreender os assuntos abordados, considerando a pluralidade e a singularidade dos elementos investigados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão entre os pensamentos dos autores principais desta pesquisa, oferece uma visão abrangente e integradora da importância da alfabetização e letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Freire (2000), com sua obra "Pedagogia da indignação", enfatiza a importância da consciência crítica e da ação política na educação.

Ele aborda questões de injustiça social, opressão e desigualdade, defendendo uma pedagogia que não apenas transmite conhecimento, mas também capacita os alunos a questionarem as estruturas de poder e a trabalharem para transformar suas realidades. Freire (2000) destaca a necessidade de uma educação libertadora que leve em conta as experiências e

perspectivas dos alunos, capacitando-os a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

Por sua vez, Soares (2003), em uma de suas obras intitulada “alfabetização e letramento", destaca que a alfabetização tradicional, centrada apenas na aquisição das habilidades básicas de leitura e escrita, não é suficiente para o pleno desenvolvimento da capacidade de lidar com a linguagem escrita em diferentes contextos sociais. Ela introduz o conceito de letramento, que vai além da mera decodificação de letras e palavras, envolvendo a compreensão e o uso efetivo da linguagem escrita em diversas situações da vida cotidiana. A obra destaca a importância de uma abordagem mais ampla e contextualizada da alfabetização, que leve em conta as práticas sociais e culturais dos indivíduos.

A autora Teberosky (1989), em "aprendendo a escrever", aborda o processo de alfabetização e os diferentes estágios pelos quais as crianças passam ao aprender a ler e escrever. Eles discutem como as crianças constroem suas concepções sobre a escrita e a linguagem, destacando a importância de compreender que a escrita é uma representação das palavras faladas.

Em conjunto, essas perspectivas destacam que a alfabetização vai além do simples ato de decodificar letras e palavras, envolvendo uma compreensão crítica do mundo, a adaptação a diferentes contextos e a colaboração entre educadores e famílias. Essa abordagem holística da alfabetização

e letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é essencial para proporcionar uma educação de qualidade e preparar os alunos para enfrentar os desafios do século XXI.

Essas perspectivas convergentes entre Paulo Freire, Magda Soares e Ana Teberosky não apenas destacam a complexidade da alfabetização e letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mas também apontam para a necessidade de uma abordagem holística e inclusiva na educação. Ao reconhecer a diversidade de experiências e contextos dos alunos, bem como a importância da interação social e do apoio familiar, esses teóricos ressaltam a importância de uma prática educativa que vá além do ensino mecânico de habilidades de leitura e escrita.

Essa abordagem holística não apenas capacita os alunos a se tornarem leitores críticos e participativos em uma sociedade em constante transformação, mas também promove valores como respeito à diversidade, colaboração e autonomia. Ao integrar os princípios de conscientização, diversidade e construtivismo, as obras desses pensadores oferecem uma base sólida para repensar e transformar as práticas de alfabetização e letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, preparando os alunos não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para uma participação ativa e responsável em suas comunidades e na sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este trabalho ficou evidente a importância fundamental da alfabetização e do letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental para o desenvolvimento educacional e social das crianças. Ao longo desta pesquisa, foi possível aprofundar a compreensão sobre como esses elementos são essenciais para o progresso dos alunos nessa etapa crucial da educação.

A partir da análise detalhada das fontes bibliográficas e pesquisas relevantes, constatou-se que a alfabetização e o letramento não são apenas processos de aquisição de habilidades básicas de leitura e escrita, mas sim bases fundamentais para a construção de um conhecimento sólido e para o desenvolvimento de competências cognitivas, linguísticas e sociais.

A literatura consultada demonstrou que a alfabetização eficaz nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é um pré-requisito para o sucesso acadêmico futuro dos alunos. Além disso, o letramento vai além da simples decodificação de letras e palavras, englobando também a capacidade de compreender, interpretar e produzir textos em diferentes contextos e situações comunicativas.

Investir na alfabetização e no letramento desde os primeiros anos de escolaridade é crucial para reduzir as desigualdades educacionais, promover a inclusão social e

preparar os alunos para os desafios de uma sociedade cada vez mais complexa e globalizada. Portanto, é imprescindível que os educadores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental adotem práticas pedagógicas que valorizem a diversidade linguística e cultural dos alunos, estimulem o prazer pela leitura e pela escrita, e proporcionem oportunidades significativas de aprendizagem.

Por fim, este trabalho foi realizado visando contribuir para reforçar a importância da alfabetização e do letramento como pilares fundamentais da educação básica, destacando a necessidade de políticas educacionais e práticas pedagógicas que garantam o acesso universal a uma educação de qualidade e promovam o desenvolvimento integral de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **A Infância no Ensino Fundamental de 9 anos.** Porto Alegre: Penso, 2012.

CARVALHO, Juliano Maurício de; RECUERO, Raquel. **Letramento digital:** aspectos sociais e possibilidades educativas. Porto Alegre: Penso, 2019.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FURTADO, Júlio. **Educação e parceria:** fortalecendo vínculos entre escola e família. Rio de Janeiro: Moderna, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANDELA, Nelson. **Long walk to freedom:** the autobiography of Nelson Mandela New York: Little Brown and Company, 2003.

PAROLIN, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Fortaleza: Educar soluções, 2003.

PAUSAS, A. **A aprendizagem da leitura e da escrita a partir de uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** Belo Horizonte: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SPODEK, Bernard; SARACHO, Olívia N. **Ensinando crianças de 3 a 8 anos**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo a escrever.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. TEBEROSKY, Ana. **Aprender na Escola.** Porto Alegre: Artmed, 1985.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ADAPTANDO O AMBIENTE ESCOLAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Andrea Alves Rodrigues de Moura
Maria do Socorro Vieira

editora FAMEN

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ADAPTANDO O AMBIENTE ESCOLAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Andrea Alves Rodrigues de Moura[3] / Maria do Socorro Vieira[4]

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda os desafios da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares. A educação inclusiva para esses alunos requer, além de adaptações curriculares e de ensino, um ambiente escolar que promova a aceitação, compreensão e apoio adequado às necessidades individuais desses alunos.

Isso envolve a capacitação de professores, o desenvolvimento de estratégias pedagógicas específicas e a promoção de uma cultura escolar inclusiva que celebre a diversidade e valorize o potencial de cada aluno, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A temática escolhida é de extrema importância, percebendo-se a necessidade de um acesso igualitário à educação

[3] Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: andreaarmoura@gmail.com;
[4] Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Mestranda em Ciências da Educação. Professora da Faculdade do Maciço de Baturité. profsvieira1@gmail.com.

para todos, independentemente de suas habilidades e características individuais. Os alunos com TEA enfrentam desafios específicos em ambientes educacionais tradicionais, exigindo abordagens pedagógicas e de suporte adaptadas às suas necessidades.

Além disso, promover a inclusão desses alunos não beneficia apenas sua aprendizagem e desenvolvimento, mas também contribui para uma sociedade mais inclusiva e diversificada, que valoriza e respeita as diferenças individuais.

O objetivo deste artigo é analisar os desafios, estratégias e efeitos da inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares, visando contribuir para o desenvolvimento de políticas, programas e práticas educacionais mais inclusivas e eficazes, que promovam o acesso igualitário à educação de qualidade e participação plena na sociedade.

Neste artigo, adotou-se a metodologia bibliográfica, realizando-se um levantamento detalhado da literatura nacional e internacional. O estudo envolveu a leitura, pesquisa e interpretação de textos de autores renomados, como: Copetti (2012), Gomes (2013), Schmidt (2013) e outros.

Este trabalho está dividido em partes, onde, no primeiro momento, aborda-se as características e conceitos do Transtorno do Espectro Autista, compreendendo a diversidade e o início da expressão utilizada por Kanner em 1943 para descrever o perfil comportamental peculiar de um grupo de crianças.

Em seguida, trata-se de algumas estratégias pedagógicas para a inclusão efetiva no ambiente escolar, compreendendo as necessidades e peculiaridades dos alunos. Por fim, destaca-se a importância da capacitação de professores e profissionais da Educação e o envolvimento familiar na educação de alunos com TEA.

Espera-se que esta pesquisa traga uma série de benefícios e impactos positivos para diferentes partes. Para os pais, espera-se fornecer informações valiosas para apoiar seus filhos com TEA, capacitando-os a defender seus direitos e a colaborar com os profissionais da Educação.

Para os alunos, busca-se incentivar a criação de ambientes educacionais inclusivos que promovam seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional, aumentando sua autoestima e participação. Para os professores e profissionais da educação, pretende-se oferecer orientações para adaptar práticas pedagógicas e promover uma educação mais inclusiva e equitativa. Para a sociedade, a pesquisa busca sensibilizar sobre as necessidades dos indivíduos com TEA, promovendo uma cultura de inclusão e igualdade de oportunidades, refletindo em uma sociedade mais inclusiva e diversificada.

REVISÃO DE LITERATURA

A condução desta pesquisa foi fundamentada em diversos autores que abordam o TEA, incluindo Copetti (2012), Rodrigues (2012), Gomes (2013), Schmidt (2013), entre outros que embasam este trabalho. Ao discutir o andamento da pesquisa, foi iniciada uma análise dos sintomas que surgem na primeira infância.

A inclusão escolar, especialmente no contexto do TEA, constitui-se em um tema contemporâneo e controverso, envolvendo múltiplos segmentos sociais e áreas do conhecimento. Com o aumento de diagnósticos na matrícula de crianças com TEA nas escolas regulares, parece haver uma necessidade de expansão da experiência prática dos professores em lidar com a educação inclusiva.

Conforme observado por Copetti (2012), a inclusão escolar de crianças autistas suscita reflexões sobre uma nova realidade, o que justifica a necessidade de promover pesquisas e discussões sobre o tema. Essas iniciativas visam minimizar a preocupação dos docentes e da comunidade escolar em relação à inclusão desses alunos fora das classes especiais. Nesse contexto, a pesquisa parte do pressuposto de que a escola assume uma função de extrema importância no desenvolvimento integral das crianças.

> Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais (Goffredo, 1999, p. 31).

Conforme salientado por Schmidt (2013), é nesse ambiente que elas têm a oportunidade de interagir com outras crianças, praticar habilidades sociais, mesmo que elas apresentem alguma Necessidade Educacional Específica - NEE, e, por fim, exercer um direito inalienável: o direito à educação.

Considera-se essa reflexão a complexidade das atividades a que os professores têm sido chamados a desenvolver com a inclusão de alunos com NEE onde, muitas vezes, exigem "competências que antes eram do domínio exclusivo dos professores de Educação Especial" (Rodrigues, 2012, p. 92), e hoje, com a educação inclusiva para todos, essas atividades acabam integrando a prática do professor de qualquer nível de educação. Nesse contexto, conforme observado por Rodrigues (2012, p. 92), "os professores são chamados a ser proficientes no trabalho com grupos e no uso de estratégias interativas (...) numa perspectiva inclusiva".

Portanto, é fundamental reconhecer que a inclusão escolar não se resume apenas à presença física dos alunos com TEA nas salas de aula regulares; envolve também a adaptação do

ambiente escolar, a implementação de estratégias pedagógicas inclusivas e o suporte individualizado para atender às necessidades específicas de cada aluno.

Nesse sentido, os professores desempenham um papel primordial na identificação e na implementação de ajustes razoáveis, buscando garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. A colaboração entre professores, equipes de apoio, famílias e demais profissionais envolvidos no processo educacional torna-se essencial para promover um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e acolhedor, onde cada aluno tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico, social e emocional.

Características e conceitos do Transtorno do Espectro Autista: compreendendo a diversidade

O TEA é um conceito que auxilia na compreensão de que o autismo é uma condição variável de um caso para outro. Schmidt (2013, p. 13) conceitua o TEA como um "distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficit nas dimensões sociocomunicativa e comportamental".

Diante disso, a diversidade é relacionada a uma linha de dificuldades e competências, compreendendo desde quadros mais graves com maior dependência de outras pessoas (autismo

de baixo funcionamento), até quadros leves, com alterações mais sutis, muitas vezes nem identificadas ao longo da vida da pessoa (autismo de alto funcionamento).

> Em 1943, Kanner utilizou a expressão autismo para descrever um grupo de crianças que apresentavam perfil comportamental peculiar. Esse autor sugeriu que o autismo se tratava de uma inabilidade inata para o estabelecimento do vínculo afetivo e interpessoal, com capacidades incomuns para constituir contatos interpessoais e relações com objetos, desordens graves no desenvolvimento da linguagem, comportamento envolto de atos repetitivos e estereotipados e resistência a mudanças (Gonçalves *et. al*., 2013, p. 16).

Diante do exposto, pode-se afirmar que o autismo é uma condição genética que reflete alterações no neurodesenvolvimento de uma pessoa, determinando quadros muito distintos, que têm em comum um grande prejuízo na sociabilidade. O autismo é considerado uma síndrome neuropsiquiátrica, pois é caracterizado por um conjunto de sinais clínicos, nem sempre provocados por uma causa comum. Caracterizado por prejuízos significativos no diálogo, no convívio geral e presença de interesses restritos e comportamentos repetitivos. Por ser um espectro, pois cada indivíduo apresenta as características de forma individual e em graus diferentes. No contexto escolar,

> Para oferecer uma boa qualidade nas experiências educacionais das pessoas com autismo no contexto escolar, é imprescindível a aquisição, a apropriação e a integração por parte da escola daqueles conhecimentos outrora situados fora dela. Urge uma integração do conhecimento produzido até hoje pelas diversas áreas para que seja disponibilizado e compartilhado na inclusão educacional escolar (Schmidt, 2013, p. 19).

Há um aumento nos casos diagnosticados de autismo. Estudos nos Estados Unidos indicam que, a cada 68 crianças nascidas, uma é diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista. Além disso, no Brasil, estudos apontam que aproximadamente 600.000 pessoas têm TEA, correspondendo a cerca de 0,3% da população total do país (Paula *et. al.*, 2011). Essa estimativa pode ser ainda maior, levando-se em conta os casos não diagnosticados, que não estão registrados.

No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais/2013 (DSM-5), o TEA foi categorizado como pertencente aos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), uma classificação que abarca cinco condições caracterizadas por atrasos simultâneos no desenvolvimento de habilidades básicas, incluindo socialização e comunicação, traços distintivos de atraso presentes (APA, 2005). Em 2022, ocorreu uma modificação na Classificação Internacional de Doenças (CID), passando do CID-10 para o CID-11, e separou o Transtorno do Espectro Autista

do TGD, concedendo-lhe uma categoria própria. Especificamente, o TEA é delineado por Kwee (2009) da seguinte maneira:

> A principal característica do Transtorno do Espectro Autista é o déficit considerável na interação social, no comportamento e, invariavelmente, na comunicação. Em sua maioria, com ausência de comunicação verbal e, quando presente, nos casos de Autismo Leve e na Síndrome de Asperger, as dificuldades se encontram principalmente no que se refere à pragmática, prejudicando ainda mais a interação social deste indivíduo (Kwee *et al*, 2009, p. 217).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba uma ampla gama de comportamentos e habilidades, com sintomas que variam desde dificuldades na comunicação verbal e interação social até habilidades especiais em áreas como matemática e arte. As características incluem comportamentos repetitivos, interesses restritos e sensibilidades sensoriais incomuns. A individualidade de cada criança com TEA exige suporte personalizado, que depende da gravidade do transtorno, idade e intervenção precoce. É crucial reconhecer e aceitar essa diversidade para apoiar adequadamente o desenvolvimento e aprendizado dessas crianças.

Estratégias pedagógicas para a inclusão efetiva no ambiente escolar

As estratégias para alunos autistas tanto no espaço de aprendizagem quanto em casa são desafios constantes enfrentados por muitas famílias e professores. É importante compreender as necessidades e peculiaridades desses alunos para assegurar que possam prosperar e alcançar todo o seu potencial. Por essa razão, oferecer informações práticas e eficazes sobre como auxiliar crianças autistas na adaptação ao ambiente escolar é importante para o desenvolvimento delas.

Estratégias para a adaptação de crianças autistas em sala de aula podem ser trabalhadas em conjunto com a família, cuidadores e professores, visando criar um ambiente seguro e acolhedor para a criança autista em todos os aspectos de sua vida, com práticas eficazes que ajudarão a melhorar a qualidade de vida das crianças autistas e de seus familiares e professores. Crianças com necessidades especiais têm se incluído cada vez mais nas escolas regulares, o que gera a necessidade de uma reflexão efetiva sobre o processo de inclusão (Copetti, 2012). Diante disso, é possível afirmar que:

> A socialização da criança na escola é também de grande importância. É aqui que ela põe em prática os seus comportamentos e hábitos, uma vez que os professores e os companheiros da mesma idade

> desempenham um papel importante neste processo. Assim, é importante aproximar a escola da família, e incentivar a participação da família no processo educativo e na comunidade escolar. Alunos, pais e professores só terão a ganhar com esta aproximação (Gomes, 2013, p. 28).

O principal objetivo da família é a inserção do indivíduo no seu meio social, especialmente nos primeiros anos de vida, período durante o qual ela transmite os primeiros valores da sociedade. Nesse contexto, é fundamental que a família promova experiências sociais, como aprender a iniciar, manter e terminar uma interação. Além disso, é importante incentivar a presença de amigos que brinquem com a criança, tanto em casa quanto em outros ambientes sociais.

Nos últimos anos, a educação inclusiva tem se ampliado de maneira significativa, demandando o respaldo de todos os setores, especialmente do campo educacional, com destaque para os profissionais que atuam em salas de aula especiais (Copetti, 2012). É necessário ressaltar o papel do professor na área da educação especial, uma vez que ele deve buscar soluções para garantir que os alunos confiem no processo educacional. Isso implica na capacidade do profissional de desenvolver estratégias de ensino que promovam uma atmosfera de confiança que encoraje os próprios alunos a participarem ativamente do processo educacional. Segundo Rodrigues (2012, p. 30) “Os alunos com Síndrome de Asperger têm

em geral boa capacidade linguística, vocabulário extenso e capacidade de utilizar estruturas gramaticais complexas". Contudo tem dificuldade de comunicação efetiva especialmente na utilização social da linguagem e na capacidade de transmitir e compreender o significado. Conforme observado por Rodrigues (2012, p. 92), "os professores são chamados a ser proficientes no trabalho com grupos e no uso de estratégias interativas (...) numa perspectiva inclusiva". que instigue ainda os alunos a participar de todo o processo.

Devido à política de integração da criança com necessidades especiais no sistema convencional de ensino, adotada por diversos países, inclusive no Brasil, é essencial que a sociedade e a comunidade escolar estejam cientes da importância de compreender e familiarizar-se, de forma simplificada, com o TEA. Apesar de várias conquistas já terem sido alcançadas, é essencial consolidar os objetivos da educação inclusiva como parte integrante da rotina escolar, visto que ainda é desafiador encontrar instituições que promovam verdadeiramente a democratização do ensino.

> A escola é um canal de mudanças, portanto a inclusão de crianças com necessidades especiais na rede regular de ensino pode ser um começo para outras transformações não somente de pensamentos, mas também de atitudes. Atualmente a educação vem rompendo barreiras, derrubando paradigmas e formulando novos conceitos sobre o que é

> educar e qual sua finalidade. A prática de inclusão de crianças e adolescentes com necessidades especiais nas escolas regulares é recente e gera muitas dúvidas, o que torna o tema polêmico e questionador (Copetti, 2012, p. 12).

Pesquisas têm revelado que, devido à falta de conhecimento, a percepção da sociedade, assim como da comunidade escolar, muitas vezes se manifesta através de atitudes preconceituosas que podem resultar em comportamentos discriminatórios. As intervenções pedagógicas na escola para crianças com TEA, são baseadas em uma variedade de estudos e relatórios que abrangem aspectos psiquiátricos, psicológicos, neurológicos, pedagógicos e sociais da criança.

Estratégias incluem interromper comportamentos estereotipados, estimular percepções sensoriais e usar técnicas como indiferença planejada, interferência sinalizadora e proximidade física para abordar o comportamento. Métodos de ensino específicos, como o método TEACCH (Tratamento e Educação para Crianças com Autismo e Transtornos relacionados à Comunicação), Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e o Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS) (KWEE, 2009) são empregados juntamente com a inclusão de interesses individuais da criança nas atividades, visando aumentar a motivação.

A importância da capacitação de professores e profissionais da Educação no atendimento de alunos com TEA

A Constituição Federal Brasileira de 1988 foi elaborada com o propósito de assegurar o exercício dos direitos individuais e sociais, ao mesmo tempo que promove valores como liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça em uma sociedade fraterna.

Em seu artigo 205, destaca-se o direito de todos à educação, buscando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para a cidadania e o mercado de trabalho. No artigo 206, § 1º, a Constituição estabelece a igualdade de acesso e permanência na escola como um dos princípios fundamentais do ensino. Além disso, no artigo 208, inciso III, garante o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com deficiência, preferencialmente dentro do Ensino Regular (Brasil, 1988).

Um ano após a publicação da Constituição de 1988, com o propósito de apoiar as pessoas com deficiência, foi sancionada a Lei nº 7.853/89, que estabeleceu "[...] normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social" (Brasil, 1989, p. 1), assegurando, destacadamente, a garantia dos direitos à educação.

Consequentemente, em dezembro de 1996, foi publicada no Brasil, a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que institui a prática da educação como um direito de todos, garantindo o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência (Brasil, 1996). Dessa forma, destaca-se que:

> Pela primeira vez surge em uma LDB um capítulo (Cap. V) destinado à Educação Especial, cujos detalhamentos são fundamentais: garantia de matrículas para portadores de necessidades especiais, *preferencialmente* na rede regular de ensino (Art. 58); criação de serviços de apoio especializado, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial (Art. 58, § 1º); oferta de Educação Especial durante a educação infantil (Art. 58, § 3º) (Goffredo, 1999, p. 30).

Compreender o autismo e seus impactos nos comportamentos das crianças é fundamental para o sucesso educacional. A colaboração entre escola, família e mediador escolar é essencial para garantir a autonomia e o desenvolvimento integral da criança. Os professores devem receber formação contínua sobre o TEA e trabalhar em conjunto com o mediador, garantindo recursos adequados e resolvendo conflitos de forma eficaz. Neste contexto, como destacado por Rodrigues (2012), espera-se que os professores

sejam proficientes e utilizem estratégias interativas sob uma perspectiva inclusiva.

Em contrapartida, Schmidt (2013) afirma que os problemas na formação de professores, especialmente no que tange ao conhecimento necessário para educar alunos com autismo, trata-se de uma carência que contribui para a estigmatização desses estudantes, comprometendo a efetivação de práticas pedagógicas adequadas por parte de alguns educadores. Assim, surgem sentimentos de impotência, frustração e desamparo entre os professores.

Os pais são fontes de informações e devem ser parceiros no processo educacional, com comunicação regular e *feedback* positivo. Na escola, é importante promover a aceitação e a inclusão das crianças com autismo, criando um ambiente social favorável e educando os colegas sobre o transtorno. Essa abordagem colaborativa e inclusiva é essencial para garantir o sucesso e o bem-estar das crianças com autismo na escola.

Segundo Copetti (2012), a inclusão escolar de crianças autistas leva a pensar sobre uma nova realidade, justificando a necessidade de desenvolver pesquisas e discussões sobre o tema, a fim de minimizar a preocupação dos docentes e da comunidade escolar em relação à inclusão destes alunos fora das classes especiais.

A família é um sistema que tem servido à sociedade de várias maneiras, mas a sua função essencial é, sem dúvida, dar

suporte social e emocional aos seus membros e criar e educar os filhos, ajudando-os a lidar com as próprias crises do desenvolvimento (GOMES, 2013). A família, pais e outros familiares de convívio diário, têm um papel relevante no tratamento, precisando de uma orientação cuidadosa sobre as dificuldades do seu filho, como agir a fim de ajudar no desenvolvimento das habilidades da criança.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de um levantamento bibliográfico, que envolveu leitura, pesquisa e interpretação dos textos de autores nacionais e internacionais. Os materiais utilizados incluíram livros e artigos de revistas científicas especializadas, reconhecidos pela sua confiabilidade e relevância para o tema em questão. A pesquisa bibliográfica foi realizada através do:

> [...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 122).

A pesquisa bibliográfica visa revisar e analisar documentos publicados sobre o tema, com o objetivo de atualizar e expandir o conhecimento, contribuindo para o avanço da pesquisa. Após definir o tema, o pesquisador deve planejar estratégias de desenvolvimento, utilizando recursos como livros, teses, artigos e outros documentos relevantes.

É relevante que a revisão bibliográfica contribua ativamente para o progresso do trabalho, fornecendo conhecimentos que impulsionam sua evolução. Assim, a pesquisa bibliográfica exige uma série de procedimentos para identificar obras relevantes que possam auxiliar na solução do problema proposto.

> A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não tem maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos (Gil, 2002, p. 3).

A citação do autor enfatiza a importância da pesquisa bibliográfica para os pesquisadores, permitindo uma ampla cobertura de fenômenos, especialmente quando os dados são geograficamente dispersos. Destaca-se a eficiência da pesquisa bibliográfica em comparação com a coleta direta de dados, facilitando o acesso à informação.

Além disso, ressalta-se a importância da pesquisa bibliográfica na pesquisa histórica, onde muitas vezes é a única fonte para entender eventos passados. Gil (2002) destaca que a pesquisa bibliográfica não apenas facilita a coleta de dados, mas também sua análise e interpretação, fornecendo uma base sólida para a pesquisa em várias áreas e aprofundando a compreensão dos fenômenos estudados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa realizada, conforme apontada por Copetti (2012), ressalta que a escola representa um canal de mudanças, evidenciando que a inclusão de crianças com NEE, na rede regular de ensino, pode servir como ponto de partida para outras transformações, não apenas em termos de pensamentos, mas também de atitudes.

A instituição familiar também desempenha uma variedade de papeis na sociedade; entretanto, sua função primordial reside em oferecer apoio emocional e social aos seus

membros, além de orientar e educar os filhos, auxiliando-os a enfrentar os desafios inerentes ao seu desenvolvimento (Gomes, 2013).

Conforme enfatizado por Schmidt (2013), a escola é o cenário onde as crianças têm a chance de interagir com seus pares, desenvolver habilidades sociais, mesmo que essas estejam limitadas, e, por último, exercer um direito fundamental e inalienável, o direito à educação.

O autor afirma que para proporcionar experiências educacionais de qualidade para pessoas com autismo no ambiente escolar, é essencial que a escola adquira, assimile e incorpore os conhecimentos que, anteriormente, estavam fora de seu alcance. Torna-se essencial integrar o conhecimento produzido pelas diversas áreas até o presente momento, a fim de que este seja disponibilizado e compartilhado na promoção da inclusão educacional escolar.

Os resultados mostram que atualmente, o campo da Educação está experimentando um período de superação de barreiras, questionamento de paradigmas estabelecidos e redefinição de conceitos sobre os objetivos educacionais. A inclusão de crianças e adolescentes com necessidades especiais nas escolas regulares emerge como uma tendência, suscitando diversas incertezas e tornando o tema controverso e sujeito a questionamentos.

Conforme observado pelos autores, a educação enfrenta uma fase de transformação intensa, caracterizada pela quebra de barreiras, desafio de paradigmas estabelecidos e emergência de novas concepções sobre os propósitos e a natureza do processo educacional. A prática da inclusão de crianças e adolescentes com necessidades especiais nas escolas regulares é relativamente recente, gerando, assim, muitas dúvidas e debates.

Isso torna o tema polêmico e passível de questionamentos, destacando a inclusão como uma oportunidade não apenas para proporcionar educação equitativa, mas também para impulsionar mudanças sociais e culturais mais amplas. Essas mudanças desafiam noções tradicionais e promovem uma visão mais inclusiva e diversificada da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas regulares revela a complexidade e a relevância desse tema na educação contemporânea. Ao longo do estudo, ficou evidente que são necessárias adaptações curriculares, estratégias pedagógicas específicas e um ambiente escolar inclusivo para assegurar o desenvolvimento integral e o aprendizado desses alunos.

No entanto, a revisão da literatura demonstrou que a educação inclusiva para alunos com TEA transcende a simples matrícula em escolas regulares, exigindo um esforço conjunto da sociedade, da comunidade escolar, dos professores e das famílias para promover a aceitação, a compreensão e o apoio adequado às necessidades individuais desses alunos.

A formação de professores e profissionais da educação, juntamente com o envolvimento familiar, desempenhou um papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva e equitativa. Portanto, esta pesquisa proporcionou uma visão abrangente e aprofundada sobre o tema, fornecendo subsídios para a reflexão e a proposição de diretrizes e recomendações para uma prática educacional mais eficaz e inclusiva. A integração de conhecimentos em diversas áreas permitiu identificar lacunas no sistema educacional atual e sugerir caminhos para sua melhoria.

Em resumo, o artigo destaca a importância de reconhecer e valorizar a diversidade, promovendo uma cultura escolar inclusiva que celebre as diferenças individuais. Somente por meio do compromisso coletivo com a igualdade de oportunidades e o respeito à singularidade de cada aluno, será possível construir uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva para todos.

Com base nos resultados apresentados, torna-se interessante que pesquisas futuras explorem o aprimoramento

das políticas públicas de educação para oferecer um apoio mais efetivo às escolas e professores que lidam com a inclusão de alunos com TEA. isso envolve examinar como as políticas existentes podem ser melhoradas, adaptadas e implementadas de forma a proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento do aluno. Também é relevante examinar de que forma a alocação de verbas, para treinamento de professores, aquisição de materiais didáticos adaptados, contratação de profissionais de apoio e adaptação de infraestrutura escolar, é distribuída para o atendimento aos alunos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1989.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1996.

COPETTI, J. R. **A educação física escolar e o autismo: um relato de experiência no instituto municipal de ensino**. 2012. Monografia (Graduação em Humanidades e Educação) -

Departamento de Humanidades e Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal de. **Educação Especial:** tendências atuais. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação a distância, 1999.

GOMES, M. C. C. **Envolvimento familiar e autonomia na criança com Síndrome de Asperger**. 2013. Pós-Graduação (Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor) - Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Departamento de Educação Especial, Porto, 2013.

GONÇALVES, C. *et al.* Propostas de intervenção fonoaudiológica no autismo infantil: revisão sistemática da literatura. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, ano 2013, v. 25, n. 1, p. 15 - 25, 15 abr. 2013.

KWEE, C. S. Autismo: uma abordagem transdisciplinar baseada no programa TEACCH. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 11, p. 217-226, abr. 2009.

PAULA, C. S.; FOMBONNE, E.; GADIA, C.; TUCHMAN, R.; ROSANOFF, M. Autism in Brazil: perspectives from science and society. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 57, n. 1, fev. 2011.

RODRIGUES, M. C. A. **As atitudes dos professores do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico face à inclusão de alunos com Síndrome de Asperger no ensino regular**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação na Especialização em Domínio Cognitivo – Motor) - Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2012.

SCHMIDT, C. **Autismo, educação e transdisciplinaridade.** Campinas: Papirus, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

CAPÍTULO III

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: COMPREENDENDO AS BASES FUNDAMENTAIS DA COMPETÊNCIA LITERÁRIA NA EDUCAÇÃO

Elizângela Lima de Moura
Maria do Socorro Vieira

editora FAMEN

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: COMPREENDENDO AS BASES FUNDAMENTAIS DA COMPETÊNCIA LITERÁRIA NA EDUCAÇÃO

Elizângela Lima de Moura[5] / Maria do Socorro Vieira[6]

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a alfabetização e o letramento no contexto do Ensino Fundamental, destacando-os como processos que caminham lado a lado. Especificamente, busca-se repensar a aquisição da língua escrita, fundamentada no conceito de alfabetização letrada. Não é suficiente que o indivíduo seja simplesmente alfabetizado, ou seja, que apenas aprenda a decodificar textos.

É necessário e de extrema importância que o sujeito também se torne letrado para poder participar das práticas sociais de leitura e escrita exigidas pela sociedade. Estar alfabetizado implica em enxergar o mundo sob outra ótica, com os olhos de leitor e escritor, compreendendo e aplicando esse conhecimento ao longo da vida.

[5] Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: elisangelamoura990@gmail.com;

[6] Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Mestranda em Ciências da Educação. Professora da Faculdade do Maciço de Baturité. profsvieira1@gmail.com.

A classificação de um indivíduo como analfabeto funcional, definida pela sua incapacidade de compreender textos simples ou de produzir escrita significativa, destaca a importância de conceber a alfabetização não como um estado estático, mas como um processo contínuo e dinâmico de desenvolvimento. Reconhecer a alfabetização como um percurso em constante evolução ressalta a necessidade de oportunidades educacionais contínuas que permitam ao indivíduo ampliar progressivamente sua proficiência na utilização da linguagem.

O objetivo deste artigo é examinar os métodos de alfabetização, avaliando sua eficácia no fomento ao processo de aprendizagem dos estudantes, de modo a maximizar a efetividade na participação destes em práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita. Para isso, recorreu-se à pesquisa bibliográfica baseada em Freire (1983), Soares (1997), Kleiman (1995) e outros autores relevantes no campo da alfabetização e do letramento, da leitura e escrita significativa para a participação cidadã.

O artigo divide-se em quatro partes. Primeiramente, na revisão de literatura, discute-se o processo criativo e crítico da alfabetização, conforme descrito por Paulo Freire, e a importância da leitura de mundo como pré-requisito para a decodificação de palavras.

Ressalta-se a alfabetização como base para uma educação construtiva, que capacita as pessoas no desenvolvimento de

habilidades de leitura, escrita e comunicação, enquanto o letramento é apresentado como o uso eficaz dessas habilidades em práticas sociais. Paralelo a isso, aborda-se a relação entre linguagem oral e escrita, desde a infância, destacando-se a importância da escrita como instrumento de acesso ao conhecimento e de produção de novos saberes.

A seção da metodologia detalha o uso de pesquisa bibliográfica para fundamentar teoricamente a análise, utilizando-se de fontes como livros, artigos científicos e materiais online. Destaca-se a importância da pesquisa bibliográfica na construção da fundamentação teórica do trabalho, permitindo-se um entendimento abrangente do tema estudado.

Por fim, os resultados e discussões e as considerações finais apresentam as conclusões derivadas da revisão literária, argumentando a favor da alfabetização e do letramento como processos interligados e acerca das ações do professor dentro desse contexto. Em suma, com este trabalho, espera-se contribuir para o desenvolvimento de ações voltadas para o processo formativo de professores alfabetizadores, permitindo, sobretudo, uma reflexão sobre as práticas executadas em sala de aula.

REVISÃO DE LITERATURA

Ao abordar o tema de alfabetização e letramento, percebe-se a intersecção, sobreposição e frequente confusão entre eles. Segundo Freire (1983), a alfabetização constitui um processo criativo em que o indivíduo aprende, de maneira crítica, a necessidade de adquirir as habilidades de leitura e escrita, preparando-se para ser protagonista desse aprendizado. Esse processo transcende o mero domínio mecânico das técnicas de escrita e leitura, englobando a capacidade de engajamento crítico com o texto.

O autor citado acima destaca ainda, que a compreensão de mundo é um pré-requisito para a decodificação das palavras; assim, a leitura eficaz das palavras exige uma contínua interpretação do mundo ao redor. A linguagem, por ser dinamicamente vinculada à realidade, exige que a compreensão de um texto por meio de sua leitura crítica incorpore a análise das interações entre o texto e seu contexto.

O método freiriano de alfabetização promove o entrelaçamento dos discursos de letramento, ressaltando que não é suficiente ler palavras; é essencial ler o mundo para transformar a realidade social, encorajando a prática do letramento. Este método é estruturado em três fases: investigação, tematização e problematização. Na fase de investigação, educandos e educadores exploram, dentro do

vocabulário do aluno e do contexto social em que está inserido, as palavras e temas significativos de sua vida.

Enquanto a alfabetização é o processo pelo qual se adquirem as habilidades básicas de leitura e escrita, o letramento envolve o desenvolvimento da capacidade de aplicar essas habilidades de maneira eficaz nas práticas sociais. Portanto, uma distinção fundamental reside no nível de proficiência e na qualidade da interação com a leitura e a escrita.

No caso de Paulo Freire, ele “aprendeu a ler e a escrever com os pais a sombra das árvores do quintal da casa em que nasceu. Sua alfabetização partiu de suas próprias palavras, palavras de sua infância, palavras de sua prática como criança” (Gadotti, 1991, p. 20).

Essa experiência pessoal de Paulo Freire ecoa a abordagem proposta por Soares (1997), que defende o ideal de "alfaletrar", enfatizando a importância de uma prática de alfabetização que leva em conta o contexto social e as experiências vividas pelos aprendizes.

Para a autora, as aprendizagens da leitura e da escrita diferem significativamente entre si, tanto nos aspectos linguísticos quanto cognitivos. Isso implica que as habilidades de leitura e escrita são desenvolvidas através de métodos distintos, não se restringindo a um único método.

A escola, como uma das instituições responsáveis, tem o papel de oferecer ao aprendiz oportunidades para a prática de

letramento. Portanto, é sua responsabilidade criar condições para o uso efetivo da leitura e da escrita, com o objetivo de desenvolver estudantes capazes de se comunicar nas diversas esferas da sociedade, conforme suas necessidades.

Segundo Soares (2003, p. 239), "letrar é mais do que alfabetizar; é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto em que a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno". Para tanto, cuidados serão necessários ao conduzir a alfabetização.

De acordo com Ferreiro (1999), a criança traz consigo uma vasta bagagem, e, nesse sentido, a escola deve considerar essa bagagem em todos os aspectos. A alfabetização não é "um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início, na maioria dos casos, é anterior à escola e que não termina ao finalizar a escolaridade" (Ferreiro, 1999, p. 47). Ela afirma que a construção do conhecimento da leitura e da escrita tem uma lógica individual, embora exija a interação social, tanto na escola quanto fora dela. Nesse processo, a criança passa por etapas, com avanços e retrocessos, até se apropriar do código linguístico e dominá-lo.

O processo de alfabetização, segundo a autora, é percebido por diversos professores como tendo sido ampliado pelo termo letramento, o qual é considerado mais abrangente e veio a substituir a alfabetização, criando, assim, uma espécie de inovação no processo de aprendizagem da leitura e da escrita pela

criança. A autora traz a concepção de que todos os conhecimentos têm uma gênese (origem) e que a aprendizagem da escrita não está diretamente vinculada à fala. Mesmo quando a criança já estabelece a relação entre fala e escrita, essa relação ainda não é do tipo fonema (fala, som) e grafema (escrita, grafia).

Fundamentos da alfabetização

A alfabetização é a base para uma educação construtiva, a qual ajuda as pessoas a desenvolver a leitura, a escrita, a comunicação, as ideias e os pensamentos. Desse modo, não é "um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola e que não termina ao finalizar a escola" (Ferreiro, 1999, p. 47).

O letramento utiliza a escrita para resolver problemas do dia a dia, facilitando assim suas práticas sociais e possibilitando a produção de gêneros textuais. Desde a mais tenra idade, as crianças convivem com a linguagem oral. Elas aprendem a falar ouvindo e manifestam interesse pela escrita precocemente, pois tanto a língua oral quanto a escrita se apresentam em diferentes contextos da vida cotidiana.

As palavras escritas são vistas em *outdoors*, placas, letreiros, rótulos de embalagens, entre outros espaços e contextos. A oralidade possibilita que as crianças participem de diversas situações de interação social, evidenciando que a

linguagem oral desempenha um papel importante nas relações sociais.

> A escrita comparável a um instrumento é vista como capaz de permitir a entrada do aprendiz no mundo da informação, seja possibilitando o acesso aos conhecimentos histórica e socialmente produzidos, seja criando condições diferenciadas para a produção de novos conhecimentos (Maciel; Martins, 2008, p. 14).

A citação permite compreender que a escrita é um instrumento que permite ao sujeito ter acesso ao conhecimento social e historicamente constituído. Além disso, constitui-se como um meio de produção de novos saberes. Assim, o ensino da escrita não deve ser de forma mecânica, forçando o aprendiz a memorizar letras, sílabas ou palavras sem a mediação das partes pronunciadas.

A leitura, por sua vez, é a habilidade de interagir com outras pessoas e entender o mundo ao nosso redor. Ela vai além de simplesmente interpretar letras ou palavras; é um processo que envolve compreensão, inferências, e a capacidade de conectar diferentes textos, pois conforme Freire (1983, p. 10), "a leitura do mundo precede a leitura da palavra", o que reafirma a importância da interação e interpretação do mundo como base para qualquer leitura textual subsequente.

Lendo diversos tipos de materiais, como livros, revistas e jornais, as pessoas podem expandir sua visão de mundo e melhorar sua inserção social. A leitura é fundamental para participar de práticas sociais e para entender e fazer conexões entre textos diferentes, ajudando na formação de uma compreensão mais ampla do mundo.

> Quanto à concepção de leitura [...], consideramos esta prática social que remete a outros textos e outras leituras. Em outras palavras, ao lermos um texto, qualquer texto, colocamos em ação todo o nosso sistema de valores, crenças e atitudes que refletem o grupo social em que se deu nossa sociabilização primária, isto é, o grupo social em que fomos criados (Kleiman, 2002, p. 10).

No mundo globalizado, percebe-se a necessidade de aprendizado amplo sobre o meio circundante desde a infância. Assim, torna-se essencial disponibilizar mecanismos que facilitem essa compreensão. Neste contexto, é necessário que as escolas adotem métodos que fomentem a prática da leitura desde os Anos Iniciais. Sob tal pressuposto, entende-se que a leitura pode ser desenvolvida tanto dentro quanto fora da sala de aula.

Durante o processo de alfabetização, cada letra se apresenta como fonte de inspiração, levando a criança a explorar o universo da leitura por meio de tudo que encontra. Com o tempo, observa-se uma tendência à diminuição dessa curiosidade, o que indica a importância do estímulo à leitura para

que permaneça como uma prática constante ao longo da vida. Na fase adulta, o interesse por determinados temas pode renovar o prazer pela leitura, seja em busca de conhecimento, como forma de alívio do estresse ou para estimular reflexões.

O significado do letramento na educação

O letramento visa complementar a alfabetização, focando no desenvolvimento de habilidades que permitem aos alunos interagir de forma confiante em seu contexto social, introduzindo-lhes os usos sociais da leitura e da escrita. Envolve a experiência de ler histórias, emocionar-se com elas e criar laços com os personagens.

> O letramento pode ser considerado um processo complexo, que quase sempre é visto como associado à alfabetização. Contudo, existem letramentos de natureza variada, inclusive, sem a presença da alfabetização. Trata-se de um termo que é conceituado de modo diferente por autores que estudam o fenômeno (Carvalho; Mendonça, 2006, p. 10).

Através do letramento, os indivíduos exploram sua identidade por meio da leitura e escrita, compreendendo quem são e explorando quem podem se tornar. É alcançado quando uma pessoa ou grupo social se familiariza com a leitura e escrita,

adquirindo habilidades para aplicá-las em diversos contextos sociais.

Diferente da alfabetização, que se foca no aprendizado da escrita e leitura em si, o letramento leva a leitura e a escrita para além, incentivando o uso desses conhecimentos de forma contextualizada nas práticas sociais. O conceito de letramento, juntamente com o de alfabetização, faz parte do processo de ensino e aprendizagem da língua escrita, mas os aborda de maneira mais ampla e aplicada.

Desse modo, a alfabetização, em consonância com o letramento, possibilita "uma leitura crítica da realidade e constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania; reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social" (Gadotti, 1991, p. 11).

Letramento é a capacidade de utilizar a escrita de maneira adequada nas diversas práticas sociais, envolvendo leitura e escrita que são essenciais na linguagem como expressões culturais e sociais. Sendo assim, torna-se possível afirmar, acerca desse conceito que:

> É para essa nova dimensão da entrada no mundo da escrita que se cunhou uma nova palavra, letramento. O conceito designa, então, o conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades envolvidos no uso da língua em práticas sociais e necessários para uma

> participação ativa e competente na cultura escrita (Soares; Batista, 2005, p. 50).

Nesse sentido, implica e domina a linguagem através da leitura e escrita, permitindo ao indivíduo incluir-se na sociedade e atuar no mundo, interpretando e compreendendo textos de forma crítica. O letramento transcende a simples capacidade de ler e escrever, enfatizando a importância de interpretar e compreender os textos, atribuir significado às coisas e ao mundo, além de refletir e argumentar. Assim, ele se estende para além da mera habilidade de ler e escrever, que muitas vezes é vista como uma atividade mecânica de codificação e decodificação de palavras.

Os objetivos do letramento incluem: dominar a linguagem em diferentes contextos; entender e utilizar as práticas sociais que envolvem leitura e escrita; usar a leitura e a escrita de forma adequada em situações sociais; ver a linguagem como meio de interagir com o ambiente; compreender o mundo através da leitura; criar significados e interpretar o mundo por meio da leitura; desenvolver discursos; interpretar e entender textos; e promover reflexões.

O letramento é um processo que facilita a inclusão do indivíduo na sociedade, por meio da linguagem, que se desenvolve com a interação, comunicação e ação no ambiente. Além disso, a leitura amplia a compreensão da realidade, oferecendo novas ferramentas para percebê-la, funcionando

como um guia para a vida em sociedade ao permitir o uso estratégico das informações.

Portanto, para desenvolver cidadãos letrados, é responsabilidade da escola fornecer os textos que são comuns no dia a dia, além de ensinar a produzir e interpretar esses textos (Kleiman, 1995). Isso permite que os alunos sejam capazes de entender conceitos, aprender novas informações, identificar problemas, comparar diferentes perspectivas e argumentar sobre variados temas, utilizando a leitura e a escrita de maneira crítica.

O professor desempenha um papel fundamental nesse processo, pois é quem seleciona os materiais de leitura e ajuda na interpretação e na criação de significados a partir deles, independentemente de serem livros, textos, paisagens, imagens, partituras, movimentos corporais ou aspectos do mundo ao nosso redor.

> Cabe a ele criar, promover experiências, situações novas e manipulações que conduzam à formação de uma geração de leitores capazes de dominar as múltiplas formas de linguagem e de reconhecer os variados e inovadores recursos tecnológicos disponíveis para a comunicação humana presente no dia a dia (Neves *et al*., 2004, p. 12).

Mediante a perspectiva, é fundamental ressaltar a importância de uma abordagem pedagógica que perpasse o tradicional, integrando novas metodologias que estejam em

consonância com as demandas da sociedade moderna. Nesse contexto, a educação deve ser vista como um processo dinâmico, que se adapta às mudanças sociais e tecnológicas, preparando os alunos para serem, além de consumidores de informação, produtores de conhecimento.

Inserção da alfabetização e letramento na prática educacional

A alfabetização e o letramento, embora sejam processos distintos em termos de significado, devem caminhar concomitantemente no início da aprendizagem da escrita. Tal abordagem implica no desenvolvimento de habilidades para o uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, além da adoção de atitudes práticas em relação ao aprendizado. É imprescindível compreender que a alfabetização e o letramento exigem abordagens metodológicas diferenciadas para que se possa atingir o êxito no processo de aprendizagem da língua escrita, de maneira falada e contextualizada.

O letramento, em sua essência, é um processo de aquisição de informações por meio da leitura, que transcende a simples interpretação do que está escrito (Soares, 2003). Isso inclui, por exemplo, a capacidade de uma pessoa em identificar uma placa de trânsito, um aviso de proibição de fumar ou um sinal que indica silêncio, mesmo sem ser alfabetizada. Ser letrado envolve buscar notícias, interagir com conteúdo de interesse,

divertir-se com histórias em quadrinhos, resolver palavras cruzadas, seguir receitas culinárias ou elaborar lista de compras.

Ser letrado também significa vivenciar as histórias lidas, emocionar-se com elas, e, por meio da leitura, tornar-se amigo dos personagens. O letramento possibilita a descoberta do mundo por meio da leitura e da escrita, compreendendo não apenas a codificação de textos, mas também imergindo no universo do conhecimento constante. Estar inserido na história ao ler um texto, um conto ou uma narrativa, capturando sua essência, faz com que o leitor passe a integrar aquele universo, conferindo uma dimensão mágica à experiência de leitura.

Kleiman (1995) conceitua o letramento como um espectro de práticas sociais que incorporam a escrita, tanto em sua dimensão de sistema simbólico quanto de tecnologia, aplicadas em contextos determinados com propósitos específicos. A pesquisadora ressalta que as práticas de letramento não se configuram apenas como manifestações culturais, mas igualmente como elementos intrínsecos às estruturas de poder dentro da sociedade.

Dentro desse contexto, a conexão entre essa perspectiva do letramento e a alfabetização reside na compreensão de que o processo de aprender a ler e a escrever a essência da alfabetização não ocorre em um vácuo cultural ou social. A alfabetização, ao ser contextualizada dentro do amplo espectro do letramento,

transcende a mera aquisição de habilidades técnicas de decodificação de letras e palavras.

Ao reconhecer o letramento como uma prática social que é influenciada por e reflete as dinâmicas culturais e de poder, compreende-se que a alfabetização é o primeiro passo para entrar nesse mundo de práticas letradas. Isso significa que o ensino da leitura e da escrita não pode ser dissociado das realidades culturais, econômicas e políticas dos alunos.

Ao contextualizar a alfabetização dentro do letramento, reconhece-se é necessário ir além, promovendo práticas educativas que permitam aos alunos utilizar essas habilidades de maneira significativa em suas vidas, considerando suas realidades socioculturais. Isso desafia a educação bancária, ou seja, os métodos de ensino tradicionais. No caso desse modelo de educação, “o educador é sujeito, conduz os estudantes à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mas ainda, a narração os transforma em 'vasilhas', em recipientes a serem enchidos pelo educador” (Freire, 1987, p. 57).

A alfabetização é a base para uma educação construtiva, que ajuda as pessoas a desenvolver a leitura, a escrita, a comunicação, as ideias e os pensamentos. O letramento utiliza a escrita para envolver problemas do dia a dia, facilitando assim suas práticas sociais e possibilitando a produção de gêneros textuais.

> O surgimento do termo "literacy" (cujo significado é o mesmo de alfabetismo), nessa época, representou certamente uma mudança histórica nas práticas sociais: novas demandas sociais pelo uso da leitura e da escrita exigiram uma nova palavra para designá-las. Ou seja, uma nova realidade social trouxe a necessidade de uma nova palavra (Soares, 2003, p. 29).

Estar alfabetizado significa transcender a mera decodificação do código escrito, engajando-se com a função social dos atos de ler e escrever. Isso envolve a habilidade de utilizar a leitura e a escrita no dia a dia, desde ler livros, revistas e jornais até escrever com compreensão e crítica. A alfabetização não se limita apenas à capacidade de formar sílabas, palavras e frases, mas também ao entendimento e uso crítico das informações acessadas.

A alfabetização é, portanto, um processo contínuo de aquisição das competências e habilidades de leitura e escrita, permeado por uma mecânica que vai além do aprendizado da linguagem escrita. Envolve a compreensão e a aplicação da leitura e da escrita no cotidiano, preparando o indivíduo para interagir com o mundo cultural de forma crítica.

Ser alfabetizado não se resume a juntar letras para formar palavras e frases, mas inclui a compreensão, a concordância e a coerência do que está sendo lido ou escrito. A alfabetização é um processo ativo e contínuo, que envolve tanto a motivação social do aprendiz quanto as práticas pedagógicas intencionais do

professor, contribuindo para a construção significativa da leitura e da escrita ao longo da vida.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido através da pesquisa bibliográfica, com o objetivo de esclarecer temas utilizando principalmente fundamentos teóricos encontrados em revistas, periódicos, livros, entre outros. Boccato (2006) define a pesquisa bibliográfica como o processo de coleta e análise crítica de documentos publicados relacionados ao tema investigado, visando a atualização e desenvolvimento do conhecimento, além de contribuir para a execução da pesquisa. Este tipo de pesquisa engloba a consulta a materiais teóricos previamente analisados e disponibilizados em formatos escritos e eletrônicos, incluindo livros, artigos científicos e páginas de sites.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica pode focar tanto em temas específicos quanto em autores, funcionando como uma revisão bibliográfica. É fundamental ressaltar que é praticamente impossível desenvolver um trabalho acadêmico sem uma base previamente existente. Assim, o levantamento bibliográfico serve como o ponto de partida de uma pesquisa, permitindo a exploração e o aprofundamento do conhecimento já registrado por pesquisadores globalmente, sendo essencial para o entendimento abrangente do tema estudado.

> É por meio da pesquisa bibliográfica que o pesquisador toma conhecimento da dimensão teórica acerca de seu tema de pesquisa, constrói a fundamentação teórica de forma segura e confiável, e elenca as conceituações necessárias que darão sustentação teórica à pesquisa que se pretende desenvolver. De uma forma geral, uma pesquisa bibliográfica em conformidade com os rigores científicos é imprescindível para a construção de um trabalho científico de qualidade, atualizado, consistente e fundamentado teoricamente (Silva; Oliveira, 2021, p. 96).

Diante disso, essa metodologia possibilita escolher o melhor caminho, tornando o trabalho/estudo mais prático e mais científico, além de fomentar o pensamento crítico. O conhecimento, para ser construído, requer uma estrutura ordenada, e a metodologia fornece essa estrutura, possibilitando a conclusão do trabalho de maneira mais organizada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Soares (1997) a noção de "alfaletramento", destacando a necessidade de um método de alfabetização que considere o contexto social e as vivências dos estudantes. De acordo a autora, o letramento transcende a simples alfabetização; significa ensinar a ler e escrever inserindo essas habilidades num contexto onde elas sejam significativas e façam parte do

cotidiano do aluno. Isso implica em uma abordagem cuidadosa na condução do processo de alfabetização.

Freire (1983) enfatiza que entender o mundo é fundamental para a decifração de palavras; portanto, uma leitura eficiente requer uma constante interpretação do ambiente. A linguagem, interligada à realidade de forma dinâmica, necessita que a compreensão de um texto através de sua leitura crítica inclua a análise da relação entre o texto e seu contexto.

Logo, para cultivar cidadãos proficientes em letramento, cabe às instituições de ensino disponibilizar textos usuais no cotidiano, além de instruir sobre como produzir e interpretar tais textos (Kleiman, 1995). Essa estratégia permite que os estudantes sejam aptos a compreender conceitos, assimilar novas informações, identificar problemas, ponderar diferentes pontos de vista e formular argumentos sobre uma ampla gama de assuntos, por meio do uso crítico da leitura e escrita.

Ao longo deste artigo, é possível observar que todos os autores mencionados defendem que a alfabetização e o letramento trabalham lado a lado. Eles argumentam que as aprendizagens da leitura e da escrita são interdependentes, tanto nos aspectos linguísticos quanto cognitivos.

O professor sempre exerceu uma função de grande importância na educação. Por muito tempo, ele foi considerado o detentor do saber supremo; nas últimas décadas, essa percepção começou a ser revista, passando o professor a ser visto como um

mediador do conhecimento. No contexto da alfabetização, reflete-se sobre o papel do professor enquanto alfabetizador. Os alunos desejam e apreciam aprender de maneira mais simples e menos cansativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das práticas de letramento utilizadas no ambiente alfabetizador, é possível afirmar que alfabetizar e letrar, simultaneamente, representam uma nova proposta para que se tenha alunos, ao final do 1º ano do Ensino Fundamental, com autonomia para usar a leitura e a escrita de forma socialmente coerente.

Ao ingressar no mundo letrado, a tarefa pode tornar-se árdua e, muitas vezes, desestimulante para o aluno quando o professor alfabetizador não faz referência ao conhecimento prévio sobre leitura e escrita, trazido de forma viva no cotidiano do aluno.

Em contrapartida, com o investimento dos professores nas práticas de letramento, a criança passa a entender o uso da leitura em várias esferas da sociedade e reconhece o que precisa aprender para ler. Assim, o processo de aquisição dessa habilidade torna-se significativo, deixando de ser vago e dispensável para se tornar prazeroso e necessário. Um cenário

diferente ocorre quando a alfabetização se caracteriza de forma descontextualizada e sem práticas de letramento.

Ao conceber o letramento não como um método, mas como prática de ensino, um novo foco na alfabetização voltada à leitura do mundo, necessária e utilizada pela criança dentro e fora da escola, é estabelecido, podendo-se afirmar que a instituição cumpre seu papel no que tange ao aprendizado da leitura pelos alunos.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.** São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CARVALHO, M.; MENDONÇA, R. **Práticas de leitura e escritura.** Brasília: Ministério da Educação, 2006.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras.** São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire.** São Paulo: Scipione, 1991.

KLEIMAN, Â. B. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de Leitura- teoria e prática**. Campinas: Editora Pontes, 2002.

MACIEL, F. I. P.; MARTINS, I. S. **Os conceitos de alfabetização e letramento e os desafios da articulação entre teoria e prática.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt; SOUZA, Jusamara Vieira; SCHÄFFER, Neiva Otero *et al*. **Ler e escrever:** compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SILVA, Michele Maria da; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 91-109, 2021.

SOARES, Magda Becker. BATISTA; Antônio Augusto Gomes. **Alfabetização e Letramento:** caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

SOARES, Magda. **Alfaletrar:** toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 1997.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CAPÍTULO IV

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Erivânia Dasyanne Bezerra de Oliveira Marcello
Maria do Socorro Vieira

editora FAMEN

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Erivânia Dasyanne Bezerra de Oliveira Marcello[7] / Maria do Socorro Vieira[8]

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa discorre sobre a participação da família na Educação Infantil e fundamental para o desenvolvimento integral da criança. Ela fortalece os laços afetivos, promove a colaboração entre escola e casa, e contribui para a construção de uma base sólida de valores e habilidades sociais. O envolvimento dos pais no processo educacional também aumenta o sucesso acadêmico das crianças, proporcionando um ambiente de apoio e estímulo. Além disso, a troca de experiências e conhecimentos entre família e educadores enriquece o aprendizado e favorece a adaptação da criança ao ambiente escolar.

[7] Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: erivaniamarcello@hotmail.com;
[8] Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Mestranda em Ciências da Educação. Professora da Faculdade do Maciço de Baturité. profsvieira1@gmail.com.

Em suma, a parceria entre família e escola é essencial para o desenvolvimento pleno e saudável das crianças na fase da educação infantil. A escolha deste tema se deu por perceber-se a necessidade de abordar a importância da participação da família no processo de aprendizagem, considerando a progressão do aluno ao longo de seu aprendizado.

Contudo, o objetivo deste artigo é trazer uma análise sobre a influência da família no processo de ensino e aprendizagem das crianças na Educação Infantil. Este trabalho está sendo elaborado para que se compreendam quais os fatores que levam a família a se distanciar da escola, levantando questionamentos: o que a escola promove para chamar a atenção da família? Os pais (família) reconhecem a importância dessa parceria? Dentre esses questionamentos, surgem diversas teorias as quais debate-se e destaca-se as prováveis consequências da parceria entre ambas, ou a falta dela.

A metodologia utilizada neste artigo foi a pesquisa bibliográfica, com embasamento de análise qualitativo, citando nesse trabalho grandes autores como tiba (2002), Zagury (2018) e Vygotsky (1994), entre outros que expõem seus pontos de vista.

O trabalho está dividido em partes, onde destaca-se: perspectivas sobre a relação família-escola, identificação dos principais fatores que rompem o elo família- escola e a importância da participação familiar na Educação Infantil. Diante deste trabalho de pesquisa, espera-se contribuir para que

ambas as partes, família e escola, entendam o seu papel no desenvolvimento da criança para unir forças e buscar uma parceria.

REVISÃO DE LITERATURA

Para a compreensão deste estudo acerca da importância da família na educação infantil, faz-se uso de leituras teóricas como Oliveira e Araújo (2010), Reis (2007), Lins (2013), entre outros, por entender que esses autores, além dos principais, proporcionam informações necessárias à conclusão deste trabalho.

Na relação família/educadores, um sujeito sempre espera algo do outro. E para que isso de fato ocorra, é preciso construir coletivamente uma relação de diálogo mútuo, onde cada parte envolvida tenha o seu momento de fala e onde exista uma efetiva troca de saberes.

A capacidade de comunicação exige a compreensão da mensagem que o outro quer transmitir e, para tal, faz-se necessário o desejo de querer escutar o outro, a atenção às ideias emitidas e a flexibilidade para receber ideias que podem ser diferentes, mas podem ajudar a construir uma pedagogia construtiva. Uma atitude de desinteresse de ambas as partes pode danificar profundamente a relação família/escola e trazer sérios prejuízos para o sucesso escolar e pessoal dos educandos.

É preciso conhecer as razões pelas quais as famílias não têm correspondido ao que os educadores esperam quanto à sua participação na escola. Para tal, precisa-se acabar com a postura autoritária que condena sem conhecer as razões e sem incorporar o espírito investigador que busca as causas para a ausência dos pais na escola.

Dessa forma, a importância deste trabalho passa pela necessidade de abordar a integração entre família/escola, considerando a progressão do aluno no decorrer do seu aprendizado e, consequentemente, o seu interesse pelas aulas. Contudo, o despreparo da maioria dos docentes ao tratar desse assunto, e a ausência dos pais nessa questão e no processo educacional como um todo, são preocupações presentes nesta pesquisa.

Esses dados demonstram a preocupação da escola sobre a maneira de chamar a atenção do aluno para o processo de ensino/aprendizagem e a contribuição da família para a instituição escolar, por ser a base inicial da educação das crianças. Conceitua-se ainda o tema integração como ponto de partida da elaboração deste trabalho como um instrumento inovador que pretende construir uma escola nova, acolhedora e inclusiva aos alunos e pais que frequentam a instituição.

Perspectivas sobre a relação família-escola

Na sociedade atual, a educação é dividida em dois espaços inter-relacionados: o espaço familiar e o espaço escolar. O primeiro é marcado pela convivência da criança com seus familiares, que são responsáveis por sua educação e criação, geralmente realizadas por pais, avós, irmãos, entre outros. Sem essa base, certamente a criança enfrentaria dificuldades não apenas em um sentido físico, mas também psicológico.

A família enfrenta muitos desafios em sua tarefa de educar, e essa problemática resulta em falta de afetividade, disciplina e até problemas na aprendizagem da criança. Por causa desses problemas enfrentados por diversas famílias, o espaço escolar é visto como uma forma de auxiliar a família e vice-versa.

De acordo com Oliveira e Araújo (2010, p. 2): "a família é considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma como o indivíduo se relaciona com o mundo". Acredita-se que a família seja a base do desenvolvimento de uma criança, oferecendo proteção, conhecimento e valores. Ou seja, ela estabelece o primeiro contato de interação do indivíduo com o meio social.

Todo indivíduo provém de uma família, a instituição mais antiga da história da sociedade. Entretanto, é notório que mudanças têm ocorrido nas famílias brasileiras e do mundo. Ao longo da história do Brasil, a base familiar vem passando por

transformações que refletem o contexto social, político e econômico da nação. No entanto, a família enfrenta muitas dificuldades em sua tarefa de educar.

Para educadores como Zagury (2018), em seu livro "pensando a educação: com os pés no chão", a autora apresenta uma série de percepções sobre a educação brasileira, fruto de 50 anos de experiência na área. Zagury (2018) entende que o fracasso do ensino básico nacional não está atrelado primordialmente à falta de habilidade docente, mas advém de uma série de fatores sociais que culminam no desinteresse, desrespeito e indisciplina apresentados pelos alunos.

Família e escola viviam em harmonia, seguindo o mesmo caminho no que se refere ao processo educacional. Por que e quando essa confiança se perdeu? Por vários motivos, um deles é o acesso ao conhecimento psicopedagógico, que deixou o saber docente ultrapassado, pelo fato de ele não ser mais o único transmissor capaz de levar o aluno a pensar.

De acordo com Lins (2013), a internet está presente na sociedade desde sua criação em meados dos anos 1960, devido à corrida tecnológica do período conhecido como Guerra Fria. Percebe-se o quanto a mídia também influencia nesse processo e, embora haja a consciência, pouco se faz para que isso seja resolvido e não ocorra mais. Como exemplo desse descaso, tem-se as novelas, as propagandas e as redes sociais, que são ofertadas

precocemente à grande maioria das crianças como forma de diminuir o trabalho da criação.

Para Vygotsky (1994), o aprendizado começa muito antes das crianças frequentarem uma instituição de ensino, provindo da criação que elas recebem em casa. É possível notar também que essa liberdade para com os filhos ainda é reflexo de um passado, onde os avós educaram seus filhos de maneira autoritária. Devido a isso, os pais, com a intenção de não seguir essa mesma linha de pensamento, criaram seus filhos de forma permissiva.

No que se refere à integração escolar, mediante o processo educativo do corpo docente e a aprendizagem do aluno para atingir objetivos positivos, a interação entre família e escola, o que se pode chamar de relações sociais positivas, torna-se essencial para a formação do educando.

Porém, que competências deve ter um professor para interagir com a família a fim de que o aluno possa progredir cognitivamente? Deve ter um perfil comprometido com o ensino que corresponda às expectativas do aluno, buscando sempre no diálogo com a família aspectos relevantes que possam evidenciar a maneira de fazer uma pedagogia que traga o aluno de volta à sala de aula.

Segundo Tiba (2002, p. 183), "juntos, pais e escola podem combinar os critérios educativos, levando em conta as duas mãos, a do afeto e a da razão". Portanto, é necessário que a família e a

escola entendam que é necessário observar os comportamentos da criança para poder incentivá-la ao que é certo.

Identificação dos principais fatores que rompem o elo família-escola

Quando a família ainda não se encontra totalmente disponível para o convívio escolar, seja pela falta de tempo ou de consciência de seu papel como principal educador, surgem desafios. Os pais são os principais educadores de seus filhos e são eles que refletem as boas maneiras para um bom convívio social. No século XXI, ainda se questiona: por que existem reclamações de pais e professores em todo o país quanto à educação dos filhos?

Tiba (2002) afirma que os pais argumentam que, se o filho está na escola, cabe à escola resolver tudo. Neste caso, é preciso refletir sobre como anda a educação na própria família. Não adianta querer atribuir toda a culpa à escola, pois a relação deve ser baseada no interesse de cooperação, na discussão conjunta das atividades que serão realizadas durante o ano letivo, na troca de experiências, na ajuda mútua, na solidariedade e nas ações democráticas conjuntas, para que ambos possam contribuir para a formação do aluno.

É notório os benefícios apresentados por crianças que vivem em um ambiente familiar participativo. Portanto, falar

dessa integração exige vários aspectos a serem ressaltados, pois, apesar da grande preocupação dos pais com a escolaridade e a aprendizagem dos filhos, muitos ainda não se preocupam em saber como seus filhos estão se comportando no ambiente escolar.

Seguindo essa linha de raciocínio, Vygotsky (1994) afirma que sempre que a criança é estimulada no sentido da aprendizagem, também tem seu desenvolvimento potencializado. Portanto, o autor entende que é dever da escola apresentar os conceitos científicos e da família estimular os conceitos do cotidiano, de modo que o relacionamento entre ambos é um fator crucial para o sucesso educacional de uma criança. Existem fatores que podem afetar e quebrar o elo entre ambas as partes.

A comunicação inadequada entre pais e professores pode causar problemas no desenvolvimento emocional e acadêmico. Quando os pais não participam ativamente da vida escolar, o vínculo entre família e escola enfraquece, pois essa parceria entre eventos, interesse em colaborar e entender o dia a dia da criança é essencial para fortalecer a confiança do filho.

Diante deste contexto, a escola precisa estar atenta a essa realidade e deve visar que, além da compreensão dos conteúdos básicos, o aluno necessita de estímulos familiares para que não ocorra desinteresse escolar e desvalorização da educação na criança.

A escola é o ponto de partida na elaboração de projetos que visam conscientizar e engajar os pais em busca de soluções para essa problemática, para que todos saibam que problemas como esse podem surgir dentro da escola. Não é fácil trazer a conscientização, principalmente dentro das escolas públicas, com pais de nível socioeconômico baixo que se sentem inseguros ao participar do currículo escolar, que muitas vezes podem ser frutos de conflitos e limitações em relação à aprendizagem, ou até mesmo pelo receio de que o corpo docente, ao ser fiscalizado pelos pais, perceba que muitas vezes não tem capacidade ou condições de auxiliar seus filhos.

A escola necessita criar possibilidades que apresentem padrões e formas de interação, respeitando as particularidades que precisam ser identificadas, apreendidas e analisadas, com a finalidade de propiciar uma melhor compreensão dos aspectos gerais para criar diferentes formas que tragam os pais à escola através de mensagens, convites e entrega de boletins.

Diferenças de expectativas entre pais e professores podem ter diferentes perspectivas em relação ao desempenho e comportamento dos alunos, e essa diferença pode levar a conflitos e afetar a colaboração. A falta de apoio à aprendizagem em casa também altera o desempenho de uma criança e a liberação de coisas que atrapalham o educar de uma criança pelo simples fato do medo após o "não".

Cortella (2016) diz que no convívio familiar, uma coisa que é antiga, mas não é velha, é o respeito recíproco. Outra é a capacidade do adulto de saber que a criança é "subordinada" a ele, ou seja, que está sob suas ordens. O pai não pode se tornar refém de alguém que ele orienta e cria.

Crianças precisam ter limites e rotinas. É necessário fazer com que os pais se integrem cada vez mais no desenvolvimento de seus filhos, seja com atividades que afetam a aprendizagem e o aproveitamento escolar, acompanhando as tarefas escolares como mediadores ou sob orientação do professor, ou mesmo em atividades de colaboração como a equipe de direção, integrando-se visando auxiliar professores, orientadores, psicólogos, coordenadores e o apoio pedagógico em suas atividades específicas como gincanas, reuniões, eventos culturais, atividades extracurriculares, colaborando com a escola, seja permanentemente ou esporadicamente, tanto na escola quanto em casa.

A participação familiar na educação infantil: uma análise sobre o desempenho acadêmico do aluno

A escola sozinha não consegue ser responsável pela formação da personalidade de um indivíduo, mas tem um papel complementar ao da família. Por mais que ela prepare um clima familiar aos alunos, nunca deixará de ser um ambiente onde se

aprende a ler e escrever. O meio em que a criança vive é a parte principal para a criação de sua conduta.

Segundo Ribeiro e Béssia (2015), a família é responsável por ensinar, impor respeito e incentivar a criança a fazer coisas corretas, se necessário, a partir de regras. Ou seja, a família é a base da educação e na escola a criança receberá formação que a levará a pertencer a um grupo social.

É em sua classe que o crescimento em relação à sua postura começará a construir valores. Nesse sentido, a escola não tem obrigação de intervir no comportamento das crianças, mas ela pode ajudar os pais a descobrir e orientar as dificuldades familiares antes que venha a aflorar alguma atitude de conduta negativa, seja agressiva ou de isolamento da criança.

A família está sempre em situação de transição, pois ela passa sempre pelas mudanças do crescimento da criança e com as tarefas diárias muitas vezes passa despercebido o comportamento alterado de uma criança. As crianças necessitam de um olhar diferenciado, pois estão sendo esquecidas com as rotinas corridas da vida dos adultos; crianças necessitam de atenção. Portanto, uma boa rotina oferece oportunidades regulares para sua família passar algum tempo junta. Seja na hora das refeições ou nas noites de jogos em família, esses momentos proporcionam espaço para construir relacionamentos fortes e o sentimento de estar em equipe.

> A educação é uma responsabilidade compartilhada entre Estado e pais, uma vez que ambos são promotores ou representantes dos interesses ou dos direitos dos filhos e dos cidadãos, na medida em que são responsáveis diretos pela prestação ou concretização destes direitos (Hermida, 2009, p. 46).

Os limites precisam ser estabelecidos pelos pais, pois é em casa que é construído o primeiro passo da educação. Atualmente, a família tem passado para a escola a responsabilidade de instruir e educar seus filhos, a escola, por sua vez, espera pela participação da família na vida do aluno. Diante disso, é possível entender que: "a escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos" (Reis, 2007, p. 6).

Seguir cada fase conforme ela se apresenta é fundamental. Construir leva tempo, meses, anos e requer diálogo. Portanto, é crucial ter uma abordagem diferenciada na base da educação da criança, especialmente nos primeiros anos de vida. A relação entre família e escola desempenha um papel vital na garantia de uma educação de qualidade. Sem essa parceria, é difícil identificar áreas que precisam de melhoria, o que compromete o sucesso educacional da criança. Segundo Vygotsky (1994), o desenvolvimento é um processo evolutivo no qual a imaginação desempenha um papel fundamental.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, desenvolvida através da literatura já existente sobre o assunto escolhido, seja em livros, artigos científicos ou textos de outros acadêmicos, com o interesse de adquirir conhecimento dos autores em questão. A pesquisa bibliográfica é:

> Elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos, artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico e internet, essa abordagem tem o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre o tema da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

Como mencionado pelos autores, a pesquisa bibliográfica é um trabalho de análise que busca obter informações de autores disponíveis em sites ou livros com o intuito de fortalecer o tema escolhido para o presente relatório. Esse meio de coleta de dados permite conhecer melhor o estudo, por isso é necessário realizar boas leituras para entender o assunto e assim encontrar uma direção para a preparação do trabalho científico.

Logo, “a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema” (Gil, 2002, p. 17).

Segundo a linha de raciocínio do autor, essas pesquisas são necessárias para complementar o tema que está sendo pesquisado, de forma a enriquecer o assunto proposto. A busca desenvolve fontes e autores com propriedade no assunto, tornando o exposto com uma fundamentação mais rica.

> Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema sobre o qual se busca a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Para o autor, a pesquisa bibliográfica nada mais é do que um estudo baseado em teorias já publicadas, ou seja, um levantamento de dados já fornecidos para estudo e análise que irão nortear o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados para apoiar o trabalho científico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Tiba (2002), em sua obra "formando cidadãos éticos: quem ama educa!", aborda a necessidade da importância da participação da família como instrumento de desenvolvimento e evolução do aluno em sala de aula e fora dela. A família é a base para qualquer ser; não nos referimos aqui somente à família de sangue, mas também às famílias construídas através de laços de afeto.

Há também famílias extensas, que convivem na mesma casa inúmeras gerações e/ou pessoas ligadas por parentescos diversos. Ainda é possível encontrar várias famílias que convivem na mesma casa. Enfim, o que se deduz é que para os arranjos familiares não existem limites, sendo oportuno afirmar que as crianças têm direito de serem criadas e educadas dentro de uma família.

Conforme destacado por Vygotsky (1994), é importante compreender que a criança não é um ser acabado, mas sim um organismo em desenvolvimento. Isso significa que ela está em constante mudança e absorve influências da cultura familiar ao seu redor.

Para Zagury (2018), o ser humano aprende o tempo todo e para ela, a família desempenha o papel principal e fundamental, pois é nela que serão apresentados os papéis que os filhos devem seguir. Ficou evidente neste presente trabalho que os autores

escolhidos como autores principais seguem uma mesma linha de raciocínio onde ambos afirmam a importância da união entre a base familiar com a educação.

Normalmente, independentemente da classe social a que pertençam, as famílias hoje se organizam de diversas maneiras. Família, no sentido mais amplo, é um conjunto de pessoas que se unem pelo desejo de estarem juntas, de construírem algo e de se complementarem. Além da tradicional, constituída por pai, mãe e filhos, proliferam as famílias onde apenas o pai ou a mãe está presente. Existem ainda os filhos que são os novos frutos reconstituídos dos novos casamentos.

A diversidade cultural que caracteriza a população brasileira marca também as instituições de Educação Infantil, pois é através do convívio com as diferenças que tanto a criança quanto o professor conseguem ampliar seus horizontes, conscientizando-se de que a realidade de cada um é apenas parte de um universo maior repleto de muitas escolhas.

Valorizar e respeitar a pluralidade cultural é assumir um trabalho de acolhimento às diferentes expressões de manifestações das crianças e suas famílias sem implicar adesão incondicional aos valores do outro. A aprendizagem com as diferenças traz um amplo leque de diversas possibilidades que contribuem para o exercício do diálogo e com isso, evitando atitudes preconceituosas e discriminatórias. Portanto, as instituições de Educação Infantil, por meio de seus profissionais,

devem desenvolver a capacidade de ouvir, observar e aprender com as famílias, integrando os conhecimentos familiares como as brincadeiras preferidas dos pais na infância, a origem da escolha dos nomes das crianças, as histórias de vida de cada um.

É relevante compreender também os procedimentos disciplinares, hábitos de higiene, formas de relacionamentos afetivos e com as outras pessoas para saber como inseri-las nas programações pedagógicas motivando-as a construírem ações conjuntas visando suporte real às crianças e suas famílias conforme suas demandas e necessidades, evitando preconceitos e julgamentos moralistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de algumas leituras e visões a respeito do tema, compreende-se que ainda há um caminho a ser percorrido rumo à transformação de uma cultura ultrapassada, na qual os pais não têm consciência da importância de proporcionar uma educação de qualidade que incentive a atuação e participação ativa dentro da escola.

A integração entre família e escola pode fortalecer a aquisição dos conhecimentos científicos que cada aluno deve aprender. Uma vez que toda pessoa tem direito à educação, é imprescindível que os pais sejam informados sobre a conduta dos filhos e sobre a melhor educação a ser proporcionada a eles.

As escolas precisam compreender que a estrutura familiar mudou e é com essa nova configuração familiar que elas devem trabalhar, tornando-se assim um espaço de formação e preparação das novas gerações. O papel do professor em união com a família é tentar estabelecer valores e conceitos para uma vida harmoniosa e intelectualmente rica do corpo discente, buscando soluções para os conflitos surgidos pelas insuficiências na aprendizagem da criança.

Nesse contexto, é fundamental um bom relacionamento entre a escola e a família para que ambos se reconheçam como agentes mediadores do saber e dos conhecimentos que deverão ser repassados aos seus filhos/alunos. Acredita-se, portanto, que a ação pedagógica do professor aliada à família gera mudanças qualitativas na aprendizagem, auxiliando na melhoria do relacionamento das crianças tanto na escola quanto em casa.

Cabe à escola refletir sobre sua prática pedagógica, reafirmando a necessidade de uma dimensão coletiva em vez de meramente individual, conduzindo o processo de ensino e garantindo a unidade entre ensinar e aprender. Dessa forma, a união entre família e escola pode oferecer um conjunto de formação propiciador do desenvolvimento para construir alunos críticos e reflexivos, capazes de transformar a sociedade.

REFERÊNCIAS

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento:** fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, SP: Atlas, 2002.

HERMIDA, J. F. **Teoria e prática nos professores de Educação Infantil:** o lúdico, a brincadeira e o movimento na práxis educacional. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

LINS, B. E. A evolução da internet: uma perspectiva histórica. **Cadernos aslegis**, (s.l.), v. 17, p. 11-45, 2013.

MELO, Emanuel Lucas Batista de. **Pensando educação:** com os pés no chão, de Tania Zagury. Rio de Janeiro: Bicicleta Amarela, 2018.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; ARAUJO, Claisy Maria Marinho. **A relação família-escola:** intersecções e desafios. São Paulo: Artmed, 2010.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, R. P. Relação Família/Escola e o Desempenho Escolar. **Mundo Jovem**, (s.l.), nº. 373. fevereiro, 2007.

RIBEIRO, N.V.; BÉSSIA, J.F. de. As contribuições da família para o desenvolvimento da criança na educação infantil. *In*: Jornada de

Iniciação Científica das Faculdades Integradas de Aracruz, 2015, Aracruz. **Anais...** Aracruz: Faculdades Integradas de Aracruz, 2015.

TIBA, Içami. **Quem ama educa**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ZAGURY, T. **Pensando educação:** com os pés no chão. Rio de Janeiro: Bicicleta Amarela, 2018.

CAPÍTULO V

PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

Francialdo Ferreira de Moura
Maria do Socorro Vieira

editora FAMEN

PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

Francialdo Ferreira de Moura[9] / Maria do Socorro Vieira[10]

INTRODUÇÃO

O tema "parceria entre escola e família" representa uma área de pesquisa fundamental para compreender e melhorar a educação. Esta linha de investigação explora interações, parcerias e colaborações entre escolas e famílias, reconhecendo a importância de ambos os ambientes na formação e desenvolvimento dos alunos. Analisar esse relacionamento permite identificar práticas eficazes de envolvimento parental na educação, abordar desafios enfrentados pelas famílias e escolas, e promover uma comunicação mais eficaz entre essas duas instituições.

Esta pesquisa justifica-se pelo seu impacto direto na qualidade da educação e no desenvolvimento integral dos alunos. Uma relação saudável e colaborativa entre escola e família é essencial para promover o engajamento dos estudantes, apoiar seu aprendizado e fortalecer seu bem-estar emocional.

[9] Graduado em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: audo.moura@gmail.com;

[10] Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Mestranda em Ciências da Educação. Professora da Faculdade do Maciço de Baturité. profsvieira1@gmail.com.

Além disso, pesquisas mostram que o envolvimento dos pais na educação está associado a melhores resultados acadêmicos, menor taxa de evasão escolar e uma variedade de benefícios sociais e emocionais para os alunos. Portanto, compreender os fatores que influenciam essa relação e identificar estratégias eficazes para promovê-la é fundamental para criar um ambiente educacional mais inclusivo, equitativo e eficaz, que atenda às necessidades de todos os estudantes.

O objetivo deste artigo é analisar as dinâmicas, desafios e práticas eficazes que influenciam essa relação, incluindo compreender como as interações entre escola e família impactam o desempenho acadêmico, bem-estar emocional e desenvolvimento global dos alunos.

Este estudo adotou como metodologia a pesquisa bibliográfica, utilizando obras literárias e artigos científicos reconhecidos, para abordar questões educacionais. A pesquisa científica, fundamental em várias áreas do conhecimento, é descrita como um processo sistemático de investigação para resolver ou aprofundar temas específicos. Autores como: Cury (2003), Parolin (2003), Carvalho (2000), entre outros, oferecem perspectivas valiosas sobre como os ambientes educacionais podem ser enriquecidos através de uma parceria efetiva e integrada, abordando tanto a teoria quanto a aplicação prática dessas ideias.

Este trabalho está dividido em partes, iniciando com a revisão de literatura sobre a importância do envolvimento familiar na educação, destacando que num passado distante era a família quem detinha inteiramente o papel de instruir os filhos. Contudo, à medida que a sociedade evoluiu e as exigências de conhecimento cresceram, a escola passou gradualmente a desempenhar um papel preponderante na educação das crianças e adolescentes. Em seguida, aborda-se os desafios na construção de uma parceria efetiva escola-família e, por fim, os benefícios alcançados através do envolvimento escola-família no desenvolvimento dos alunos.

Na seção de metodologia, são detalhados os procedimentos adotados para a coleta e análise de dados, oferecendo transparência sobre como as conclusões foram alcançadas. A seguir, na parte de resultados, são expostos os dados encontrados, permitindo uma visão clara das principais teorias. Nas discussões, esses resultados são interpretados, conectando-os com a literatura existente e destacando sua relevância e implicação para o campo da Educação.

Espera-se que esta pesquisa forneça esclarecimentos e estratégias práticas para fortalecer o relacionamento entre escola e família, promovendo uma colaboração mais eficaz e significativa entre pais, professores e profissionais da Educação. Os pais podem esperar orientações sobre como se envolver de maneira mais efetiva na vida escolar de seus filhos, enquanto os

professores e profissionais da Educação podem se beneficiar de diretrizes para criar ambientes escolares acolhedores e inclusivos, que valorizem a participação ativa dos pais no processo educacional.

REVISÃO DE LITERATURA

A presente pesquisa foi fundamentada em diversos autores que ressaltam o conceito da parceria entre escola e família. Dividida em três pontos distintos, aborda- se o envolvimento familiar na educação, os desafios na construção dessa parceria efetiva entre escola e família, e por fim, o impacto desse envolvimento no desenvolvimento do aluno e seus benefícios.

Di Santo (2006), em seu artigo "Família e Escola: uma relação de ajuda", descreve como, atualmente, a família tem transferido para a escola a responsabilidade de instruir e educar seus filhos, assim como de integrá-los na sociedade. Parolin (2003, p. 36) relata que “a qualidade do relacionamento que a família e a escola construírem serão determinantes para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as intuições”.

Candau (2011) evidencia os desafios enfrentados pela escola, destacando a importância da dimensão cultural nos processos pedagógicos para a construção de uma escola

verdadeiramente democrática e equitativa. A autora argumenta que a cultura não é algo externo ou secundário na educação, mas sim uma parte intrínseca e fundamental do ambiente escolar.

Ela enfatiza que a cultura está presente no dia a dia da escola, influenciando os processos de aprendizagem e as interações entre os sujeitos envolvidos. Diante disso, compreende-se que a parceria entre escola e família é essencial para o desenvolvimento integral do aluno, sendo necessário reconhecer a importância de cada uma dessas instituições e buscar uma colaboração efetiva para o sucesso educacional e socioemocional das crianças e jovens.

A importância do envolvimento familiar na educação

A responsabilidade pela instrução dos filhos, antigamente, era exclusiva das famílias, mas para Arroyo (2018), a redução do papel da escola contraria diretamente a concepção de que a criança não é apenas um membro da família, mas também um cidadão. Portanto, o Estado e, em especial, a escola pública, desempenham um papel importante na educação dos cidadãos nos princípios da cidadania.

No entanto, com as mudanças na sociedade e o aumento do conhecimento necessário, a escola assumiu gradualmente o papel de educar crianças e adolescentes. Embora as famílias ainda sejam consideradas os primeiros agentes de socialização e

responsáveis por criar condições para o crescimento de seus filhos, a escola também desempenha uma função fundamental na formação de comportamentos e valores socialmente aceitos.

> A família não é o único canal pelo qual se pode tratar a questão da socialização, mas é, sem dúvida, um âmbito privilegiado, uma vez que este tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora. A família constitui uma das mediações entre o homem e a sociedade. Sob este prisma, a família não só interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade, como projeta, ainda, em outros grupos os modelos de relação criados e recriados dentro do próprio grupo (Carvalho, 2000, p. 90).

A responsabilidade dos familiares e das instituições ultrapassa suas funções básicas, envolvendo não apenas a transmissão de conhecimentos e o provimento de necessidades materiais, mas também a formação integral dos indivíduos. Essa complexa interação entre escola e família, considerando suas particularidades e as transformações sociais ao longo do tempo, levanta questões sobre a natureza atual dessa relação e como ela está se desenvolvendo na contemporaneidade.

Cury (2003) destaca o papel dos pais como estimuladores de atividades, ressaltando que a principal contribuição da família é auxiliar as crianças a construir estruturas e hábitos fundamentais para a aprendizagem escolar. No entanto, algumas famílias estão ausentes ou demonstram desinteresse pelo

progresso escolar dos filhos, enquanto outras podem ser excessivamente protetoras ou preocupadas. De outra perspectiva, envolver-se na educação dos filhos vai além do desempenho acadêmico, incluindo aspectos afetivos que contribuem para o desenvolvimento em diversos aspectos.

A atuação dos pais na escola gera concordância imediata e entusiasmada, pois parece correta por se basear na obrigação natural dos pais. Além disso, as mães, que muitas vezes são mais presentes na escola, parecem ter uma abordagem boa porque sua meta é beneficiar os filhos; e parece desejável porque pretende aumentar tanto a participação democrática quanto o aproveitamento escolar.

> Atualmente, a família tem passado para a escola a responsabilidade de instruir e educar seus filhos e espera que os professores transmitam valores morais, princípios éticos e padrões de comportamento, desde boas maneiras até hábitos de higiene pessoal. Justificam alegando que trabalham cada vez mais, não dispondo de tempo para cuidar dos filhos. Além disso, acreditam que educar em sentido amplo é função da escola. E, contraditoriamente, as famílias, sobretudo as desprivilegiadas, não valorizam a escola e o estudo, que antigamente era visto como um meio de ascensão social (Di Santo, 2006, p. 2).

O autor destaca a tendência contemporânea em que as famílias transferem para a escola a responsabilidade de instruir e educar seus filhos, esperando que os professores ensinem não

apenas matérias acadêmicas, mas também transmitam valores morais e éticos. Isso muitas vezes é justificado pelo aumento da carga de trabalho dos pais e pela percepção de que a educação é primordialmente uma função da escola. No entanto, há uma contradição, pois, muitas famílias desprivilegiadas não valorizam o ambiente escolar como um meio de ascensão social. Essa análise ressalta a complexidade da relação entre família e escola na contemporaneidade.

Na concepção de Cury (2003, p. 21), os pais "são estimuladores de atividades como contar coisas para a criança, fazer comentários sobre o mundo que o cerca, responder e formular perguntas". Outro aspecto importante é a necessidade de desenvolvimento dos pais no processo de ajudar seu filho, no que diz respeito às atividades escolares, buscando recursos presentes no ambiente familiar que facilitem a aprendizagem geral dos filhos através da participação em atividades sociais, recreativas e esportivas.

> A principal contribuição do lar em ajudar as crianças a construírem uma gama de estruturas e hábitos que formarão os fundamentos para a aprendizagem escolar posterior e continuação a dar suporte a essa aprendizagem quando elas estiverem na escola (Cury, 2003, p. 25).

Os recursos utilizados pela família para facilitar a aprendizagem atingem seus objetivos quando os pais agem como

mediadores, ajudando seus filhos a usar esses instrumentos. O envolvimento dos pais no desenvolvimento da aprendizagem dos filhos é essencial para fornecer suporte emocional e promover autonomia.

Cury (2003) destaca exemplos simples de envolvimento parental, como ler para as crianças, participar de atividades de lazer juntos e supervisionar o trabalho escolar. No entanto, a participação dos pais na educação escolar é desejável apenas na medida em que eles se envolvam com os assuntos curriculares, embora esse envolvimento seja limitado.

Desafios na construção de uma parceria efetiva entre escola e família

A família e a escola são fundamentais no desenvolvimento integral da criança, compartilhando o objetivo de prepará-la para um futuro bem-sucedido e formá-la como um adulto responsável. Enquanto a família possui características únicas que a distinguem, também apresenta necessidades que a aproximam da escola, estabelecendo uma parceria essencial no processo educativo.

> Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa

> instituição. A escola tem sua metodologia filosofia, no entanto ela necessita da família para concretizar seu projeto educativo (Parolin, 2003, p. 99).

A autora citada acima destaca a importância tanto da família quanto da escola no processo de preparação das crianças para o mundo. Enquanto ambas compartilham o objetivo geral de educação e formação dos jovens, é importante reconhecer que cada uma possui suas características distintas. A família é a primeira instituição na vida de uma criança, proporcionando-lhe afetividade, cuidado e valores desde a tenra idade. Por outro lado, a escola oferece uma estrutura formal de aprendizado, com sua própria metodologia e filosofia educacional.

Embora a escola tenha seu papel definido na educação das crianças, ela não pode substituir o papel fundamental da família, que é insubstituível na formação do caráter e na transmissão de valores que complementam o ensino escolar. Portanto, a colaboração entre família e escola é essencial para o sucesso educacional das crianças. Cortella (2016, p. 51) afirma que "a função da escola é a escolarização: o ensino, a formação social, a construção de cidadania, a experiência científica e a responsabilidade social. Mas quem faz a educação é a família".

A importância da colaboração entre a escola e a família no processo educacional ressalta que a educação é um processo de construção individual que se fundamenta na cooperação entre essas duas instituições. Recentemente, observou- se um

fenômeno preocupante: a escola tem sido sobrecarregada com a responsabilidade de compensar a ausência ou a falta de envolvimento da família na educação das crianças.

Essa reflexão ressalta a necessidade de fortalecer a parceria entre escola e família, reconhecendo e valorizando o papel único que cada uma desempenha na educação das novas gerações. Nos desafios da educação e inclusão social, surgem dificuldades na formação de parcerias entre escola e família.

Arroyo (2010) destaca a complexidade disso, ressaltando a importância de abordagens inclusivas e sensíveis às diferenças individuais e contextuais para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos os alunos. Nesse contexto, considera-se ainda, a seguinte situação:

> As desigualdades não só continuam, mas se aprofundam e vitimam milhões de famílias e alunos(as) pela miséria, o desemprego, a sobrevivência nos limites, a violência. As desigualdades dos coletivos sem-teto, sem-terra, sem-espaço, sem-comida, sem universidade, sem-territórios entram na escola como nunca antes e interrogam as políticas educativas, sua gestão e suas análises (Arroyo, 2010, p. 1384).

A crescente complexidade das realidades sociais enfrentadas por estudantes e suas famílias é um lembrete urgente da necessidade de reformas educacionais profundas e adaptativas. A escola, ao ser desafiada a lidar com as diversas e

severas formas de desigualdade social, precisa reconhecer que a educação vai além dos muros da sala de aula e envolve a comunidade e o ambiente em que os estudantes estão inseridos.

Nesse sentido, o fortalecimento da parceria entre escola e família se torna ainda mais relevante. Essa colaboração não deve se limitar à comunicação regular ou à participação em eventos escolares, mas sim estender-se ao desenvolvimento de programas que apoiem as famílias em situações de vulnerabilidade e garantam que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades educacionais.

Os benefícios alcançados através do envolvimento escola-família no desenvolvimento dos alunos

A educação desempenha um papel essencial na produção e reprodução cultural e social, iniciando-se no lar ou na família. Nesse ambiente, ocorre a reprodução cotidiana de práticas essenciais como cuidados com o corpo, higiene, alimentação, descanso e afeto, que são as bases de toda vida social e produtiva. Torna-se evidente que a escola, ao expor suas diversidades, reconhece a importância da presença e participação familiar para facilitar a interação em diversos aspectos do ambiente educacional.

> [...] a mediação de saberes multi/interdisciplinares no processo educativo é uma necessidade, já que a especificidade dos contextos em que se educa hoje ganha cada vez mais importância, e dessa forma o/a professor/a e a escola, não deve só se adequar a essas novas demandas, mas, sobretudo, fazer uma releitura da sua visão de educação, desenvolver uma nova sensibilidade a partir de saberes interculturais que promova no diálogo as diferentes culturas desconstruindo a ideia de educação monocultural (Sá; Cortez, 2012, p. 2).

A citação enfatiza a importância da mediação de saberes multi e interdisciplinares na educação contemporânea e destaca a necessidade de professores e escolas reavaliarem suas concepções educacionais para atenderem às demandas atuais. Isso implica desenvolver uma sensibilidade fundamentada em conhecimentos interculturais para promover o diálogo entre diferentes culturas e descontruir a ideia de uma educação monocultural.

Por outro lado, as condições desfavoráveis à participação dos pais na educação escolar, particularmente nas famílias de classe média, refletem um modelo tradicional que não corresponde à realidade da maioria das famílias, incluindo as mais pobres e as trabalhadoras. Isso levanta a questão sobre a relevância de incentivar a participação dos pais na educação dos filhos, especialmente quando isso frequentemente impõe um ônus adicional às mães que já trabalham fora.

> É preciso compreender a família como um fenômeno historicamente situado, sujeito às alterações, de acordo com as mudanças das relações de produção estabelecidas entre os homens [...] é evidente que as funções da família vão depender do lugar que ela ocupa na organização social e na economia (Aranha, 1989, p. 75).

Esta citação ressalta a importância de entender a família dentro de seu contexto histórico, percebendo-a como um fenômeno que evolui continuamente, sujeito às mudanças conforme as transformações nas relações de produção entre os seres humanos.

O autor salienta que as funções da família são moldadas pelo seu papel na estrutura social e econômica. Isso implica que as responsabilidades, dinâmicas e papéis familiares são influenciados e formatados pelos sistemas sociais, econômicos e culturais nos quais estão inseridos. Compreender isso é crucial para uma análise mais aprofundada das famílias e para o desenvolvimento de políticas e práticas que atendam às suas necessidades em diversos contextos históricos e sociais.

O envolvimento familiar na educação é extremamente relevante, assim como os modelos bem-sucedidos de parcerias com a escola, destacando-se várias razões para sua importância, como a promoção do sucesso escolar. O envolvimento dos pais na educação está fortemente associado ao sucesso acadêmico dos alunos. Quando os pais se envolvem ativamente na vida escolar

dos filhos, acompanhando o progresso acadêmico, participando de reuniões escolares ou incentivando a realização das tarefas escolares, as crianças geralmente apresentam melhor desempenho.

> O envolvimento dos pais na educação das crianças tem uma justificativa pedagógica e moral, bem como legal [...] quando os pais iniciam uma parceria com a escola, o trabalho com as crianças pode ir além da sala de aula, e as aprendizagens na escola e em casa possam se complementarem mutuamente (Spodek; Saracho, 1998, p. 167).

A formação do indivíduo é uma responsabilidade compartilhada entre a família e a escola. Enquanto os pais desempenham um papel crucial como responsáveis diretos, a escola tem a responsabilidade primordial de fornecer educação formal. Ambas as instituições são corresponsáveis pela construção cognitiva, afetiva, social e da personalidade das crianças e adolescentes.

O apoio ao desenvolvimento socioemocional, com envolvimento familiar, é fundamental não apenas para o aspecto acadêmico, mas também para o bem-estar emocional das crianças. Pais engajados fornecem suporte emocional, promovem habilidades sociais e ajudam a construir autoestima saudável nos filhos.

Esse envolvimento reduz as taxas de abandono escolar, pois os pais estão mais atentos às necessidades de seus filhos e podem intervir precocemente para ajudá-los a superar desafios. Além disso, o interesse e a valorização dos pais pela educação influenciam diretamente a percepção das crianças sobre a importância dos estudos, tornando-os modelos positivos e inspirando seus filhos a se dedicarem aos estudos e alcançarem seus objetivos educacionais.

> As escolas têm contado com a contribuição acadêmica da família de duas maneiras: (a) construindo o currículo (e o sucesso escolar) implicitamente com base no capital cultural similar herdado pelos alunos, isto é, com base no *habitus* ou sistema de disposições cognitivas adquiridas na socialização primária ou educação doméstica, o que supõe afinidade cultural entre escola e família (Carvalho, 2000, p. 5)

No entanto, apesar de ser considerado um elemento natural e uma expressão de afetividade e do dever dos pais, o apoio da família ao sucesso escolar muitas vezes permanece mais implícito do que explícito. Atualmente, é essencial reconhecer que qualquer iniciativa de inovação e mudança na educação requer o envolvimento positivo e ativo das famílias e das comunidades.

É importante conceber a escola como parte integrante da sociedade e promover a democratização do sucesso escolar, o que

implica na participação de todos os agentes sociais, incluindo parceiros educacionais. A escola deve orientar a família para promover uma imagem positiva da instituição, facilitando a relação entre escola e família.

Por sua vez, a família deve sentir-se segura quanto ao ambiente escolar oferecido aos seus filhos. Compreende-se que a confiança transmitida tanto pela instituição quanto pelos professores é de grande importância, pois favorece uma maior abertura para o envolvimento dos pais no desenvolvimento da aprendizagem dos filhos. Dessa forma, percebe-se que escola e família devem estar unidas, pois compartilham o mesmo objetivo: o desenvolvimento da aprendizagem dos filhos.

Reis (2007) afirma que a escola nunca educará sozinha, enfatizando que a responsabilidade educacional da família é perene. A escolha da escola é apenas o início da relação, sendo fundamental o diálogo contínuo entre escola, pais e filhos. Não basta apenas manter um bom relacionamento entre a escola e a família; é essencial que o ambiente onde os alunos estão inseridos seja acolhedor e harmonioso. A escola e a família devem colaborar ativamente para criar um ambiente que verdadeiramente acolha e apoie as crianças.

Não é suficiente ter um ambiente familiar positivo se, na escola, a criança enfrenta discriminação ou tratamento injusto. Da mesma forma, um ambiente escolar acolhedor não pode compensar a falta de afeto, atenção ou abusos verbais que a

criança possa sofrer em casa. Ambos os contextos, familiar e escolar, devem ser espaços seguros e amorosos, fundamentais para o desenvolvimento integral e bem-estar da criança.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa bibliográfica, que envolveu a análise, compilação e síntese de textos de diversos autores. Os recursos utilizados incluíram obras literárias e artigos de periódicos científicos especializados, reconhecidos por sua confiabilidade e pertinência ao tópico abordado.

A pesquisa científica é necessária em todos os domínios do conhecimento, com destaque especial para a educação, onde numerosos estudos estão em curso ou já foram publicados. Trata-se de um processo sistemático que visa a resolver, responder ou aprofundar questões relacionadas a um fenômeno específico. De acordo com Bastos e Keller (1995), a pesquisa científica é definida como uma investigação metodológica sobre um tema específico, visando esclarecer aspectos relevantes do estudo. E a pesquisa bibliográfica,

> É habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa

> bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (Andrade, 2010, p. 25).

Assim, fica evidente a relevância da pesquisa bibliográfica como uma competência fundamental em cursos de graduação. A pesquisa bibliográfica é essencial para explorar e definir temas, desenvolver conteúdos, fazer referências e apresentar conclusões. Portanto, todos os estudantes, mesmo aqueles que não realizam pesquisas de laboratório ou de campo, devem realizar pesquisas bibliográficas para concluir seus trabalhos acadêmicos.

Ao pesquisar sobre a parceria entre família e escola, considerou-se as perspectivas teóricas e práticas abordadas na literatura. Isso englobou uma análise de como essa parceria é percebida e vivenciada tanto pelos pais quanto pelos profissionais da Educação, e como ela influencia o desempenho acadêmico, social e emocional dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A família não representa o único meio para as questões de socialização, contudo, é indiscutivelmente um contexto privilegiado, dado que frequentemente constitui o primeiro grupo a desempenhar o papel de socialização. A família serve como uma das mediações entre o indivíduo e a sociedade. Sob essa perspectiva, a família não apenas internaliza aspectos ideológicos predominantes na sociedade, mas também projeta em outros grupos os modelos de relações que são criados e recriados dentro do próprio núcleo familiar (Carvalho, 2000).

Cury (2003) menciona que principal contribuição do lar é auxiliar as crianças a desenvolverem uma série de estruturas e hábitos que estabelecerão as bases para o aprendizado escolar futuro e continuarão a apoiar esse aprendizado quando estiverem na escola. O autor cita exemplos simples de envolvimento parental, como ler para as crianças, participar juntos de atividades recreativas e supervisionar o trabalho escolar. Contudo, a participação dos pais na educação escolar é recomendada até o ponto em que se envolvam com os assuntos curriculares.

Arroyo (2010) destaca a desigualdade socioeconômica como um desafio na construção da parceria entre escola e família. Famílias em situação de vulnerabilidade econômica podem enfrentar dificuldades para se envolver na educação de seus

filhos devido à falta de tempo, recursos financeiros limitados e acesso restrito à informação educacional. As diferenças culturais e linguísticas também podem representar um desafio.

Para Parolin (2003), a qualidade do relacionamento estabelecido entre família e escola terá um impacto significativo no progresso do processo de ensino e aprendizagem do estudante, bem como em seu bem-estar em ambas as instituições. É essencial que a família e a escola trabalhem em colaboração, aproveitando os resultados positivos dessas interações. Isso pode resultar em princípios que facilitem o ensino e aprendizado da criança, promovendo um desenvolvimento emocional e intelectual mais sólido para ela.

Entende-se, segundo as informações coletadas, que a família, frequentemente o primeiro grupo a assumir a tarefa da socialização, não só internaliza os aspectos ideológicos predominantes na sociedade, mas também os transmite a outros grupos sociais. Dessa forma, a família influencia não apenas as interações dentro de seu próprio contexto, mas também estabelece os padrões de interação que os indivíduos levam para fora do ambiente familiar, contribuindo assim para a socialização mais ampla na sociedade.

Os resultados também destacam a importância crítica do envolvimento familiar na educação das crianças como um meio de estabelecer uma base sólida para o aprendizado futuro. As atividades simples citadas são apresentadas como meios eficazes

para fortalecer o desenvolvimento acadêmico e emocional das crianças. Contudo, a interação entre família e escola é, além de benéfica, também complexa, sendo influenciada por vários fatores, incluindo questões socioeconômicas.

Enfrentar desigualdades socioeconômicas é um grande desafio nesse contexto. Famílias de baixa renda encontram dificuldades de participação ativa na educação dos filhos. Além disso, diferenças culturais e linguísticas podem complicar ainda mais essa participação, potencialmente alienando famílias de comunidades minoritárias.

Por outro lado, a qualidade do relacionamento entre escola e família é decisiva para o sucesso educacional e o bem-estar do estudante. Uma colaboração efetiva entre essas duas instituições pode potencializar o ensino e o aprendizado, criando um ambiente que apoia o crescimento acadêmico, assim como o desenvolvimento emocional e intelectual das crianças. Para que essa colaboração seja verdadeiramente eficaz, é essencial que desafios como as desigualdades mencionadas sejam reconhecidos e abordados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada é de extrema relevância para a compreensão e melhoria da educação, pois explorou as interações, parcerias e colaborações entre essas duas instituições,

reconhecendo a importância de ambas na formação e desenvolvimento dos alunos. Ao longo do estudo, foram abordadas questões relacionadas à importância do envolvimento familiar na educação, os desafios na construção de uma parceria efetiva entre escola e família, agregando-se ainda, os benefícios alcançados através desse envolvimento no desenvolvimento dos alunos.

Foi evidenciado que a família desempenha um papel fundamental na socialização dos indivíduos, sendo reconhecida como um dos principais agentes desse processo. No entanto, também foram discutidos os desafios enfrentados pelas famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que podem limitar sua capacidade de se envolver na educação dos filhos. Diante desses aspectos, fica claro que a colaboração entre escola e família é essencial para promover o sucesso acadêmico e socioemocional dos alunos. A pesquisa destacou a importância de superar estereótipos, preconceitos e desigualdades socioeconômicas, promovendo uma relação de respeito, colaboração e confiança mútua entre as instituições.

Com base nesse estudo, é produtivo que as próximas pesquisas avaliem o impacto de diferentes tipos de envolvimento parental na educação sobre os resultados acadêmicos e emocionais dos estudantes. Estudos que examinem as práticas específicas de envolvimento e como elas podem ser adaptadas ou modificadas para melhor atender às necessidades de diversas

comunidades educacionais podem servir para subsidiar políticas públicas e práticas pedagógicas.

Portanto, é fundamental que escolas, famílias e comunidades trabalhem juntas para criar ambientes educacionais mais inclusivos, equitativos e eficazes, que atendam às necessidades de todos os estudantes. A construção de uma parceria efetiva entre escola e família é essencial para alcançar esse objetivo e promover o sucesso educacional e socioemocional de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010**.**

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Moderna, 1989.

ARROYO, M. **Não separemos o direito à educação dos demais.** Rio de Janeiro: CREI, 2018.

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010.

BASTOS, C. L; KELLER, V. **Aprendendo a aprender.** Petrópolis: Vozes, 1995.

CANDAU, V. M. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 240-255, 2011.

CARVALHO, M. E. P. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 110, p. 143-155, jul. 2000.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Entrevista à Revista ISTO É**. 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/mario-sergio-cortella-vivemos-num-momento-incomodo-que- pode-levar-reinvencao. Acesso em: 14 mar. 2024.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DI SANTO, J. R. **Família e Escola:** uma relação de ajuda. São Paulo: Webartigos, 2006.

PAROLIN, Isabel. **Professores Formadores:** A relação entre a Família, a Escola. Rio de Janeiro: Positivo, 2003.

REIS, Risolene Pereira. Relação família e escola: uma parceria que dá certo. **Mundo Jovem:** um jornal de ideias, São Paulo, ano XLV, n° 373, 2007.

SÁ, M. J. R. de; CORTEZ, D. de S. Desafios contemporâneos ao trabalho docente: mediação de saberes multiculturais no cotidiano educativo. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO COMPARADA, 5., 2012. **Anais...**Belém do Pará, 2012.

SPODEK, Bernard; SARACHO, Olívia N. **Ensinando crianças de 3 a 8 anos.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

CAPÍTULO VI

APLICATIVOS EDUCACIONAIS PARA ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Janiele de Paiva da Silva Torres
Maria do Socorro Vieira

editora FAMEN

APLICATIVOS EDUCACIONAIS PARA ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Janiele de Paiva da Silva Torres[11] / Maria do Socorro Vieira[12]

INTRODUÇÃO

A alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental é um período crucial no desenvolvimento educacional das crianças, pois é durante essa fase que elas adquirem as habilidades básicas de leitura e escrita que servirão como base para seu sucesso acadêmico e profissional.

Na era tecnológica contemporânea, os métodos tradicionais de alfabetização enfrentam desafios significativos em termos de eficácia. Estes métodos muitas vezes não conseguem atingir as crianças de maneira adequada, especialmente aquelas que cresceram imersas na cultura digital. A falta de conexão entre o ambiente de aprendizagem e a realidade cotidiana dos alunos pode resultar em desinteresse e desengajamento. Nesse contexto a integração de tecnologias

[11] Graduado em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: janielepaiva734@gmail.com;
[12] Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Mestranda em Ciências da Educação. Professora da Faculdade do Maciço de Baturité. profsvieira1@gmail.com.

educacionais pode melhorar significativamente a eficácia da alfabetização, proporcionando experiências de aprendizagem mais interativas, adaptativas e personalizadas.

A escolha deste tema justifica-se por compreender que nos anos iniciais do Ensino Fundamental, quando a alfabetização é uma etapa crucial, essas ferramentas podem proporcionar oportunidades adicionais para a prática de habilidades linguísticas, como leitura, escrita e compreensão. Além disso, esses aplicativos podem ser adaptados para atender às necessidades individuais dos alunos, oferecendo suporte personalizado e promovendo a inclusão.

O objetivo deste trabalho é apresentar a importância da utilização e da seleção adequada de aplicativos educacionais em sala de aula nos anos iniciais do ensino fundamental.

A metodologia utilizada foi o método de pesquisa bibliográfica, onde diversas bibliografias foram consultadas, dentre as quais se destacam os estudos apresentados por Freire (1987), Ferreiro e Taberosky (1999) e Costa *et al*. (2021).

Este estudo está dividido em partes, onde no primeiro momento apresenta-se a importância da tecnologia na alfabetização dos anos iniciais do ensino fundamental, define-se em seguida o que são aplicativos e para quais propósitos podem ser utilizados, logo depois são apresentadas metodologias para selecionar adequadamente esses aplicativos em sala de aula.

REVISÃO DE LITERATURA

Para o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se embasamento em autores como Fernando (2004) *apud* Moran (2011), Opara (2023) e, destacadamente, Freire (1987), Ferreiro e Teberosky (1999) e Costa *et al.* (2021). Estes últimos autores trazem contribuições significativas para o entendimento e a análise do tema em questão.

As tecnologias têm o poder de expandir os limites da sala de aula tradicional, promovendo comunicação avançada e conexões inovadoras entre ensino presencial e virtual. No entanto, não podem resolver todos os desafios do ensino e aprendizagem por si só. Ensinar e aprender são desafios complexos que requerem mais do que simplesmente depender de tecnologia (Fernando, 2004 *apud* Moran, 2011). Dessa forma, é preciso que a tecnologia seja aplicada de forma consciente e inteligente em sala de aula.

Diante dos desafios enfrentados pelos métodos tradicionais de alfabetização na era digital, a integração de Tecnologias Educacionais emerge como uma alternativa promissora. Essas tecnologias, dentre as quais estão estes recursos têm se destacado por abrangerem diversas áreas, incluindo a alfabetização.

De acordo com Opara (2023), a Tecnologia Educacional, é uma área que estuda e aplica estratégias, procedimentos e formas

de comunicação para alcançar objetivos na educação. Ela usa o conhecimento das ciências de forma organizada para realizar atividades práticas na educação. Envolve projetar, desenvolver e usar processos e recursos para facilitar a aprendizagem.

É importante ressaltar que nem todos as aplicações são igualmente eficazes. A qualidade pedagógica dos aplicativos é um aspecto crucial a ser considerado na seleção e utilização dessas ferramentas, levando em consideração critérios como alinhamento com os objetivos educacionais, adequação ao desenvolvimento cognitivo das crianças e usabilidade.

Além disso, é fundamental considerar as características específicas do contexto escolar e dos alunos ao avaliar essas ferramentas. Fatores como acesso à tecnologia, indivualidade dos alunos, formação dos professores e infraestrutura das escolas podem influenciar a eficácia e o impacto dessas ferramentas no processo de ensino e aprendizagem.

Diante desse cenário, a avaliação criteriosa desta ferramenta virtual para a alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental torna-se uma questão relevante e urgente para educadores, pesquisadores e desenvolvedores de tecnologia. Ao selecionar e utilizar aplicativos com base em evidências sólidas e critérios bem fundamentados, é possível maximizar o potencial dessas ferramentas como recursos complementares no ensino da leitura e escrita, contribuindo assim para a promoção do sucesso educacional das crianças nessa etapa crucial de seu

desenvolvimento. Diversos estudos apontam para a importância da qualidade do conteúdo, design e usabilidade das aplicações destinadas à alfabetização.

Aplicativos digitais na educação

Aplicações digitais se referem a qualquer *software* de aplicativo que possa ser utilizado por um computador, dispositivo móvel ou tablet para realizar tarefas úteis. Esses aplicativos tem funções específicas e podem ser acessados através da internet, ou instalados através dela e acessados offline Holland (2022). Quando aplicados no contexto educacional, as aplicações digitais trazem um conjunto de benefícios para o processo de ensino-aprendizagem.

O primeiro desses benefícios é a educação personalizada, processo centrado no aluno e que considera suas necessidades, habilidades e interesses individuais. Essa abordagem se encaixa nas Tecnologias Adaptativas, sistemas digitais que se ajustam ao nível de habilidade e ao estilo de aprendizagem de cada indivíduo, como definido por Santos *et. al.* (2024).

Os aplicativos digitais também promovem a colaboração e interação entre alunos e professores por meio de fóruns de discussão, salas de chat e outras ferramentas de comunicação. Freitas (2019) observa que a virtualização de dados, informações, imagens e conteúdos por meio de aplicativos facilita o acesso

rápido em qualquer ambiente, favorecendo a reflexão e a troca de ideias entre os participantes. Essa abordagem promove a participação dos alunos e cria um ambiente de aprendizagem colaborativo e envolvente.

Um dos benefícios mais importantes dessas ferramentas é o feedback imediato sobre o desempenho dos alunos em atividades e avaliações. Isso permite que eles identifiquem seus pontos fortes e fracos e direcionem seus esforços de estudo de forma mais eficiente. O feedback imediato também ajuda a manter os alunos motivados e engajados no processo de aprendizagem Awari (2023).

A gamificação da aprendizagem, como descrita por Hamari et al. (2014), é uma estratégia que utiliza elementos de jogos para tornar o aprendizado mais envolvente. No entanto, é necessário selecionar cuidadosamente elementos de jogos alinhados aos objetivos educacionais e ao desenvolvimento cognitivo dos alunos, garantindo também a usabilidade do aplicativo. Assim, a gamificação não se resume a simplesmente introduzir jogos na sala de aula, mas requer uma abordagem estratégica e consciente para contribuir efetivamente para o processo de ensino e aprendizagem.

Com o uso de aplicativos móveis, os alunos podem acessar o conteúdo do curso e participar de atividades de aprendizagem de forma remota, o que é especialmente útil em situações de

ensino à distância, através do chamado *mobile learning* (*m-learning*).

> Em 1999 com a Declaração de Bolonha, o termo *m-learning* surgiu e passou a ser utilizado. Este documento teve como objetivo promover a integração do sistema educacional de nove países europeus, estabelecendo parâmetros em prol da mobilidade dos cidadãos, no que diz respeito a facilitar o reconhecimento dos diplomas em todo território do continente, e também o deslocamento de estudantes, professores, para estudo e treinamento. Posteriormente o termo *m-learning* passou também a designar a aprendizagem com telefones celulares, *laptops* e em pequenos computadores pessoais (Nascimento, 2017, *apud* Bulcão, 2010 p. 32).

Sob a ótica do *m-learning*, facilitado principalmente pelos *smartphones*, os alunos desfrutam de uma maior liberdade e comodidade no processo de aprendizagem. Ao romper as barreiras das salas de aula convencionais, agora é viável adquirir conhecimento em qualquer lugar e a qualquer momento. Durante o período desafiador da pandemia de Covid-19, essa abordagem educacional revelou-se indispensável, garantindo a continuidade do ensino.

Adicionalmente, os aplicativos desempenham um papel fundamental no aprendizado móvel, permitindo aos estudantes acessar o conteúdo do curso de forma conveniente e flexível. Como apontado por Sharples et al. (2019), essa mobilidade implica

que o aprendizado não está mais restrito ao ambiente físico da sala de aula, oferecendo possibilidades de aprendizagem contínua e adaptável às necessidades individuais dos alunos. Também podem facilitar a avaliação do desempenho dos alunos e a análise de dados para os professores (Lin et al., 2018). Isso permite que eles identifiquem tendências, áreas de dificuldade e necessidades individuais dos alunos, informando sua prática de ensino.

Seleção de aplicativos educacionais

A seleção criteriosa dos *softwares* desempenha um papel fundamental no ambiente da sala de aula, pois influencia diretamente a eficácia do processo de ensino e aprendizagem. Ao escolher os aplicativos apropriados, levando em consideração critérios pedagógicos e metodologias pré-existentes, os educadores podem garantir uma integração coesa e relevante da tecnologia no currículo.

Na literatura é possível encontrar metodologias específicas para a seleção e avaliação da qualidade. Algumas dessas metodologias são apresentadas e detalhadas logo a seguir.

Soad (2017), apresenta uma metodologia chamada MoLEva para avaliar a qualidade de aplicativos digitais de cunho pedagógico, baseada na norma ISO/IEC 25000. Quando utilizada

em aplicações digitais para educação, esse método é dividido em seis etapas:

- Definir objetivos e contextualização da avaliação;
- Definir e configurar o modelo de avaliação da qualidade;
- Identificar métricas de avaliação;
- Definir níveis de pontuação e critérios de julgamento;
- Projetar a avaliação;
- Executar a avaliação.

Silva e Batista (2015), descreveram uma metodologia utilizada para avaliar a qualidade de aplicações pedagógicas relacionados ao estudo de tópicos matemáticos no ensino médio. Eles aplicaram três testes em turmas específicas e iniciaram a metodologia levando em consideração questões de usabilidade, pedagógicas e conteúdos matemáticos. Ao avaliar os resultados, os procedimentos de avaliação passaram por modificações, incorporando pesos e classificações, até que a metodologia final de avaliação dos aplicativos fosse estabelecida.

Moreira *et al.* (2020), apresentaram uma metodologia para a avaliação de aplicativos utilizados no processo de letramento e alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. Seis aplicativos da loja Google Play Store foram selecionados de acordo com critérios pré-estabelecidos pelos autores. A avaliação proposta consiste em uma ficha composta por duas questões:

Questão 01: Composta por afirmativas sobre os aplicativos, abrangendo os tópicos de questões operacionais e usabilidade, conteúdo e questões pedagógicas. Utilizou-se uma escala de concordância de 1 a 5, em que 1 representa discordância completa e 5 representa concordância completa.

Questão 02: Complementa a análise de cada aplicativo.

Os dados foram coletados por professores pedagogos que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola municipal em Campos dos Goytacazes, RJ.

Andrade *et al*. (2017), apresentam critérios para a seleção de aplicativos educacionais no contexto da aprendizagem móvel (*m-learning*). Para isso, realizaram um levantamento bibliográfico de diversos trabalhos que investigaram critérios para a seleção adequada. Eles desenvolveram um mapeamento, categorizando os critérios encontrados em três grupos distintos e especificando as características de cada um desses grupos, bem como apresentando os descritores associados a cada categoria, conforme está apresentado abaixo:

Categoria pedagógica: Se refere às estratégias e apresentação das informações e tarefas exigidas no processo ensino-aprendizagem. Apresenta como descritores, concepção, contexto de aprendizagem, adequação aos conteúdos curriculares, aspectos didáticos, mediação pedagógica e facilidade de uso.

Categoria tipo de *app*: Demonstra os possíveis tipos de aplicativos para o *M- Learning* com fins educativos. Apresenta como descritores, interação, referencial, acesso a informações, geolocalização, produtividade, colaboração e administração.

Categoria qualidade intrínseca: Refere-se aos requisitos e atributos que devem, necessariamente, compor a avaliação da qualidade de um aplicativo. Apresenta como descritores, usabilidade, interatividade, acessibilidade, flexibilidade, mobilidade, ubiquidade, colaboração, compartilhamento e reusabilidade.

A cuidadosa seleção de software desempenha um papel crucial na dinâmica da sala de aula, impactando diretamente a eficácia do processo de ensino e aprendizagem. Ao escolher aplicativos adequados, levando em conta critérios pedagógicos e metodologias já estabelecidas, os educadores podem garantir uma integração coesa e relevante da tecnologia no currículo. Essa abordagem não só facilita a aquisição de conhecimento, mas também fomenta o desenvolvimento de habilidades essenciais, incentivando a participação ativa dos alunos e enriquecendo suas experiências educacionais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração do presente trabalho, foi utilizada uma pesquisa de caráter bibliográfico. Diversas referências

publicadas, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e páginas de websites, foram consultadas para selecionar os trabalhos que foram analisados.

> A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (Andrade, 2010, p. 25).

Sob essa ótica, a pesquisa bibliográfica é uma metodologia fundamental durante a construção de qualquer pesquisa acadêmica. Trabalhos publicados em revistas científicas e outros meios acadêmicos fornecem sustentação teórica para a pesquisa em desenvolvimento, delineando a importância da temática estudada e destacando as lacunas que ainda precisam ser preenchidas em torno do tema escolhido para a pesquisa.

> [...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (Boccato, 2006, p. 266).

Nesse contexto, este trabalho visa, por meio da pesquisa bibliográfica, contribuir e apresentar os conhecimentos necessários para embasar outras pesquisas relacionadas à temática das tecnologias educacionais para alfabetização. Conforme destacado pelo autor, analisar e discutir os trabalhos publicados nessa área é fundamental para alcançar esse objetivo.

Tecnologias para alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

A alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental se configura como um processo fundamental para o desenvolvimento integral da criança. Consoante Ferreiro e Teberosky (1999), a alfabetização não se resume à mera decodificação do código escrito, mas sim à construção de um

conjunto de habilidades que permitem ao indivíduo ler e escrever de forma crítica e autônoma.

Os métodos tradicionais de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental têm sido objeto de estudo e crítica por parte de pesquisadores educacionais. Segundo Freire (1987), esses métodos muitas vezes adotam uma abordagem bancária, na qual o professor é o detentor do conhecimento e os alunos são vistos como receptores passivos.

Além disso, estudos como o de Ferreiro e Teberosky (1985) destacam a ênfase excessiva na memorização de sílabas e palavras, sem proporcionar uma compreensão profunda dos princípios que regem o sistema de escrita, e sem dar ênfase a um ensino contextualizado.

> A falsa concepção do humanismo –, que vê na tecnologia a razão dos males do homem moderno. E o erro básico de ambas, que não podem oferecer a seus adeptos nenhuma forma real de compromisso, está em que, perdendo elas a dimensão da totalidade, não percebem o óbvio: que humanismo e tecnologia não se excluem. Não percebem que o primeiro implica a segunda e vice-versa. Se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa (Freire, 1976, p. 22).

Corroborando com essa concepção, a tecnologia não deve ser vista como um obstáculo na educação, mas sim como uma ferramenta que, se usada corretamente, pode auxiliar os educadores e melhorar a prática docente. É crucial superar a persistência em métodos ultrapassados baseados na crença de que a tecnologia é a causa dos desafios educacionais atuais. Uma mudança de mentalidade é necessária para reconhecer o potencial da tecnologia em enriquecer os processos de ensino e aprendizagem.

Alinhado com esse pensamento, Macedo e Friedrich (2017) ressaltam a importância de metodologias mais interativas e contextualizadas para promover um letramento mais eficaz. Nesse contexto, à luz da atual era da tecnologia, torna-se imprescindível que os professores adotem táticas de ensino que conversem com o mundo digital no qual os alunos estão inseridos. Conceituar o termo tecnologia é bastante complicado, pois a ideia de tecnologia varia de acordo com o período histórico e o contexto social em que o termo é aplicado.

> Em Vieira Pinto, a tecnologia é, inicialmente, abordada de quatro diferentes significados: o primeiro, no sentido etimológico, tem de ser a teoria, a ciência, o estudo, a discussão da técnica, abrangidas nesta última noção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa. A tecnologia aparece aqui com o valor fundamental e exato de logos da técnica. Na segunda definição, a tecnologia equivale

> pura e simplesmente à técnica, sendo ambos os termos utilizados como sinônimos, e o seu sentido é intercambiável, popular e sem rigor. Indiscutivelmente, essa é a conotação mais frequente e popular da palavra, quando não se exige uma maior precisão. No terceiro sentido, o termo tecnologia abrange o conjunto de todas as técnicas de que uma determinada sociedade dispõe, em uma dada fase histórica de seu desenvolvimento. Em tal caso, aplica-se tanto às civilizações do passado quanto às condições vigentes em qualquer grupo social. E por último, a tecnologia é vista como a ideologização da técnica (Sandeski 2016, *apud* Pinto, 2008, p. 219).

Conforme a terceira definição mencionada, na era tecnológica atual em que estamos inseridos, as Tecnologias Educacionais podem ser conceituadas como um conjunto de técnicas aplicadas para promover e impulsionar o desenvolvimento cognitivo dos alunos, por meio de metodologias inteligentes que conduzam ao aprendizado.

> É possível pensá-lo como uma ciência que estuda as estratégias, procedimentos e formas de comunicação usadas para alcançar objetivos educacionais. A aplicação metódica do conhecimento das ciências na realização de tarefas práticas na educação é uma definição do termo "Tecnologia Educacional". A aplicação do método científico ao estudo dos aspectos comportamentais do ensino e da aprendizagem resultou no desenvolvimento de uma abordagem de comunicação conhecida como construtivismo. A tecnologia na educação é considerada tanto um meio

> quanto um serviço para impactar e apoiar processos de aprendizagem melhores e mais produtivos. Isso ocorre porque a tecnologia na educação é vista como um meio e um serviço. [...]. Em outras palavras, a tecnologia instrucional é a teoria e prática de projetar, desenvolver e usar processos e recursos para a aprendizagem (Opara, 2023, p. 8).

Na contemporaneidade, a evolução dos métodos de alfabetização utilizando Tecnologias Educacionais é crucial para atender às demandas da sociedade digital. O emprego de recursos tecnológicos em sala de aula demonstra um impacto positivo, aprimorando a motivação e a atenção dos alunos em relação aos conteúdos, além de potencializar o ensino da leitura e escrita (Costa *et al*., 2021).

> Sem dúvidas, as tecnologias nos permitem ampliar o conceito de sala de aula, de espaço e de tempo, de comunicação audiovisual, e estabelecer pontes novas entre o presencial e o virtual, entre o estarmos juntos e o estarmos conectados, à distância. Mas, se ensinar dependesse só de tecnologias, já teríamos achado melhores soluções há muito tempo. Elas são importantes, mas não resolvem as questões a fundo. Ensinar e aprender são desafios maiores que enfrentamos em todas as épocas, e particularmente agora, em que estamos pressionados pelo modelo de gestão industrial para o da informação e do conhecimento (Fernando, 2004 *apud* Moran, 2011, p. 12).

Com base nisso podemos refletir que as tecnologias por sí só não são capazes de promover a alfabetização. Torna-se fundamental que toda a equipe pedagógica adote uma variedade de estratégias, como jogos educativos, bingos de nomes e frases, atividades musicais, criação e contação de histórias, entre outras dinâmicas e recursos tecnológicos. Essas abordagens possibilitam a interação entre alunos, professores e o conteúdo ensinado, garantindo a eficácia do processo de alfabetização (Costa *et. al*., 2021). Sem a mobilização da equipe pedagógica a eficácia das Tecnologias Educacionais para a alfabetização não pode ser garantida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As concepções apresentadas por Freire (1976, 1987) demonstram que a abordagem educacional bancária, na qual o professor detém todo o conhecimento enquanto o aluno desempenha um papel passivo, é inadequada para o processo de alfabetização. Portanto, é imperativo promover a adoção de métodos de ensino mais dinâmicos e participativos em sala de aula. A tecnologia, muitas vezes erroneamente considerada um obstáculo educacional a ser combatido, deve ser integrada ao ambiente escolar como uma ferramenta didática capaz de desafiar os métodos tradicionais de alfabetização baseados na educação bancária. Ao incorporar a tecnologia de forma

estratégica, os educadores podem incentivar a participação ativa dos alunos, promover a autonomia e estimular o pensamento crítico, elementos essenciais para o processo de alfabetização eficaz no contexto atual.

Os estudos de Ferreiro e Teberosky (1985) destacam que a alfabetização vai além da simples decodificação do código escrito, enfatizando a construção de habilidades que possibilitam uma leitura e escrita críticas e autônomas. No contexto atual, em que vivemos imersos na era digital, a inserção da tecnologia no processo de alfabetização torna-se ainda mais crucial.

Ao utilizar recursos tecnológicos, os educadores podem oferecer experiências de aprendizagem mais dinâmicas e interativas, que estimulam a participação ativa dos alunos e promovem uma compreensão mais profunda dos princípios do sistema de escrita. Além disso, a tecnologia proporciona acesso a uma variedade de ferramentas que podem ser adaptados para atender às necessidades específicas dos alunos, tornando o processo de alfabetização mais inclusivo e personalizado. Portanto, integrar a tecnologia de forma estratégica no ensino da alfabetização não apenas complementa as ideias de Ferreiro & Teberosky, mas também potencializa o desenvolvimento de habilidades essenciais para o sucesso dos alunos na sociedade digital atual.

Costa *et al*. (2021) apresentaram que a evolução dos métodos de alfabetização, utilizando Tecnologias Educacionais, é

essencial para atender às demandas da sociedade digital. Eles demonstraram que o emprego de recursos tecnológicos em sala de aula tem um impacto positivo, aumentando a motivação e a atenção dos alunos em relação aos conteúdos, e também aprimora o ensino da leitura e escrita, o que fortalece a metodologia de alfabetização através de aplicativos digitais.

No entanto, é importante reconhecer que é crucial selecionar essas ferramentas adequadamente, levando em consideração critérios específicos da escola e dos alunos, como a diversidade da turma e as condições de infraestrutura da instituição. A integração de aplicativos, juntamente com jogos educativos, bingos de nomes e frases, atividades musicais, criação e contação de histórias, entre outras dinâmicas e recursos tecnológicos, permite promover uma aprendizagem significativa e interativa, garantindo a interação entre alunos, professores e o conteúdo ensinado, e, consequentemente, a eficácia do processo de alfabetização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, destaca-se a importância vital da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental como base essencial para o desenvolvimento educacional das crianças. É reconhecida a necessidade de evolução das metodologias de alfabetização, integrando tecnologias digitais de forma

significativa. Os aplicativos educacionais surgem como ferramentas promissoras, mas sua seleção criteriosa e integração harmoniosa com uma metodologia adequada são fundamentais.

Os educadores desempenham um papel crucial como mediadores nesse processo, garantindo o uso eficaz das tecnologias para potencializar o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. A alfabetização nos anos iniciais exige uma abordagem adaptativa que incorpore as inovações tecnológicas de maneira a preparar os alunos para os desafios contemporâneos, e que leve em consideração a realidade da turma e as condições da escola.

Este trabalho de pesquisa concluiu que a alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental não se configura apenas como uma etapa introdutória, mas sim como um processo complexo e contínuo, exigindo uma abordagem dinâmica e adaptável. A integração de tecnologias digitais, devidamente articuladas a uma metodologia pedagógica eficaz, pode contribuir significativamente para o fortalecimento desse processo, preparando os alunos para os desafios e oportunidades do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ANDRADE, M. V. M.; ARAÚJO JR.; C. F.; SILVEIRA, I. F. Estabelecimento de critérios de qualidade para aplicativos educacionais no contexto dos dispositivos móveis (M-Learning). **EaD Em Foco**, 7(2), 2017.

AWARI. **Análise de dados app: a revolução da tecnologia na educação**. 2023. Disponível em: https://awari.com.br/analise-de-dados-app-a-revolucao-da- tecnologia-na-educacao/?utm_source=blog&utm_campaign=projeto+blog&utm_medium=Analise%20de%20Dados%20App:%20A%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20Tecnologi a%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 27 mar. 2024.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.** Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

COSTA, R. P.; CASSIMIRO, E. E.; DA SILVA, R. R. Tecnologias No Processo de Alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 97–116, 2021.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño.** São Paulo: Siglo XXI Editores, 1985.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREITAS, S. M. **Uso de aplicativos como ferramenta para trabalhar educação em saúde no ensino médio**. Sissi Maria de Freitas – Mossoró, 2019.

HAMARI, J.; KOIVISTO, J.; SARSA, H. Does Gamification Work? – A Literature Review of Empirical Studies on Gamification. In: **Proceedings of the 47th Hawaii International Conference on System Sciences**, Hawaii, USA, 2014.

HOLLAND, B. J. **Handbook of Research on Technological Advances of Library and Information Science in Industry 5.0**. Turkey: Scopus, 2022.

LIN, T. J., LI, Y. H., & LIU, E. Z. **Using learning analytics to explore the effectiveness of an educational video game**. England: Computers & Education, 2018.

MACEDO, A. S.; FRIEDRICH, D. Metodologias Ativas no Ensino de Língua Portuguesa: Um Estudo de Caso na Rede Pública de Ensino. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 10(23), 111-130, 2017.

MORAN, Jose Manuel. **Educação inovadora na sociedade da informação.** Rio de Janeiro: Anped, 2011.

MOREIRA, V. N.; BATISTA, S. C. F. & RANGEL, I. R. G. Alfabetização e letramento: avaliação de aplicativos móveis para os anos iniciais do Ensino Fundamental. **Vértices,** Campos dos Goitacazes, 22(2), 2020.

NASCIMENTO, K. C. **O uso de aplicativos móveis como ferramenta pedagógica no ensino-aprendizagem de lingua inglesa**. João Pessoa, 2017.

OLIVEIRA, C.; MOURA, S. P.; SOUSA, E. R. **TIC's na educação**: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. João Pessoa: CONEDU, 2015.

OPARA, E. **Basics of Educational Technology**. São Paulo: FCT, 2023.

RODRIGUES, M. A.; SANTOS, L. C. Uso de tecnologias na alfabetização: um estudo exploratório nas escolas públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Informática na Educação,** 29(1), 22-34, 2021.

SANDESKI, V. E. **O conceito de tecnologia em Álvaro Vieira Pinto e suas implicações para a educação profissional**: Uma abordagem dos Institutos Federais. 2016.

SANTOS *et al*. Personalização do ensino: o papel das tecnologias adaptativas na educação individualizada. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.17, n.2, p. 01-17, 2024.

SHARPLES, M., ARNEDILLO-SÁNCHEZ, I., MILRAD, M., & VAVOULA, G. Mobile learning: small devices, big issues. *In:* **Technology-enhanced learning**. Nova Iorque, Springer, 2019.

SILVA, M. G.; BATISTA, S. C. F. Metodologia de Avaliação: Análise da Qualidade de Aplicativos Educacionais para Matemática do Ensino Médio. **Revista Novas Tecnologias na Educação,** Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2015.

SOAD, G. W. **Quality evaluation of mobile learning applications**. Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, São Carlos – SP, 2017.

SOARES, M. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CAPÍTULO VII

O LÚDICO COMO FERRAMENTA DE ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Beatriz Ferreira
Maria do Socorro Vieira

editora FAMEN

O LÚDICO COMO FERRAMENTA DE ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Beatriz Ferreira[13] / Maria do Socorro Vieira[14]

INTRODUÇÃO

O presente estudo discorre sobre o processo de alfabetização, tendo como base a ludicidade, visa permitir que o indivíduo melhore o seu aprendizado e desenvolva as habilidades de leitura e escrita naturalmente, através de recursos que envolvam todas as características do aluno, tornando-o um processo construtivo e significativo para a vida do educando.

As vivências ocorridas durante os estágios anteriores refletiram sobre a necessidade dessa ferramenta como forma de aprendizagem na alfabetização. Foi observado que o uso desse material em sala de aula torna o processo mais eficaz, uma vez que o lúdico propicia um ambiente escolar pautado no fazer pedagógico.

[13] Graduado em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: biafe567@gmail.com;
[14] Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Mestranda em Ciências da Educação. Professora da Faculdade do Maciço de Baturité. profsvieira1@gmail.com.

Este artigo é justificado mediante o entendimento de que a ludicidade é de extrema importância no ensino e aprendizagem, incorporando o saber através de características e conhecimento de mundo. Além disso, permite adquirir entendimento do mundo ao seu redor. Com esse recurso, o aprendizado se torna mais atrativo, aprimorando a oralidade, o pensamento e o senso crítico.

O estudo deste trabalho teve como eixo a pesquisa bibliográfica, e objetiva abordar o lúdico como ferramenta de alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O artigo engloba estudos dos principais autores como: Tfouni (2010), Freire (1996) e Gomes (2009), entre outros, que discorrem sobre a ludicidade na alfabetização, bem como suas contribuições nesse processo.

Este trabalho está fracionado em segmentos, onde inicialmente, na revisão de literatura, aborda-se o processo de alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como a importância do lúdico na prática docente e, por fim, o lúdico e suas contribuições no processo de alfabetização.

Posteriormente, ao longo das sessões, explica-se a abordagem metodológica adotada no trabalho, centrada na pesquisa bibliográfica. Essa metodologia foi escolhida para permitir um aprofundamento teórico sobre o tema da ludicidade na alfabetização, com base em livros, documentos e artigos científicos.

Os resultados e discussões apresentam os principais achados da pesquisa bibliográfica, destacando as contribuições dos principais autores, que tratam acerca do processo de alfabetização, da formação docente e da prática lúdica. As considerações finais deste trabalho, resultantes de um processo de reflexão, sintetizam os argumentos expostos anteriormente, além de sugerirem a importância de futuras pesquisas focadas em métodos que integrem a ludicidade no currículo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Este artigo oferece uma breve descrição sobre a ludicidade na alfabetização, com o intuito de fazer com que os profissionais da educação e pais reflitam sobre a importância desse recurso, não apenas em sala de aula, mas também fora dela, e que se torne algo fundamental para o desenvolvimento da criança como um todo.

REVISÃO DE LITERATURA

O artigo a seguir foi embasado em estudos de Tfouni (2010), Freire (1996), Gomes (2009), entre outros, sobre a temática abordada. Essas fontes permitiram um estudo mais rápido e eficiente na evolução deste trabalho, proporcionando uma compreensão e análise mais aprofundadas sobre o lúdico como ferramenta de alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Segundo Tfouni (2010), existem duas formas de entender a alfabetização: como desenvolvimento individual de habilidades que visam a aquisição de leitura e escrita, ou como desenvolvimento da linguagem. Assim, a alfabetização é um conjunto de sistemas convencionais de leitura, escrita e habilidades. Para Freire (1996), a formação do docente é algo que deve ser construído através de habilidades.

Diante dos estudos vemos que o professor deve ser um agente de transformação e de novas perspectivas, sendo o principal colaborador no processo de aprendizagem de seus alunos, devendo produzir e mediar uma visão crítica da sociedade. Nesse raciocínio, Gomes (2009) ressalta que o lúdico sempre esteve presente no ambiente educacional e favorece o despertar de novas percepções de forma dinâmica, desenvolvendo a socialização, o físico e a moral.

O processo de alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

A alfabetização constitui uma etapa essencial para o desenvolvimento da criança, sobretudo no que tange à sua preparação para a vida fora do contexto educacional, onde o aluno aprende a ler, escrever e adquire novas formas de compreensão e uso da linguagem de modo geral, permitindo a continuação de sua trajetória escolar.

Segundo Tfouni (2010, p. 11): “a alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura e escrita e as chamadas práticas de linguagem”. Portanto, a alfabetização envolve a aquisição da leitura e escrita, aspectos primordiais para a vida em sociedade.

No processo de alfabetização, o desenvolvimento ocorre de maneira gradual e varia conforme cada criança. Esse processo envolve o aprendizado de letras, sílabas, palavras e frases. A escrita, parte integrante desse conjunto, tem ganhado grande importância nas escolas e fora delas, pois está presente continuamente ao longo da vida, seja através de livros ou revistas.

> [...] Um aspecto que tem que ser considerado nessa nova perspectiva é que a relação entre escrita e oralidade não é uma relação de dependência da primeira e da segunda, mas antes é uma relação de interdependência, isto é, ambos os sistemas de representação influenciam-se igualmente (Tfouni, 2010, p. 19).

A alfabetização é compreendida, em grande parte, como o estudo da escrita e decifração de código, e é definida, por exemplo, como uma atividade em que o aprendiz desempenha o papel de codificar os símbolos. Dessa forma, pode-se perceber que a alfabetização também está ligada a diversas inferências entre a escrita e a oralidade.

Segundo Cagliari (2007), a principal finalidade da escrita é facilitar a leitura para que os indivíduos possam ler, ampliando seu aprendizado. É evidente que a leitura e a escrita são fundamentais no processo de aprendizagem, complementando-se mutuamente.

As crianças, ao serem inseridas no contexto escolar, já possuem alguns conhecimentos básicos. As experiências e interações nesse ambiente permitem a ampliação de seu aprendizado. Contudo, alfabetizar vai além da eficácia; a criança precisa codificar e decodificar, ler palavras, interpretá-las e compreendê-las. Um tema recentemente abordado é o letramento, que transcende a mera alfabetização.

O "letramento é a ação de ler e escrever, compreendendo a linguagem como um estudo social, à vista disso, os indivíduos apropriam-se da escrita com o objetivo de relacionar-se e agirem nos inúmeros contextos sociais" (Soares, 2012, p. 18). O letramento, portanto, está intrinsecamente ligado à escrita, mas abrange perspectivas sociais da língua escrita e sua relação com a prática social do uso e função da escrita, considerando seu impacto na sociedade.

A escrita e diversos outros processos que atravessam a aprendizagem escolar tornam o processo de alfabetização um desafio para as crianças. Estudiosos cognitivistas como Jean Piaget, Lev Vygotsky, Henri Wallon discutem o conceito de cognição.

Cognição refere-se à "capacidade de compreender e conhecer o processo mental por meio dos processos de interpretação" (Adami, 2010, p. 1) e engloba vários fatores do desenvolvimento intelectual, incluindo pensamento, raciocínio, linguagem, percepção e memória.

A abordagem construtivista de Piaget (1971) investiga o desenvolvimento cognitivo humano, dividindo-o em quatro etapas: sensório-motor, função semiótica ou simbólica, operações concretas e operações proporcionais, visando compreender os aspectos a serem trabalhados nas crianças para promover a aquisição no processo de ensino/aprendizagem.

Conforme Vygotsky (2007), o desenvolvimento cognitivo ocorre a partir da experiência social do indivíduo. O meio social exerce grande influência nas atitudes das crianças, destacando a inter-relação entre desenvolvimento humano e aprendizado.

A teoria de Wallon sobre o desenvolvimento cognitivo, centrada na psicogênese, considera o indivíduo como um ser originalmente social, cuja organização orgânica se beneficia da cultura. Wallon acredita que o homem é determinado fisiológica e socialmente, sujeito a impulsos internos e externos (Dantas, 1992).

Essa teoria enfatiza a importância da linguagem, do pensamento e do conhecimento, componentes essenciais no processo de alfabetização, que é o foco deste estudo. Galvão (2014) afirma que Wallon ressalta em sua teoria a relevância do

pensamento, linguagem e conhecimento, importantes para a alfabetização, pois organizam a leitura e a escrita.

Portanto, a alfabetização abrange leitura e escrita, mas não se limita à decodificação. Ela envolve diversas inferências, desde a função coletiva da leitura e escrita até suas contribuições para o desenvolvimento cognitivo e cerebral do indivíduo.

Além disso, a alfabetização não pode ser vista como um processo isolado no contexto educacional. Ela está intrinsecamente ligada às práticas sociais e culturais, pois a linguagem escrita é uma ferramenta essencial para a participação plena na sociedade. Nesse sentido, o papel da escola vai além de ensinar as habilidades básicas de leitura e escrita; ela também deve promover um ambiente que incentive o uso significativo da linguagem escrita, capacitando os alunos a compreender e se expressar de forma eficaz em diferentes contextos e situações.

A importância do lúdico na prática docente

O lúdico constitui uma prática essencial para o desenvolvimento humano, integrando-se de maneira significativa ao processo educacional. Na atuação docente, o lúdico surge como uma das principais estratégias pedagógicas, tanto em sala de aula quanto em contextos externos, enriquecendo a experiência educativa dos discentes ao

proporcionar momentos de atividades lúdicas vinculadas ao conteúdo escolar, tornando o aprendizado mais agradável.

Barbosa (2016) sustenta que a ludicidade tem sido uma constante ao longo da história e do desenvolvimento das sociedades, remontando aos tempos primitivos, quando era empregada com objetivos de sobrevivência. A incorporação do lúdico nas práticas docentes apresenta-se como uma metodologia inovadora e eficaz, que confere ao ensino um caráter mais atrativo e estimulante, facilitando um processo de aprendizagem significativo.

Nesse contexto, o papel do professor revela-se fundamental, como orientador do conhecimento do aluno, agindo como um mediador fundamental no processo de aprendizagem. Por meio dessa abordagem, o docente estimula o desenvolvimento de todas as dimensões, incentivando o pensamento crítico e demonstrando que os estudantes são capazes de construir suas próprias concepções e entendimentos.

Considera-se o professor como o elemento chave no processo de mediação e estímulo ao aprendizado, atuando de forma a incentivar o engajamento da criança e a facilitar o ambiente para o desenvolvimento de descobertas inovadoras. Essa função é necessária para a promoção de competências cognitivas fundamentais, incluindo, mas não se limitando a, capacidades de imaginação, interpretação, decisão e criatividade, conforme elucidado por Barbosa (2016).

A autora supracitada ressalta a responsabilidade predominante do educador em ativar habilidades que conduzirão à formação de saberes elementares, sendo o recurso lúdico uma estratégia primordial para instigar o interesse infantil pelas atividades educativas propostas. Assim, impõe-se ao docente, em sua trajetória de formação profissional, a aquisição de conhecimentos que, subsequentemente, serão empregados em sua prática pedagógica, reiterando a importância de uma base teórica e prática sólida para a eficácia do ensino. Logo, revela-se que:

> Nenhuma formação docente verdadeira pode fazer-se alheada, de um lado, do exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica, e do outro, sem o reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição ou adivinhação (Freire, 1996, p. 24).

Conforme destacado pelo autor, a formação docente é caracterizada por sua complexidade e exige a construção por meio do desenvolvimento de habilidades e criatividade. O educador assume a responsabilidade fundamental de orientar a formação de cidadãos críticos e capazes de promover transformações. Ressalta-se a importância de o docente adotar uma perspectiva analítica e reflexiva, avaliando se suas metodologias e práticas pedagógicas em sala de aula estão

efetivamente contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

> A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe impõe o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer formação permanente do ensinante. Formação que se fundamenta na análise crítica de sua prática (Freire, 2003, p. 28).

Dessa forma, esse conceito está ligado ao desenvolvimento profissional dos docentes e inclui os espaços profissionais específicos do professor como algo crucial e necessário para a ética da qualidade de ensino e para a crítica da própria atividade. Portanto, o lúdico se apresenta como um elemento necessário na prática docente, focando em uma análise mais crítica sobre a aprendizagem do indivíduo.

> Uma proposta lúdico-educativa torna-se um desafio à prática do professor, pois além de selecionar, preparar, planejar e aplicar os jogos, ele precisa participar no decorrer do jogo, se necessário, jogar, brincar com as crianças, mas sempre observando o desenrolar das interações e trocas de saberes (Schultz; Muller; Domingues, 2006, p. 5).

A ludicidade representa um desafio significativo na prática pedagógica, em virtude da insuficiência de capacitação dos docentes, o que frequentemente resulta na incapacidade de reconhecer as necessidades específicas de seus alunos. De maneira ampla, é possível observar que esse recurso detém uma importância notável para a prática educativa em sala de aula, ao integrar jogos e atividades lúdicas como elementos de recursos pedagógicos. Contudo, é interessante que tais estratégias sejam meticulosamente planejadas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam que:

> Cabe ao educador, por meio da intervenção pedagógica, promover a realização de aprendizagem com o maior grau de significado possível, uma vez que esta nunca é absoluta - sempre é possível estabelecer relação entre o que se aprende e a realidade, conhecer as possibilidades de observação, reflexão e informação (Brasil, 1997, p. 53).

Portanto, incumbe ao docente adotar uma abordagem metodológica pedagógica que fomente um processo de aprendizagem tanto lúdico quanto significativo, contribuindo para a melhoria da educação. Sob tais circunstâncias, as crianças são encorajadas a expressar-se e interagir por meio de diversas formas de linguagem, promovendo a imaginação e a valorização da atividade lúdica (Fernandes, 2013).

Observa-se a necessidade de o educador incorporar a ludicidade em sua prática pedagógica, considerando sua relevância intrínseca à experiência infantil. Dado que o ato de brincar constitui o principal veículo de expressão e comunicação da criança com seu entorno, ressalta-se a importância de tal prática no processo educativo.

O lúdico e suas contribuições no processo de alfabetização

Ao longo do tempo, diversas metodologias e instrumentos que promovem a alfabetização foram desenvolvidos e aprofundados. Diante disso, a abordagem lúdica emerge como uma ferramenta, que oferece uma maneira diversificada para as crianças aprenderem a ler e escrever sem o peso de tarefas monótonas.

O brincar e aprender de forma lúdica além de entreter a criança, também enriquece o seu conhecimento e facilita a sua interação social. Essa perspectiva ressalta que o lúdico não é apenas recreativo, mas desempenha um papel essencial na criação de um ambiente educacional inclusivo e colaborativo. E nesse viés, faz- se possível compreender que:

> A verdadeira educação é aquela que cria na criança o melhor comportamento para satisfazer suas múltiplas necessidades orgânicas e intelectuais - necessidade de saber, de explorar, de viver. A educação não

> tem outro caminho senão organizar seus conhecimentos, partindo das necessidades e interesses da criança (Almeida, 2003, p. 24).

Nesse contexto, a temática dos recursos lúdicos tem sido objeto de crescente debate acadêmico, dada a sua intrínseca conexão com o processo de aprendizagem infantil. Essa abordagem pedagógica vem adquirindo relevância não apenas no contexto da Educação Infantil, mas igualmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nesse ambiente, é empregada como ferramenta primordial para o ensino da leitura e da escrita.

> A alfabetização não é, pois, um processo mecânico de mera correlação entre dois sistemas de representação. De fato, é preciso sempre considerá-la nesse quadro em que a linguagem se concebe em seu caráter social e constitutivo dos sistemas de representação das relações da criança consigo mesma, com os outros e com o mundo (Franchi, 2006, p. 22).

Assim, pode-se afirmar que a alfabetização está intrinsecamente ligada aos sistemas de linguagem, os quais proporcionam às crianças perspectivas diversificadas do mundo e facilitam sua capacidade de comunicação. Isso, por sua vez, possibilita a construção de conceitos por parte das crianças, enriquecendo o processo de aprendizagem com significados profundos.

A ludicidade desempenha um papel fundamental na alfabetização, considerando-se a delicadeza desse processo, que demanda abordagens agradáveis e estimulantes para ser eficazmente promovido. A aprendizagem por meio do prazer não apenas facilita a assimilação de conhecimentos, mas também contribui significativamente para o desenvolvimento holístico da criança.

> As atividades lúdicas favorecem o desenvolvimento intelectual, físico, emocional e moral da criança; possibilitam a interação social, colocando a criança em contato com outros diferentes, fazendo com que ela se sinta parte de um grupo, compartilhe ideias, vivencie experiências, exponha o que ocorre consigo e desenvolva sua linguagem; elas envolvem emoções, afetividade, companheirismo, percepção e argumentação (Gomes, 2009, p. 8).

A criação de um ambiente lúdico oferece inúmeros benefícios ao desenvolvimento do indivíduo, configurando-se como um elemento essencial no processo educacional. Por meio do ato de brincar, a criança adquire a habilidade de explorar e compreender seu próprio corpo, o ambiente social e físico que a circunda, bem como suas emoções, propiciando-lhe a oportunidade de realizar descobertas significativas em um universo até então inexplorado.

> O espaço lúdico permite ao indivíduo criar e entreter uma relação aberta e positiva com a

> cultura: se brincar é essencial, é porque é brincando que o aluno se mostra criativo. O brincar é visto como um mecanismo psicológico que garante ao sujeito manter uma certa distância em relação à realidade (Winnicott, 1975, p. 26).

Portanto, as atividades lúdicas transcendem a mera prática do brincar, atuando como catalisadoras do desenvolvimento criativo infantil e facilitando a construção progressiva de conceitos pela criança. Piaget (1971) sustenta que o crescimento e o desenvolvimento infantil são impulsionados pela ludicidade, sublinhando a necessidade de a criança engajar-se em brincadeiras como meio de ampliar seu aprendizado.

Sob essa perspectiva, ressalta-se a preponderância do âmbito lúdico na fase da infância, considerando-o um veículo pelo qual a criança consegue atender, realizar seus desejos e investigar o mundo que a circunda. Consequentemente, é importante oferecer às crianças oportunidades de envolvimento em atividades que não somente fomentem seu aprendizado, mas também estimulem um desenvolvimento abrangente, abarcando aspectos linguísticos, cognitivos, sociais e motores. Destarte, é possível concluir que a ludicidade contribui de maneira substancial para o desenvolvimento integral do indivíduo.

> As crianças, com a ludicidade, entram em um mundo mágico. O corpo, meio, a infância e a cultura fazem parte de um só mundo. Esse mundo pode ser pequeno, mas é

> eminentemente coerente, uma vez que o lúdico caracteriza a própria cultura, a cultura é a educação, e a educação representa a sobrevivência (Andrade, 2013, p. 17).

A aplicação deste recurso no âmbito da alfabetização visa primordialmente à adoção de metodologias apropriadas e estimulantes, as quais permitem que a criança efetue sua aprendizagem dentro de seu próprio universo infantil. Essas abordagens consideram elementos relevantes para o contexto social da criança, ao mesmo tempo em que observam e respeitam as diversas facetas do desenvolvimento infantil, incluindo suas dimensões física e espacial, bem como sua capacidade intelectual.

Para Gomes (2009, p. 47), a ludicidade é uma dimensão da linguagem humana, que possibilita a "expressão do sujeito criador que se torna capaz de dar significado à sua existência, ressignificar e transformar o mundo". Assim, este trabalho apresenta grande relevância nesse processo, pois, por meio dele, novos estudos e conhecimentos sobre o lúdico no processo de alfabetização visam criar um ambiente favorável à qualidade da aprendizagem, bem como à formação plena do aluno, enquanto sujeitos críticos e atuantes no meio social do qual fazem parte.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Debater sobre a importância de uma temática requer pesquisas e um conhecimento amplo sobre o tema abordado, para estabelecer um diálogo com as obras relevantes e suas teorias. Nesse contexto, torna-se necessário um estudo bibliográfico, a metodologia deste trabalho, que visa a busca por informações relacionadas ao tema por meio de livros, documentos e sites científicos, com ênfase no assunto em questão.

Essa pesquisa é amplamente utilizada no meio acadêmico e objetiva proporcionar ao pesquisador contato direto com teóricos e com o material escrito sobre um determinado assunto. Diante disso, torna-se possível compreender que a pesquisa bibliográfica é:

> Uma habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, uma pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monografias não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos

> trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (Andrade, 2010, p. 25).

A pesquisa bibliográfica baseia-se na investigação de revisão de obras já divulgadas sobre o conteúdo que irá direcionar seu trabalho e exige empenho em um estudo mais detalhado pelo pesquisador que irá desenvolver o trabalho. Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica "[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica se dá por meio de:

> [...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 122).

Portanto, evidencia-se que a pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental no processo investigativo, atuando como uma etapa preliminar indispensável que fornece a base teórica necessária para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse caso, autores como Tfouni (2010), Freire (1996) e Gomes (2009), entre outros, foram essenciais para a compreensão e análise crítica das informações que subsidiam o tema em estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tfouni (2010) afirma que a alfabetização está ligada ao processo de aquisição do código escrito, seja para a produção de escrita ou para o processo de leitura. Porém, esse processo se dá de forma individualizada, considerando que cada indivíduo se apropria do conteúdo a seu tempo, alguns com mais rapidez, enquanto outros podem apresentar lentidão. Nesse procedimento, a criança é o agente responsável pela assimilação dos assuntos, os quais fazem parte do âmbito educacional, sendo eles a leitura e a escrita.

Freire (1996) descreve a formação do docente e o processo de aprendizagem como um fenômeno dialético, que contribui para a formação da identidade do indivíduo, considerando as dimensões sociais e culturais. Dessa maneira, as características cognitivas, fundamentadas nos contextos sociais e culturais, entrelaçadas na ligação entre o mediador do conhecimento e o mediado, atuam nos processos cognitivos organizados do sujeito, auxiliando para o seu desenvolvimento como um todo.

Gomes (2009) define a prática lúdica como um ato de brincar que permite um mergulho na imaginação e sua trajetória ao decorrer do tempo, onde informações foram acumuladas e agora podem ser liberadas através de estímulos envolvendo atividades lúdicas, que favorecem a comunicação, a expressão e a construção do conhecimento.

Fica evidente que a prática lúdica oferece uma oportunidade única para os alunos se engajarem nos conteúdos de forma dinâmica e prazerosa. Os indivíduos exploram os diversos conceitos e desenvolvem habilidades cognitivas e sociais. No entanto, conforme destacado por alguns autores, cabe ao educador proporcionar atividades lúdicas que sejam meticulosamente planejadas e que permitam um maior aprendizado do educando.

Em meio ao desenvolvimento da alfabetização nos anos iniciais, surge uma percepção que enfatiza a individualidade e o ritmo próprio de cada criança durante o processo de aprendizado. Este olhar individualizado sobre o aprendiz, além de reconhecer as diferenças no ritmo de aprendizado, reflete sobre a necessidade de um ambiente educacional que se adapte e responda a essas variações. É fundamental entender que o ensino não pode ser monolítico ou uniforme; ao contrário, deve ser flexível e adaptativo, considerando as peculiaridades e necessidades específicas de cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas durante o processo de construção do artigo propiciaram uma maior investigação do tema abordado, permitindo considerar, por fim, que o lúdico é uma ferramenta de grande valia no processo de alfabetização,

contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e para as relações entre crianças que estão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, uma das etapas mais importantes na vida do indivíduo.

É importante destacar as contribuições do professor nesse processo lúdico, sendo ele o principal mediador de conhecimento. Quando realiza o seu planejamento, deve ter como base as principais dificuldades dos alunos, para assim poder desenvolver atividades que sejam propícias à realidade deles e que garantam uma aprendizagem divertida, envolvendo ludicidade e brincadeiras com estímulos para o desenvolvimento do conhecimento.

Durante da prática lúdica, é necessário que o educador torne esse processo mais simples e tenha uma visão geral do que deve ser repassado de acordo com as necessidades específicas, e que gere curiosidade, percepção e raciocínio nos indivíduos, de forma que eles possam assimilar os conteúdos de forma mais rápida.

A partir desta abordagem, sugere-se que pesquisas futuras se dediquem a buscar métodos que interligam a ludicidade como um aspecto essencial no currículo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, dando também maior atenção ao desenvolvimento de práticas pedagógicas que visam ao papel do educador nos ensinamentos das atividades lúdicas. Além disso, é proposta a busca por técnicas para conduzir a

alfabetização das crianças durante a prática lúdica, assim como a seleção de ferramentas que favoreçam uma aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

ADAMI, Anna. **Sistemas Cognitivos** (2010). Disponível em: https://www.infoescola.com/psicologia/sistemas-cognitivos/(2010). Acesso em: 14 fev. 2024.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, S. S. **O lúdico na vida e na escola:** desafios metodológicos. Curitiba: Appris, 2013.

ALMEIDA, P. N. **Educação lúdica:** técnicas e jogos pedagógicos. Ipiranga: Loyola, 2003.

BARBOSA, Ana Rubia. **Ludicidade e aprendizagem na Educação Infantil**. Curitiba: CRV, 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais**.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAGLIARI, Luiz Carlos**. Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 2007.

DANTAS, Heloysa. **A infância da razão**: uma introdução à psicologia da inteligência de Henri Wallon. São Paulo: Manole, 1992**.**

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Professora sim, tia não: **cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

CAPÍTULO VIII

AS CONTRIBUIÇÕES DAS ARTES MARCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Eduarda de Macedo Marques
Maria do Socorro Vieira

editora FAMEN

AS CONTRIBUIÇÕES DAS ARTES MARCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Eduarda de Macedo Marques[15] / Maria do Socorro Vieira[16]

INTRODUÇÃO

A prática das artes marciais nas escolas proporciona aos alunos um conhecimento que vai além de ser uma simples atividade física, complementando a aprendizagem e fortalecendo a formação moral e intelectual. Por meio das artes marciais, os alunos desenvolvem não apenas habilidades físicas, como força, flexibilidade e coordenação, mas também valores como disciplina, respeito, autocontrole e perseverança.

Essa temática se justifica pela contribuição significativa desses aspectos ao desenvolvimento pessoal dos alunos, à sua integração social e à construção de uma comunidade escolar mais resiliente e harmoniosa. Além disso, considera-se que, em pleno século XXI, há a necessidade de modernizar e diversificar os

[15] Graduado em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: mariiaeduarda.8991@gmail.com;
[16] Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Mestranda em Ciências da Educação. Professora da Faculdade do Maciço de Baturité. profsvieira1@gmail.com.

métodos pedagógicos, utilizando práticas que estimulem todos os aspectos do desenvolvimento humano.

A inclusão das artes marciais no currículo escolar pode ser vista como uma inovação pedagógica que responde às demandas contemporâneas por uma educação que prepara os alunos para enfrentar desafios com resiliência e adaptabilidade, habilidades cada vez mais necessárias no cenário educacional moderno.

O objetivo deste artigo é evidenciar que as artes marciais representam uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento da autoconfiança e da autoestima, além de melhorar a habilidade dos alunos em enfrentar situações desafiadoras, tanto no ambiente escolar quanto fora dele. A metodologia aplicada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, embasada em teóricos como Seybold (1994), Neuenfeldt (2017), Rufino e Darido (2011).

Este trabalho se organiza em uma estrutura, em que inicialmente, a revisão de literatura oferece uma introdução às artes marciais, abordando sua origem, filosofias e principais estilos. Destaca-se também as implicações dessas atividades em contextos educacionais, discutindo-se como estas influenciam tanto o ambiente escolar quanto o comportamento e a aprendizagem dos estudantes. Em seguida, mostra-se os benefícios que as artes marciais trazem para a Educação Infantil, como o desenvolvimento de habilidades físicas, cognitivas e emocionais, enfatizando a importância dessas práticas para o desenvolvimento das crianças.

Posteriormente, evidencia-se mais detalhes sobre a metodologia adotada na condução deste estudo. Segue-se com a seção de resultados e discussões, onde interpreta-se os dados coletados e discute-se suas implicações no contexto da pesquisa. Avalia-se como as artes marciais afetam o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos alunos, analisando os dados à luz da literatura revisada e das teorias educacionais relevantes. As considerações finais resumem as descobertas e destacam a relevância do estudo para os atores sociais que efetivam a educação.

Espera-se que os resultados deste trabalho incentivem educadores e gestores escolares a considerarem as artes marciais como uma estratégia pedagógica inovadora, capaz de promover uma educação mais inovadora e adaptada às necessidades contemporâneas de formação de cidadãos empáticos, resilientes e preparados para enfrentar os desafios do século XXI.

REVISÃO DE LITERATURA

Este estudo, em seus itens posteriores, traz informações acerca dos impactos das artes marciais no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Autores, como Rufino e Darido (2011), Seybold (1994), Ruffoni (2004), Neuenfeldt (2008), Menéndez (2017) e outros, exploram como essas práticas

contribuem para a melhoria da disciplina, da autoestima, da resiliência e da cooperação entre os indivíduos.

Através do treinamento sistemático, que inclui a prática de técnicas específicas e o aprendizado filosófico subjacente a cada arte, os jovens aprendem a valorizar a importância da mente disciplinada e do corpo saudável, elementos esses que são interdependentes e igualmente importantes para o seu desenvolvimento integral. Este processo prepara as crianças para enfrentar adversidades com maior equilíbrio, e também as ensina a respeitar os outros e a colaborar em diversos contextos sociais.

Rica e diversificada, a prática das artes marciais está enraizada em culturas antigas ao redor do mundo. Essas práticas milenares representam não apenas formas de combate, mas também sistemas de treinamento físico, mental e espiritual. Este capítulo oferece uma breve contextualização, destacando a evolução dessas práticas ao longo do tempo e sua influência em diferentes sociedades e culturas.

Segundo Ruffoni (2004, p. 2), "isso fica bem claro no processo de ensino-aprendizagem, onde são transmitidos valores como a disciplina, a competitividade saudável, a filosofia da modalidade e o respeito, dentre outros". Essa citação sugere a importância de transmitir valores como disciplina, competitividade saudável, filosofia da modalidade e respeito durante o processo de ensino-aprendizagem. Isso reflete a

importância não apenas do conhecimento acadêmico, mas também do desenvolvimento de valores e habilidades.

Conforme Neuenfeldt (2008), o educador deve, invariavelmente, exigir e ensinar o jogo limpo, isto é, o esporte deve reconhecer a humanidade do adversário, valorizando tanto o vencedor quanto o perdedor e respeitando ambos. Esse trecho ressalta a importância do educador em exigir e ensinar o "jogo limpo" nos esportes. Isso significa que é fundamental que os praticantes reconheçam a humanidade do seu adversário, promovendo não apenas a competição saudável, mas também valores como respeito, ética e empatia dentro do contexto esportivo.

Essa abordagem ética no ensino das artes marciais cria uma atmosfera onde a competição transcende o simples desejo de vencer, transformando-se numa oportunidade de aprendizado mútuo e crescimento pessoal. Ao cultivar essa mentalidade, as artes marciais ajudam a desenvolver um senso de justiça e de responsabilidade nos jovens, preparando-os para lidar com diversas situações da vida com integridade e honra. Esse contexto educacional onde os valores são tão importantes quanto as habilidades técnicas é fundamental para formar possíveis bons atletas, mas também cidadãos exemplares.

Artes marciais: breve contextualização

As artes marciais possuem uma rica tradição que transcende o mero ensino de técnicas de defesa pessoal, constituindo-se também como veículo para a promoção de valores como disciplina, respeito, autocontrole e autodesenvolvimento. Evidenciam-se como uma ferramenta de excepcional eficácia no aprimoramento físico, mental e espiritual dos praticantes, refletindo positivamente em sua saúde e bem-estar integral.

> Não há como definir uma data precisa do surgimento das lutas, uma vez que não se originou em um grupo através de um homem, mas, sim, de uma construção sociocultural de várias civilizações que foram construindo e se modificando ao longo do tempo (Lançanova, 2006, p. 78).

As origens dessas práticas remontam a tempos ancestrais, com vestígios de técnicas de combate encontrados em civilizações tão diversas como a chinesa, indiana, grega e romana. No entanto, é na Ásia, notadamente na China, Japão e Índia, que se identificam as formas mais distintas e emblemáticas (Antunes, 2013). Na China, por exemplo, o Kung Fu tem suas raízes profundamente entranhadas em técnicas de autodefesa desenvolvidas por monges budistas, destacando-se

como um exemplo paradigmático da fusão entre arte marcial e espiritualidade.

Mazzoni e Oliveira Junior (2011) afirmam que com o passar do tempo, as artes marciais ganharam popularidade em todo o mundo, influenciadas pelo cinema, televisão, competições esportivas e a busca por formas de exercício físico e autodefesa. O século XX testemunhou a disseminação global de práticas como o Karatê, Judô, Taekwondo e MMA (Mixed Martial Arts), levando essas tradições milenares a novos públicos e culturas.

As artes marciais, como destacado por Gonçalves e Silva (2013), são práticas que têm acompanhado a humanidade ao longo de sua história, manifestando-se em diversas formas e estilos em diferentes culturas. Essas práticas não apenas envolvem técnicas físicas variadas, mas também estão profundamente imbuídas de significados culturais, éticos e filosóficos. Um exemplo claro dessa tradição é o judô, uma arte marcial que transcende a mera aplicação de técnicas físicas.

Feitosa *et al*. (2011) afirmam que, desde sua criação por Jigoro Kano, o judô não se limitou ao aperfeiçoamento técnico; ele foi concebido também como um meio de educação do corpo e da mente, vinculado a princípios morais, éticos e filosóficos. Kano enxergava o judô como uma ferramenta educacional valiosa, acessível a todos, que poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Além disso, destaca-se que "o caráter pedagógico de organização do judô facilita seu aprendizado e, como boa alternativa, atende a questões relativas a atividades que propiciem o reconhecimento e a formação corporal" (Ruffoni, 2004, p. 2). Essa perspectiva ressalta o papel fundamental do judô como uma prática esportiva, mas também como um meio de cultivar valores e habilidades essenciais para o desenvolvimento pessoal.

De acordo com Shiozawa (2012, p. 1): "o aluno que pratica judô aprende que se deve "ceder para vencer", "cair para se levantar", dentre outros preceitos que são aplicados na luta e na vida". Esses princípios, enraizados na filosofia do judô, reforçam a ideia de que os benefícios dessa prática se estendem além do tatame, influenciando positivamente a conduta e a mentalidade dos praticantes em diversas áreas de suas vidas.

De modo geral, as artes marciais representam uma parte importante do patrimônio cultural da humanidade, com uma história rica e variada que abrange continentes e civilizações. Além de serem sistemas de combate eficazes, as artes marciais também promovem valores fundamentais e oferecem uma via para o desenvolvimento físico, mental e espiritual. Esta breve contextualização estabelece uma base para a compreensão mais aprofundada do papel das artes marciais na sociedade contemporânea e no contexto educacional.

O impacto das artes marciais no contexto escolar

As artes marciais têm sido cada vez mais reconhecidas como uma ferramenta valiosa no contexto escolar, oferecendo uma ampla gama de benefícios físicos, mentais e sociais para os alunos. Este trabalho busca explorar o impacto positivo das artes marciais no ambiente escolar, examinando como essa prática pode contribuir para o desenvolvimento holístico dos estudantes.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997, a luta é definida como um jogo de oposição onde os alunos empregam técnicas e estratégias para superar o oponente. Essa categoria inclui atividades que variam desde brincadeiras simples, como cabo de guerra e braço de ferro, até práticas mais elaboradas como capoeira, judô e karatê (Brasil, 1997). Importante ressaltar que a essas práticas devem ser observados os princípios de inclusão e diversidade de movimentos respeitando a cultura dos alunos, atendendo assim às necessidades individuais como forma de expressão corporal.

Rufino e Darido (2009) enfatizam o potencial educativo das lutas, destacando que esta atividade possibilita a abordagem de uma variedade de temas, bem como seus aspectos históricos e culturais. Além disso, permite discutir questões éticas e promover o desenvolvimento de valores essenciais, como respeito e cooperação entre os praticantes.

Brincadeiras e jogos que incorporam elementos das artes marciais desempenham um papel significativo no desenvolvimento educacional e social dos alunos. Conforme apontado por Rufino e Darido (2011), essas atividades podem ser benéficas ao ensinar aos estudantes como gerenciar e entender a complexidade das relações que podem envolver violência dentro de um grupo social. Ao praticar essas atividades em um ambiente controlado e seguro, os alunos aprendem sobre autocontrole, respeito mútuo e a importância de resolver conflitos de maneira pacífica.

Esses jogos e brincadeiras oferecem mais do que apenas uma oportunidade para o exercício físico; eles servem como uma ferramenta para discussões em sala de aula sobre comportamento ético e interações sociais. Ao engajar os alunos em simulações que exigem pensamento crítico e tomada de decisão ética, os educadores podem guiar os alunos na exploração de suas próprias atitudes e reações em situações desafiadoras.

> O esporte dá ao jovem ser humano uma medida de sua capacidade de rendimento, de sua saúde, da resistência do seu organismo, da beleza física. Modernas formas de exercício e treinamento, como, por exemplo, o treino de resistência ou de circuito, capacitam-no a exercitar de forma independente sua resistência individual e a registrar o êxito. O objetivo, visível e mensurável é a medida de seu esforço (Seybold, 1994, p. 118).

Esta observação está em harmonia com a natureza intrinsecamente individual das artes marciais, que, embora valorizem o aspecto coletivo, focalizam primordialmente no desempenho pessoal do praticante. Com base nesse entendimento, é responsabilidade do instrutor guiar as crianças a perceberem seu progresso nos treinamentos, incentivando-as a competir. Contudo, essa competição é concebida não como um confronto entre colegas, mas como um desafio pessoal e interno, promovendo o autodesenvolvimento e a autossuperação.

Na prática dessas atividades, estimula-se valores como disciplina, respeito e autocontrole. A mensuração do esforço individual, ocorre através do progresso técnico e do aumento da resistência, proporcionando às crianças, uma clara percepção de suas conquistas e habilidades.

Conforme Seybold (1994) aponta, ao visarem um rendimento melhor, as crianças praticantes de artes marciais tendem naturalmente a se afastar de vícios e a optar por um estilo de vida mais disciplinado. Esse entendimento não apenas os ajuda a melhorar no esporte, mas também a adotar hábitos saudáveis que beneficiam seu desenvolvimento integral.

Esse processo de aprendizado e crescimento apoia a formação de habilidades físicas e o desenvolvimento de uma autoimagem positiva e uma ética de trabalho resiliente, componentes essenciais para o bem-estar e sucesso na vida futura das crianças.

> Os alunos necessitam adquirir conhecimentos, não apenas de como fazer exercícios físicos, de como praticar esportes, mas de serem capazes de entender e analisar sua condição de sujeito cultural e histórico, numa sociedade que possui uma cultura de movimento da qual ele faz parte (Neuenfeldt, 2008, p. 153).

Em resumo, as artes marciais oferecem uma série de benefícios significativos para os alunos no contexto escolar, abrangendo aspectos físicos, mentais, emocionais e sociais. Integrar a prática das artes marciais ao currículo escolar pode ser uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento holístico dos estudantes e criar um ambiente escolar mais positivo, inclusivo e seguro.

No entanto, Rufino e Darino (2011) destacam que é importante a implementação de iniciativas que promovam processos de formação continuada aos professores, visando desenvolver e expandir o conhecimento sobre as lutas. Isso é uma das estratégias essenciais para valorizar essas manifestações corporais.

Contribuições das artes marciais na Educação Infantil

O desenvolvimento físico das crianças é de suma importância, de acordo com Arraz (2018, p. 3), "a infância é, sem dúvida, uma fase muito importante da vida, e é nela, que se

constroem os alicerces da existência: o desenvolvimento psicológico, desenvolvimento de habilidades motoras".

É durante esse período que as crianças estão especialmente receptivas ao aprendizado e à formação de hábitos saudáveis, tornando-se o momento ideal para promover a prática de atividades físicas e esportivas que contribuam para seu desenvolvimento integral.

De acordo com Seybold (1994), durante a infância, a força e as habilidades físicas desempenham um papel essencial na definição da posição e do relacionamento das crianças em seus círculos sociais. Nesta fase, as crianças se sentem capazes de contribuir ativamente, mas também são extremamente sensíveis a fatores que podem afetar negativamente a sua autoestima.

No contexto das artes marciais, essa dinâmica é particularmente evidente, pois à medida que as crianças desenvolvem suas habilidades e aumentam sua capacidade física, elas começam a valorizar excessivamente a vitória, seja em competições ou no ambiente acadêmico.

No entanto, essa ênfase na vitória pode levar à frustração quando confrontadas com derrotas. É importante, portanto, que o treinamento em artes marciais também foque no desenvolvimento da resiliência e na gestão adequada das expectativas, ensinando às crianças que perder faz parte do processo de aprendizado e é fundamental para o crescimento pessoal.

"Sabe-se que as práticas da cultura corporal de movimento é um caminho para a educação de crianças, pois ajuda a construir o caráter e serve como ensaio para futuros embates na vida pessoal" (Neuenfeldt, 2017, p. 216). O treinamento em artes marciais durante a infância fomenta significativamente o desenvolvimento motor das crianças, auxiliando na aquisição de habilidades essenciais como equilíbrio, agilidade, destreza e precisão.

A execução dos movimentos complexos requeridos pelas diversas técnicas das artes marciais serve para desafiar e aprimorar as capacidades motoras infantis, estabelecendo uma fundação robusta para o crescimento físico contínuo ao longo de suas vidas.

Para Menéndez (2017), além dos benefícios físicos, as artes marciais têm um impacto significativo no aspecto psicoafetivo das crianças, contribuindo para o desenvolvimento de uma autoestima saudável e a capacidade de lidar com emoções.

As artes marciais também auxiliam significativamente no desenvolvimento cognitivo das crianças, pois incentivam a concentração, o raciocínio estratégico e a capacidade de tomar decisões de forma rápida. O processo de memorizar sequências de movimentos e compreender técnicas complexas oferece um desafio intelectual que estimula o cérebro, promovendo o desenvolvimento cognitivo e aprimorando as habilidades de aprendizado.

Neste contexto, Neuenfeldt (2008) aponta um grande desafio para os educadores: trabalhar com a diversidade e promover o esporte de maneira inclusiva, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas habilidades individuais, tenham acesso às oportunidades que o esporte oferece.

Além disso, Rufino e Darido (2011) explicam que existem diversos fatores limitantes para o ensino das artes marciais nas escolas. Entre eles estão a formação inadequada, a insegurança dos professores, e problemas de infraestrutura. Essas condições impõem ao professor, especialmente àqueles com conhecimento limitado sobre as manifestações corporais das lutas, vários dilemas. Essas dificuldades podem levar à negligência dessas práticas no currículo escolar ou a abordagens muito superficiais no ensino desses conteúdos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo em questão foi conduzido mediante uma pesquisa bibliográfica, que visa reunir e analisar informações provenientes de fontes escritas e publicadas, tais como livros, artigos científicos, teses e dissertações. Este tipo de pesquisa, nesse caso tem como objetivo principal a compilação e síntese do conhecimento já existente sobre as artes marciais no contexto escolar, especificamente, na Educação Infantil.

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (Gil, 2002, p. 44).

Desse modo, a pesquisa bibliográfica visa elucidar uma questão utilizando-se de referências teóricas que foram documentadas e publicadas, com o objetivo de explorar e examinar as contribuições científicas ou culturais históricas relativas a um assunto, tema ou problema específico.

Portanto, de acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica pode ser entendida como um processo meticuloso que se inicia com a seleção de um tema, seguido por um levantamento bibliográfico inicial para explorar as fontes existentes. Após isso, define-se claramente o problema de pesquisa, que orientará a criação de um esboço provisório do plano de estudos.

A próxima fase envolve a localização das fontes pertinentes, que fornecerão o material necessário para uma análise crítica. Com os dados em mãos, procede-se à estruturação lógica do conteúdo, culminando na redação final do documento. Esse processo assegura uma abordagem sistemática e coerente na investigação do tema escolhido.

Esta metodologia também permite a formulação de novas questões de pesquisa e a proposição de direções futuras para estudos adicionais, estabelecendo uma base teórica sólida e crítica para as investigações. Buscou-se selecionar autores que defendam que ao incorporar as artes marciais como práticas pedagógicas nas escolas, espera-se promover o desenvolvimento físico das crianças, além de seus aspectos cognitivos e morais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Brincadeiras e jogos que incluem elementos das artes marciais têm um impacto notável no desenvolvimento educacional e social dos estudantes. Rufino e Darido (2011) destacam que essas atividades são vantajosas ao ensinar os alunos a gerenciar e compreender a complexidade das relações. Em um ambiente controlado e seguro, a prática dessas atividades promove o aprendizado de autocontrole, respeito mútuo e a relevância de solucionar conflitos de forma pacífica.

É reconhecido que as práticas da cultura corporal de movimento constituem um meio eficaz para a educação de crianças, auxiliando na formação do caráter e preparando-as para desafios futuros na vida pessoal. Dentre as várias práticas corporais existentes, as artes marciais se destacam (Neuenfeldt, 2017).

Rufino e Darido (2009) enfatizam o potencial educativo das lutas, destacando que esta atividade possibilita a abordagem de uma variedade de temas. Isso inclui o ensino dos fundamentos das lutas, bem como seus aspectos históricos e culturais. Além disso, permite discutir questões éticas e promover o desenvolvimento de valores essenciais, como respeito e cooperação entre os praticantes.

Ao abordar a pedagogia da vitória e da derrota nas artes marciais, não se está simplesmente indicando caminhos para o sucesso ou para o fracasso, mas introduzindo um aspecto intrínseco da vida que é especialmente relevante nesta prática.

As artes marciais, como um microcosmo da sociedade, refletem os momentos competitivos do cotidiano nos quais, inevitavelmente, se enfrentarão tanto triunfos quanto desapontamentos. Portanto, ao ensinar artes marciais, especialmente às crianças praticantes, não se deve ignorar esses elementos; pelo contrário, deve-se enfatizar que tanto ganhar quanto perder são partes fundamentais das experiências de vida, cultivando assim uma abordagem mais holística e formativa que transcende o aspecto físico e toca no desenvolvimento pessoal e moral dos estudantes.

Na perspectiva dos autores, a prática de artes marciais é valorizada não apenas como uma forma de exercício físico, mas como uma ferramenta educacional abrangente que promove a formação cognitiva, social e ética das crianças. Tais resultados

enfatizam a importância de integrar as artes marciais nos programas educacionais como uma maneira de enriquecer a experiência de aprendizagem e promover o desenvolvimento dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível observar que as artes marciais desempenham um papel significativo no desenvolvimento das crianças em idade escolar. Além de promover habilidades físicas, oferecem um contexto valioso para a assimilação de valores fundamentais, tais como disciplina, respeito mútuo, autocontrole e superação de desafios.

Por meio da prática, as crianças têm a oportunidade de aprimorar sua coordenação motora, equilíbrio e consciência corporal, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades sociais essenciais para a convivência em sociedade. A integração desses elementos no ambiente escolar contribui não apenas para o bem-estar físico e emocional dos alunos, mas também para a formação de cidadãos mais responsáveis e empáticos.

Portanto, considerando o impacto positivo no desenvolvimento das crianças, é fundamental que essas práticas sejam valorizadas e incorporadas de forma adequada ao currículo educacional da Educação Infantil. Ao fazê-lo, as instituições de ensino investirão no crescimento holístico de seus alunos,

preparando-os não apenas para os desafios do presente, mas também para uma vida futura pautada por valores positivos e uma sólida base física e emocional.

É importante destacar que apesar dos inúmeros benefícios que as artes marciais oferecem no contexto educacional, diversos desafios podem impedir a eficácia de seu ensino nas escolas. Entre os principais obstáculos estão a falta de professores qualificados que possuam conhecimento específico nas técnicas e filosofias das artes marciais. Além disso, muitas vezes, os currículos escolares já estão saturados, e pode ser difícil integrar novas disciplinas que requerem tempo e dedicação significativos tanto para ensino quanto para prática.

Outro desafio importante é a limitação de espaço físico adequado nas escolas. Artes marciais exigem um ambiente seguro e espaçoso para a prática das diversas técnicas, o que nem sempre está disponível em instituições educacionais. A falta de equipamentos apropriados e a preocupação com a segurança dos alunos também podem ser fatores restritivos. Adicionalmente, existe a necessidade de superar preconceitos e mal-entendidos sobre as artes marciais, que são frequentemente vistas apenas como formas de combate, ignorando-se seu profundo conteúdo educativo e de desenvolvimento pessoal.

Para superar esses desafios, é essencial que as escolas busquem parcerias com profissionais qualificados e que haja um investimento em infraestrutura adequada. Também é

importante realizar campanhas de conscientização sobre os benefícios das artes marciais além da luta, enfatizando seus valores como disciplina, respeito e crescimento pessoal.

Partindo dos resultados expostos neste artigo, recomenda-se que estudos comparativos entre diferentes modalidades de artes marciais evidenciem sobre a influência específica de cada prática no desenvolvimento das habilidades físicas e sociais das crianças. Seria relevante explorar as variações nas metodologias de ensino e os impactos dessas práticas desde a primeira infância.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. M. **Uma breve reflexão sobre a história e as funcionalidades das artes marciais na contemporaneidade**. Curitiba: CRV, 2013.

ARRAZ, Fernando Miranda. A Importância da Atividade Física na Infância. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [*s.l*], n. 03, Ed. 08, Vol. 01, pp. 92-103, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

FEITOSA, Caio Antonaglia *et al*. O judô escolar enquanto prática formativa. **Revista Digital efdeportes**, Buenos Aires, n. 153, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GONÇALVES, A. V. L; SILVA, M. R. S. Artes marciais e lutas: uma análise da produção de saberes no campo discursivo da educação física brasileira. Florianópolis. **Revista Brasileira das Ciências do Esporte**, [*s.l.]* v. 35, n. 3, p. 657- 671, 21 jul./set. 2013.

LANÇANOVA, J. E. S. **Lutas na Educação Física escolar:** alternativas pedagógicas. 2006. 70 f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Universidade da Região da Campanha, Alegrete, 2006.

MAZZONI, A. V; OLIVEIRA JÚNIOR, J. L. **Lutas:** da pré-história a pós-modernidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

MENÉNDEZ, José Ignacio. Las artes marciales y deportes de combate en Educación Física. Una mirada hacia el Kickboxing educativo. **EmásF**: **revista digital de educación física**, n. 48, 2017.

NEUENFELDT, Derli Juliano. **Esporte, Educação Física e Formação Profissional.** Lajeado: UNIVATES, 2008.

NEUENFELDT, Derli Juliano. O ensino de artes marciais para crianças: uma proposta pedagógica. **Revista Destaques Acadêmicos**, *[S. l.]*, v. 9, n. 3, 2017.

RUFFONI, R. **Análise metodológica na prática do Judô.** 2004. 109f. Dissertação (Mestrado em Motricidade Humana) – Pós-graduação em Motricidade Humana, Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, 2004.

RUFINO, L. G. B; DARIDO, S. C. Lutas, artes marciais e modalidades esportivas de combate: uma questão de terminologia. **EFDeportes.com**, Buenos Aires n. 118, 2011.

RUFINO, L. G. B; DARIDO, S. C. O jiu jitsu brasileiro nas três dimensões dos conteúdos nas aulas de educação física escolar. In: IV Colóquio de Pesquisa Qualitativa em Motricidade

Humana: as lutas no contexto da motricidade / III Simpósio sobre o Ensino de Graduação em Educação Física: 15 anos do Curso de Educação Física da UFSCar, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2009.

SEYBOLD, Annemarie. **Educação Física princípios pedagógicos.** Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1994.

SHIOZAWA, Lhofei. **Manual de Judô.** Goiânia: Nikkei Sport Center 2012.

CAPÍTULO IX

O LÚDICO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Maria Fernanda Dantas Cardoso
Maria do Socorro Vieira

editora FAMEN

O LÚDICO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Maria Fernanda Dantas Cardoso[17] / Maria do Socorro Vieira[18]

INTRODUÇÃO

Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam um desenvolvimento físico típico; no entanto, enfrentam dificuldades significativas no estabelecimento de relações sociais ou afetivas, frequentemente vivenciando um universo particular.

O Espectro Autista caracteriza-se como um transtorno com variados níveis de funcionalidade, requerendo abordagens diferenciadas para cada nível. Este estudo destaca a singularidade de cada criança com TEA e a importância de instituições educacionais preparadas com docentes capacitados para promover a inclusão desde o ambiente escolar. A pesquisa elucida a relevância das atividades lúdicas no desenvolvimento de alunos com TEA.

[17] Graduado em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: fernandamaria1405@gmail.com;

[18] Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Mestranda em Ciências da Educação. Professora da Faculdade do Maciço de Baturité. profsvieira1@gmail.com.

A escolha do tema originou-se da curiosidade e das experiências vivenciadas. Discussões contemporâneas têm enfatizado a inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade, particularmente no contexto educacional. Para efetivar essa inclusão, é essencial que a comunidade escolar possua conhecimento sobre as particularidades das necessidades especiais e as metodologias de ensino adequadas, transformando o espaço escolar em um ambiente propício ao desenvolvimento integral do aluno.

O objetivo deste artigo consiste em apresentar estratégias pedagógicas que evidenciam a importância do uso do lúdico na educação de crianças autistas, facilitando seu desenvolvimento. A metodologia adotada para este trabalho foi a pesquisa bibliográfica, fundamentada em teorias de autores como: Bomtempo (1999), Santos (2000), Mantoan (2001) e outros.

O estudo é dividido em partes: inicialmente, discute-se a importância do lúdico para o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e intelectual da criança, bem como sua contribuição para esse processo. Em seguida, são exploradas estratégias de inclusão que consideram os interesses e necessidades individuais das crianças, aplicando-as de acordo com cada situação específica. Prosseguindo, examinam-se as intervenções lúdicas no processo de ensino-aprendizagem, demonstrando seu papel como facilitador.

A metodologia descreve os procedimentos utilizados para coletar e analisar dados, tratando-se especialmente da pesquisa bibliográfica. Nos resultados e discussões, são apresentados os achados principais da pesquisa, onde os dados coletados são analisados e interpretados. As considerações finais deste trabalho resumem as principais descobertas e sua relevância dentro do campo de estudo.

Por meio deste trabalho de pesquisa, espera-se contribuir com instituições educacionais e professores, incentivando reflexões sobre a aplicação do lúdico no desenvolvimento de alunos com TEA e a importância de dispor de profissionais capacitados para atender às necessidades dessas crianças.

REVISÃO DE LITERATURA

Nesta pesquisa, obteve-se embasamento em alguns autores, cujas falas permitiram compreender a relevância do lúdico no contexto do desenvolvimento e intervenção para crianças com TEA. Brincadeiras estruturadas e jogos adaptados podem proporcionar oportunidades para essas crianças praticarem habilidades sociais, como alternância de turnos, compartilhamento e interação com os outros de maneira menos intimidante.

O lúdico é importante para o desenvolvimento e bem-estar de crianças com TEA, sendo fundamental incorporar

atividades lúdicas em programas de intervenção. Mais do que diversão, o lúdico é parte essencial do aprendizado e desenvolvimento infantil, tornando essencial priorizar o jogo e a brincadeira tanto em ambientes educacionais quanto domésticos.

Santos (2000) destaca a importância do brincar no desenvolvimento infantil, relatando que, por meio da brincadeira, as crianças têm a oportunidade de aprender sobre si mesmas, entender suas emoções e desenvolver habilidades sociais ao interagir com os outros. O brincar e o lúdico tornam-se atividades essenciais na infância, proporcionando às crianças oportunidades valiosas de crescimento, aprendizado e desenvolvimento pessoal e social.

Mantoan (2006), em uma de suas obras, "Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?", faz uma reflexão sobre como estão as escolas na atualidade, o que está sendo insuficiente, o que os professores estão fazendo para mudar essa realidade dentro das salas de aula e qual o real movimento que deve ser desempenhado pelos docentes no processo da inclusão escolar.

Fundamentos do lúdico no contexto escolar e o papel do Plano Educacional Individualizado (PEI)

O lúdico é reconhecido como uma ferramenta pedagógica que promove o ensino e a aprendizagem de forma não coercitiva,

permitindo que a criança se engaje na brincadeira sem pressões, o que resulta em uma aprendizagem mais significativa e de qualidade. Por meio dessa abordagem, são proporcionadas oportunidades para o desenvolvimento físico, mental e intelectual dos alunos da Educação Infantil com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Ao adentrar o mundo lúdico do brinquedo, a criança vivencia e lida com sua própria estruturação e desenvolvimento da inteligência. Conforme ressaltado por Bomtempo (1999, p. 5), "é importante estar ciente de que a brincadeira para a criança é necessária uma vez que ela traz imensas contribuições ao desenvolvimento da habilidade de aprender e pensar".

Ao utilizar essa ferramenta pedagógica, desempenha-se um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, especialmente na Educação Infantil. Através de atividades lúdicas, as crianças podem desenvolver diversas habilidades e competências essenciais para seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

De acordo com Bomtempo (1999, p. 62), “brincando, a criança se inicia na representação de papéis do mundo adulto que irá desempenhar mais tarde. Desenvolve capacidades físicas, verbais e intelectuais, tornando capaz de se comunicar”. Por isso, o lúdico não deve ser percebido apenas como uma atividade recreativa, mas sim como um recurso pedagógico fundamental para o processo de ensino-aprendizagem.

Adicionalmente, Santos (2000) aponta que o lúdico é relevante, pois contribui significativamente para o desenvolvimento humano, facilitando a aprendizagem e o crescimento social e pessoal. É por meio do lúdico, presente em brincadeiras, no faz de conta e em jogos, que as crianças trabalham suas tensões internas através de ações simbólicas.

> O jogo simbólico se desenvolve a partir dos esquemas sensório motores, os quais, à medida que são compreendidos, começam a ser imitados e representados. Sua função é satisfazer o EU por meio de uma transformação do real em função dos desejos: ao brincar de boneca, a criança refaz sua própria vida, corrigindo-a à sua maneira e revive todos os prazeres e conflitos, resolvendo-os, compensando-os, ou seja, completando a realidade por meio da ficção. É o caminho para um mundo de faz-de-conta, que possibilita à criança a realização de sonhos e fantasias, revela conflitos interiores, medos e angústias, aliviando as tensões e as frustrações (Rau, 2007, p. 14).

Dessa forma, ministrar atividades lúdicas no espaço escolar com crianças com autismo facilita o desenvolvimento intelectual e corporal desses sujeitos. Aguilar (2021, p. 65) pontua que "é importante fazer boas escolhas dentro da escola em todos os aspectos, sejam musicais ou literários. Cantar, ouvir boas músicas ou tocar um instrumento estimulam áreas cerebrais como uma mágica".

A criança com autismo precisa ser estimulada um pouco mais para se desenvolver, e a ludicidade auxilia na evolução de suas habilidades, construindo seu próprio espaço de acordo com o que a criança sente diante dessas atividades, colaborando e possibilitando um melhor convívio social.

A implementação de atividades lúdicas no Plano Educacional Individualizado (PEI) é crucial na educação inclusiva. O PEI foi previsto como ferramenta de inclusão para pessoas com deficiência, na Lei 13.146/2015. Este, visa atender às necessidades específicas de cada aluno com deficiência, oferecendo um roteiro personalizado para seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional.

Ao integrar atividades lúdicas no PEI de crianças com autismo, os educadores podem adaptar o aprendizado conforme as habilidades, interesses e metas individuais de cada aluno, promovendo um ambiente de inclusão e aceitação. Essas atividades não apenas proporcionam entretenimento, mas também desenvolvem habilidades sociais, comunicação e autoestima, capacitando os alunos com autismo a alcançarem seu pleno potencial de forma autônoma e participativa.

Segundo Santos (2002), o lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural; colabora para uma boa saúde mental; prepara para um estado interior fértil; facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento.

A importância do lúdico na Educação Infantil é subestimada, especialmente por pais que favorecem métodos tradicionais, muitos desconhecendo seus benefícios para o ensino e desenvolvimento de habilidades como atenção, concentração, memória e imaginação. Atividades lúdicas permitem que educadores se comuniquem na linguagem das crianças, especialmente aquelas com TEA, facilitando seu desenvolvimento cognitivo.

Estratégias lúdicas para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um conjunto de condições nas quais o desenvolvimento do indivíduo diverge do típico, afetando aspectos como comunicação, interações sociais e interesses específicos (Fonseca; Ciola, 2016). Crianças com autismo apresentam interesses restritos e repetitivos, também conhecidos como hiper foco, demonstrando um verdadeiro fascínio por tudo que está relacionado ao seu tema de interesse.

De acordo com Fonseca e Ciola (2016), visando equilibrar os déficits cognitivos, sociais, sensoriais, de comunicação e comportamentais encontrados em indivíduos com autismo, é recomendável a adoção de um modelo de ensino estruturado. Isso implica a criação de um ambiente bem-organizado, a

implementação de agendas de rotina personalizadas e a realização de atividades planejadas.

A Constituição Federal/88 reconhece o direito das pessoas com necessidades especiais à educação, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988), com o objetivo de integrar plenamente essas pessoas em todas as áreas da sociedade e garantir o direito à educação inclusiva em escolas regulares, assegurando, assim, o direito à integração social.

Identifica-se uma escassez de legislação e orientações, inclusive por parte do MEC, referentes a alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) que não se enquadram exclusivamente no público da Educação Especial. Contradições são notadas também na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a qual, embora trate da inclusão, não aborda casos além da Educação Especial. No entanto, enfatiza-se que a compreensão de educandos com NEE transcende a concepção voltada unicamente ao público da Educação Especial, pois a inclusão demanda uma visão mais abrangente.

Nesse contexto, Mantoan (2001, p. 1) afirma que "inclusão é o processo que o ser humano possui de reconhecer e entender o outro sujeito". Portanto, quando crianças com TEA estão presentes em salas de aula, as instituições de ensino e os professores devem estar cientes das dificuldades e necessidades

dessas crianças, adotando estratégias pedagógicas apropriadas para facilitar a interação.

Desse modo, enfrentar o desafio de trabalhar com crianças autistas, especialmente para professores que se deparam pela primeira vez com essa situação, exige a compreensão das particularidades de aprendizagem dessas crianças e a implementação de um ensino especializado. Escolas regulares são incentivadas a adotar estratégias pedagógicas direcionadas a crianças com TEA, promovendo assim uma maior inclusão.

> A educação inclusiva é uma prática inovadora que está enfatizando a qualidade de ensino para todos os alunos, exigindo que a escola se modernize e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. É um paradigma que desafia o educador a aprender mais sobre a diversidade humana a fim de compreender os diferentes modos de cada ser humano ser, pensar, sentir e agir (Rosa, 2005, p. 12).

Observa-se um aumento no número de crianças com transtornos do espectro autista matriculadas em escolas regulares, muitas das quais carecem de estrutura e de profissionais qualificados para atender às necessidades de crianças com TEA. Destaca-se a necessidade de reformulação do sistema de ensino regular para adequá-lo às exigências dessas crianças.

Conforme Mantoan (2001, p. 15), “a escola foi saturada pelo formalismo da racionalidade, fragmentando-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares e burocracia”. Uma transformação fundamental em sua estrutura organizacional, conforme sugere a inclusão, apresenta-se como uma alternativa para que a escola possa, novamente, disseminar sua ação educativa a todos os participantes. Não se pode negar que, além dos paradigmas existentes, a forma de transposição do conhecimento e as relações entre professor e aluno também demandam uma nova interpretação.

A referida autora aponta que a escola não pode continuar ignorando as dinâmicas externas nem desconsiderar as diferenças no processo educativo. Muitas vezes, as divergências no perfil do educando são percebidas pelas instituições como um obstáculo, e não como um potencial para o processo de aprendizado.

Portanto, a adoção de estratégias pedagógicas direcionadas a crianças com TEA pode favorecer seu desenvolvimento, sendo necessária a inovação e a exploração de estratégias eficazes por parte do professor. E, para promover o desenvolvimento infantil em diversas dimensões, o brinquedo deve possuir características como ser atrativo, ser de boa construção e estimular a curiosidade e a imaginação tanto de meninos quanto de meninas (Bomtempo, 1999).

A educação inclusiva transcende a simples inserção de alunos com deficiência em escolas regulares, visando à criação de um ambiente educacional que atenda às necessidades de todos os estudantes, sem distinção de suas características individuais (Mantoan, 2001). A autora sublinha que a inclusão exige mais do que a mera presença física de alunos com deficiência nas instituições educacionais regulares; advoga pela configuração de espaços que sejam receptivos e acessíveis a todos os estudantes, abrangendo não somente aqueles com deficiências, mas também indivíduos com distintas habilidades, necessidades especiais, origens culturais diversas, entre outros.

Nesse contexto, a avaliação dos alunos deve ser realizada considerando-se a totalidade de informações disponíveis sobre eles, incluindo dados pessoais e a assinatura dos pais ou responsáveis, culminando na elaboração de um relatório detalhado. Esse documento deve oferecer um panorama histórico do estudante, elucidando suas necessidades educacionais decorrentes de sua condição, identificando suas habilidades e dificuldades, áreas que necessitam de aprimoramento e desenvolvimento, bem como os objetivos educacionais e de desenvolvimento acadêmico a serem alcançados.

De maneira similar, a Análise Comportamental Aplicada (ABA) é reconhecida como uma estratégia pedagógica efetiva para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo uma ciência que recebe amplo endosso de especialistas. A terapia

ABA, fundamentada em princípios psicológicos, visa compreender o comportamento de indivíduos com autismo para minimizar comportamentos adversos e promover ações positivas, adequando-se às especificidades de cada indivíduo, seja criança, jovem ou adulto (Barboza *et al*., 2019).

Posteriormente à avaliação diagnóstica, espera-se que o educador planeje suas atividades didáticas considerando as particularidades do aluno, adotando estratégias pedagógicas direcionadas a satisfazer suas necessidades, superar desafios e potencializar suas habilidades. Para assegurar o êxito das abordagens pedagógicas implementadas para alunos com TEA, é essencial monitorar cada estratégia adotada, avaliando sua eficácia e ajustando conforme necessário, com o intuito de otimizar o progresso educacional.

Para criar um ambiente acadêmico inclusivo para crianças com TEA, é importante manter rotinas estáveis que aumentem a previsibilidade e segurança, reduzindo a ansiedade. Comunicar mudanças de rotina com antecedência é fundamental para evitar reações negativas. Além disso, é essencial que a criança e seus responsáveis visitem previamente a escola para se familiarizarem com o ambiente, pois a eficácia de um espaço educacional estruturado e organizado é fundamental.

> A disposição física do ambiente de ensino é importante quando se planeja o currículo para alunos com TEA. Até a disposição dos móveis da sala pode ajudar ou atrapalhar o funcionamento independente do aluno, o reconhecimento e respeito pelas regras e limites. Muitos alunos têm dificuldades de organização, não sabendo aonde ir e como chegar, perdendo-se no ambiente quando este não lhe oferece dicas e referências (Fonseca; Ciola, 2016, p. 26).

O uso de estímulos visuais também é um meio que pode ser utilizado, pois são mais fáceis de serem compreendidos por crianças com TEA; por isso, recomenda-se investir na comunicação visual aliada à comunicação escrita, utilizar cartazes na sala de aula com as letras do alfabeto, por exemplo, com ilustrações para representar cada letra, a rotina a ser realizada no dia a dia e as regras a serem seguidas.

E quando o professor precisar que a criança repita ou faça algo, direcione-a para a ilustração. Considerando as dificuldades específicas das crianças com TEA, é necessário que o professor ajuste a sala de aula às necessidades do aluno, facilitando sua locomoção e inserindo suportes e materiais especializados.

É igualmente importante conhecer os interesses das crianças, além de suas dificuldades e necessidades, permitindo que o professor incorpore esses interesses às estratégias pedagógicas e às atividades para manter o interesse e o foco na aprendizagem.

Outro aspecto relevante é a conscientização de que crianças com autismo podem apresentar aversão a barulhos e texturas específicas. Com esse conhecimento, o professor pode minimizar desconfortos para essas crianças, elaborando atividades considerando o nível de dificuldade do aluno. Aulas e atividades planejadas com antecedência conferem maior segurança ao professor.

Nesse cenário, a inclusão de um aluno com TEA implica a necessidade de o professor estabelecer um vínculo inicial com seus alunos e compreender a dinâmica entre eles, para então viabilizar a criação de estratégias de ensino que beneficiem a aprendizagem da turma. Essas estratégias devem estimular, primordialmente, a participação e a interação mútua entre os alunos (Favoretto; Lamônica, 2014).

A interação das crianças com TEA com seus colegas é essencial para o seu desenvolvimento. Apesar das necessidades diferentes e das adaptações pedagógicas necessárias, essas crianças precisam interagir com outras crianças. Assim, sempre que possível, é interessante promover jogos, brincadeiras e atividades coletivas, fomentando a inclusão.

A valorização das conquistas das crianças e a motivação devem ser constantes; assim, para manter o interesse das crianças com autismo no aprendizado, o professor pode destacar cada tarefa realizada corretamente e cada regra seguida, com elogios ou até um pequeno prêmio. E, diante de dificuldades na

execução das tarefas, o professor deve apoiar as crianças e demonstrar que é possível superar os obstáculos.

Conforme o parágrafo único do artigo 3º da Lei 12.764/2012, Lei Berenice Piana, "em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular [..] terá direito a acompanhante especializado" (Brasil, 2012, p. 25). O acompanhante em sala é um direito do aluno autista assegurado por lei e desempenha um papel fundamental para que o aluno com este transtorno compreenda o conteúdo apresentado em sala.

A importância da utilização do lúdico como ferramenta pedagógica para o desenvolvimento do aluno com Transtorno do Espectro Autista - TEA

A palavra "lúdico" tem origem no latim *ludus*. Esse termo não possui um significado único, pois abrange os conceitos de jogos infantis, competições, recreações, representações teatrais, entre outros. Segundo Huizinga (2008, p. 41): "o latim cobre todo o terreno do jogo com uma única palavra: *ludus*, de *ludere*, de onde deriva diretamente *lusus*". Para o autor, o lúdico faz parte da evolução humana e perpassa todas as fases da vida do indivíduo. Para compreender o conceito de lúdico, é importante diferenciar alguns termos que estão diretamente relacionados ao assunto:

> A brincadeira refere-se ao comportamento espontâneo ao realizar uma atividade das mais diversas. O jogo, é uma brincadeira que envolve certas regras, estipuladas pelos próprios participantes. O brinquedo é identificado como o objeto de brincadeira. A atividade lúdica compreende todos os conceitos anteriores (Almeida; Shigunov, 2000, p. 2).

Compreende-se, assim, que o lúdico não pode ser limitado a um único termo, englobando uma variedade de situações distintas. Na educação, especialmente na infância, a aprendizagem e o desenvolvimento infantil evoluem por meio da troca de ideias e do diálogo facilitados pelo ato de brincar.

Conforme observado anteriormente, o lúdico desempenha um papel fundamental no desenvolvimento humano e cognitivo do indivíduo, particularmente nos processos de ensino-aprendizagem, sendo uma peça-chave no desenvolvimento infantil. E, de acordo com Bomtempo (1999), é essencial que o professor não restrinja a imaginação infantil, mas sim a direcione, permitindo o surgimento do jogo espontâneo no contexto educativo. Isso porque é por meio dessas atividades lúdicas que a criança se capacita para enfrentar a vida de acordo com suas próprias perspectivas.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode dificultar a inclusão social, por isso é importante usar estratégias que envolvam atividades lúdicas para ajudar alunos autistas a se integrarem melhor com amigos e familiares. Isso os ajuda a

desenvolver suas habilidades ao máximo. A educação desempenha um papel essencial nesse processo, especialmente considerando os desafios enfrentados por eles e suas famílias.

Uma abordagem lúdica, aliada à sensibilidade do educador em relação ao aluno, é essencial para estimular o desenvolvimento e a interação das crianças autistas. As intervenções lúdicas visam trabalhar comportamentos, socialização, comunicação, aprendizagem, aspectos motores, sensoriais, entre outros, oferecendo, assim, mais qualidade de vida às pessoas com TEA. Essas intervenções auxiliam no desenvolvimento da criança autista de maneira mais lúdica e engajada, por meio de atividades recreativas e brincadeiras.

É importante enfatizar que o lúdico se torna um recurso indispensável para o educador. Segundo Cunha (2007), é no ato de brincar que os alunos autistas, por exemplo, exploram e praticam seus pontos fortes, além de aprenderem a reconhecer as diferenças individuais.

O ato de brincar permite que crianças autistas expressem e desenvolvam seus pontos fortes e interesses individuais, o que pode incluir habilidades cognitivas, criatividade, imaginação e perseverança, entre outros aspectos. Afirma-se que brincar é uma forma natural de aprendizagem para crianças autistas. "Na brincadeira a criança aprende a se conhecer melhor e a aceitar a existência do outro; organizando, assim, suas relações emocionais e estabelecendo relações sociais" (Santos, 2000, p.

158). Este estímulo à comunicação e socialização, proporcionado pelas brincadeiras, influencia positivamente o desenvolvimento do autista.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada neste trabalho consistiu na pesquisa bibliográfica, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o tema proposto, permitindo a ampliação da compreensão das dificuldades enfrentadas por alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar, assim como os métodos para obter bons resultados por meio do uso de ferramentas lúdicas nesse processo. O presente artigo fundamenta-se teoricamente nas contribuições de autores e pesquisadores da área da Educação Especial. De acordo com Severino (2007), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo:

> [...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 122).

A pesquisa bibliográfica pode ser descrita como um conjunto de informações e dados obtidos de documentos, artigos, dissertações e livros publicados. Os textos e as informações neles contidos servem como fontes para a base teórica da pesquisa e na investigação dos estudos dos textos que contribuem para o desenvolvimento do trabalho.

Essa modalidade de pesquisa proporciona um vasto alcance de informações, além de possibilitar o uso de dados dispersos em diversas publicações, auxiliando na construção ou na definição mais precisa do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (Gil, 1994).

Portanto, a pesquisa bibliográfica representa uma ferramenta valiosa para a construção do conhecimento científico, permitindo ao pesquisador explorar e analisar um assunto previamente estudado sobre determinado tema, bem como identificar novas direções de pesquisa e contribuir para o progresso do campo de estudo em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio do lúdico, a criança pode desenvolver valores, comportamentos, exercitar-se fisicamente e, principalmente, desenvolver relações interativas com os demais colegas. É a partir dessas relações que a criança aprenderá sobre a existência de ordens a serem dadas e recebidas, adquirirá a capacidade de

aguardar sua vez de brincar, compreenderá a importância de emprestar seu brinquedo e de tomar emprestado o de um colega (Santos, 2000).

Conforme Bomtempo (1999) destaca, através do brincar, a criança começa a explorar os papéis presentes no mundo dos adultos, os quais assumirá futuramente. Esse processo lúdico contribui para o desenvolvimento de habilidades físicas, verbais e cognitivas, capacitando-a para a comunicação eficaz.

Mantoan (2001) define a educação inclusiva como um modelo de educação que integra todas as crianças, sem distinção. As escolas regulares inclusivas propõem uma reorganização no sistema educacional a fim de atender às necessidades apresentadas por alunos com deficiência. Segundo a autora, esse modelo de ensino desafia os demais modelos anteriormente estabelecidos na educação, visando aprimorar a qualidade do ensino nas escolas.

A configuração espacial do ambiente educacional desempenha um papel muito importante na elaboração do currículo para estudantes com TEA. A organização dos móveis e o *layout* da sala podem tanto facilitar quanto dificultar a autonomia do aluno, bem como seu entendimento e observância de regras e limites. Muitos desses alunos apresentam desafios de organização, enfrentando dificuldades em saber para onde ir ou como chegar a determinado lugar, sentindo-se perdidos em um

espaço que não fornece orientações claras e pontos de referência (Fonseca; Ciola, 2016).

As pesquisas apontam que as atividades lúdicas são particularmente bem recebidas no aprendizado de crianças com autismo, pois tornam o processo educativo mais prazeroso e eficaz. Além de proporcionar entretenimento, o lúdico facilita o desenvolvimento de habilidades e competências gerais.

O emprego do lúdico melhora significativamente a aprendizagem em crianças com TEA, captando sua atenção e facilitando a aquisição de habilidades acadêmicas e funcionais, além de promover o desenvolvimento em diversas áreas do conhecimento. O aspecto lúdico tem também se mostrado eficiente na redução de comportamentos problemáticos associados ao TEA, oferecendo um meio seguro e divertido para que as crianças expressem suas emoções e energias, o que, por sua vez, diminui a ocorrência de comportamentos disruptivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, tornou-se evidente que o uso de atividades lúdicas no contexto educacional de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) oferece uma série de benefícios e potenciais transformadores. A revisão de literatura pertinente e uma análise detalhada confirmaram a importância de pedagógicas que integram jogos, brincadeiras e ludicidade

como ferramentas de ensino- aprendizagem para indivíduos com TEA.

Os resultados desta pesquisa destacam que o lúdico promove o desenvolvimento social, emocional, cognitivo e comunicativo das crianças com TEA. As atividades lúdicas não somente fomentam a participação ativa e o engajamento dos alunos, mas também estimulam a criatividade, a autonomia e a expressão individual, aspectos fundamentais para seu crescimento e desenvolvimento integral.

Observou-se também que o lúdico contribui para a inclusão e a interação entre alunos com e sem TEA, fomentando um ambiente escolar mais acolhedor e igualitário. As atividades lúdicas oferecem oportunidades para que todos os alunos participem ativamente, independentemente de suas habilidades individuais, o que contribui para a construção de relações sociais mais significativas e empáticas.

No entanto, é importante reconhecer que a implementação eficaz de estratégias lúdicas na prática educativa exige um comprometimento contínuo por parte dos educadores, além de apoio institucional e recursos adequados. A formação profissional em Educação Especial, com ênfase na capacitação específica em metodologias lúdicas, é indispensável para assegurar uma abordagem inclusiva e de qualidade para todos os alunos.

Assim, este estudo reforça a importância de considerar o lúdico como uma ferramenta poderosa na promoção do desenvolvimento e da aprendizagem de crianças com TEA. Espera-se que as descobertas e reflexões aqui apresentadas estimulem novas pesquisas e práticas educativas que valorizem e integrem o jogo, a brincadeira e a ludicidade como elementos fundamentais no processo educativo de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Renata. **Neurociência aplicada à educação**: caminhos para facilitar a aprendizagem na sala de aula. São Paulo: Edicon, 2021.

ALMEIDA, A. C. P. C.; SHIGUNOV, V. A atividade lúdica infantil e suas possibilidades. **Journal of Physical Education**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 69-76, 2000.

BARBOZA, A. A.; COSTA, L. C. B.; BARROS, R. S. Videomodelagem Instrucional para Ensinar Mães de Crianças com Autismo a Implementar Ensaios Discretos: Uma Replicação Sistemática. **Tendências em Psicologia,** Rio de Janeiro, vol. 27, nº 3, 2019.

BOMTEMPO, Edda. Brinquedo e educação: na escola e no lar. **Psicol. esc. educ.**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 61-69, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19. fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012. Disponível em: https://oabdf.org.br/wp-content/uploads/2023/06/CartilhadosDireitosdaPessoacomAutismo.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CUNHA, N. H. S. **Brinquedoteca:** um mergulho no brincar. 4. ed. São Paulo: Aquariana, 2007.

FAVORETTO, N. C.; LAMÔNICA, D. A. C. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Porto Alegre, vol. 20, nº 1, 103-116, 2014.

FONSECA, M. E. G.; CIOLA, J. C. B. **Vejo e aprendo:** fundamentos do programa TEACC e o ensino estruturado para pessoas com autismo. São Paulo: BookToy, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1994. HUIZINGA, J. **Homo Ludens.** São Paulo: Perspectiva, 2008. MANTOAN, M. T. E. **Abrindo as escolas às diferenças.** São Paulo: Moderna, 2001.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar:** o que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

RAU, M. C. T. D. **A ludicidade na educação:** uma atitude pedagógica. Curitiba: Ibpex, 2007.

ROSA, C.C. Os limites da Inclusão. **Revista Pátio**, Porto Alegre, ano III, n. 32, p. 08- 12, nov. 2004/ jan. 2005.

SANTOS, S. M. P. **Brinquedoteca: a criança, o adulto, e o lúdico.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O lúdico na formação do educador.** Petrópolis: Vozes, 2002.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

CAPÍTULO X

ALFABETIZAÇÃO: PRINCIPAIS DESAFIOS PEDAGÓGICOS E ALGUNS MÉTODOS EFICAZES PARA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Nially Karen Morais do Amaral Souza
Maria do Socorro Vieira

editora FAMEN

ALFABETIZAÇÃO: PRINCIPAIS DESAFIOS PEDAGÓGICOS E ALGUNS MÉTODOS EFICAZES PARA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Nially Karen Morais do Amaral Souza[19] / Maria do Socorro Vieira[20]

INTRODUÇÃO

A alfabetização, embora fundamental para o domínio da leitura e da escrita, configura-se apenas como o primeiro passo na jornada do indivíduo no mundo letrado. As demandas da sociedade moderna exigem que se avance além da mera decodificação de símbolos, adentrando no universo da compreensão crítica e da produção autônoma de textos.

Com isto ressalta-se a importância do pedagogo em sala de aula com um olhar único e observador a cada criança em suas particularidades e especificidades, para que o trabalho tenha êxito. Pois a criança tem uma construção antes da entrada na vida escolar e uma outra após a sua imersão na educação escolar. Se

[19] Graduado em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: niallykaren@gmail.com;
[20] Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Mestranda em Ciências da Educação. Professora da Faculdade do Maciço de Baturité. profsvieira1@gmail.com.

apropriando de várias vivências e aprendizados que muitas vezes não conseguem ter no seu cotidiano extraescolar.

O objetivo do presente artigo é trazer os principais métodos utilizados para a alfabetização da criança, apresentando alguns desafios durante toda a trajetória para o desenvolvimento da habilidade, ressaltando a superação das dificuldades de aprendizagem, tão presentes nesse momento.

Para a realização desta pesquisa, foram adotados os procedimentos metodológicos das pesquisas bibliográfica e qualitativa, através das quais buscamos os fundamentos teóricos de autores da área em estudo, tais como Ferreiro (1986), Soares (2010), Leal (2005), entre outros autores que enveredam pelos caminhos da tratativa do processo de alfabetização.

Em sua estruturação presente no artigo está dividido em etapas da alfabetização, contemplando o estudo da psicogênese da escrita de Emília Ferreiro. Em seguida, tratamos dos principais desafios encontrados no processo de alfabetização dos quais temos as dificuldades de aprendizagem, mas não somente, temos a realidade da falta do apoio familiar e estímulo ao aprendizado. E posteriormente trataremos de alguns métodos eficazes no processo da Alfabetização.

A alfabetização é uma aventura épica, onde cada criança embarca em uma jornada individual para desvendar os segredos da leitura e da escrita. É importante lembrar que cada criança

segue seu próprio ritmo nessa jornada, e as etapas podem se misturar ou durar mais ou menos tempo.

REVISÃO DE LITERATURA

A alfabetização é um processo fundamental no desenvolvimento educacional e social dos indivíduos, porém enfrenta diversos desafios pedagógicos que podem impactar o aprendizado. Os principais desafios na alfabetização incluem a diversidade de habilidades dos alunos, dificuldades de aprendizagem específicas e escassez de recursos nas escolas.

Para enfrentá-los, métodos eficazes como os fonéticos, que ligam sons a letras, os multissensoriais, que utilizam vários sentidos, e os contextualizados, que relacionam a aprendizagem ao cotidiano do aluno, são recomendados. Estratégias como intervenção precoce, uso de tecnologia educacional e formação contínua de professores também são essenciais para superar essas barreiras e promover o sucesso na aprendizagem de leitura e escrita.

Nomes como Gontijo (2014), Azenha (2010) e Berbel (2011), entre outros, além dos autores principais desta pesquisa, oferecem contribuições significativas para a compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento da alfabetização.

Essa revisão de literatura destaca a importância de abordagens diversificadas e adaptativas, embasadas nas

contribuições teóricas de grandes estudiosos da área, para garantir o sucesso de todos os alunos no processo de aprendizagem da leitura e escrita.

Etapas da Alfabetização: breve contextualização

No processo de alfabetização, cada indivíduo embarca em uma jornada singular, marcada por experiências e identidades únicas. Ao longo dessa jornada, o sujeito é confrontado por situações de conflito, que podem ser vistas como catalisadores de aprendizado para alguns, enquanto para outros representam obstáculos a serem superados.

> Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (Soares, 2014, p. 47).

Como a autora afirma, o ideal é alfabetizar letrando, entrelaçando esses dois processos desde o início da aprendizagem. Isso significa ensinar a ler e escrever não apenas como um conjunto de habilidades técnicas, mas também como ferramentas para a participação social e o desenvolvimento cultural.

Nesse contexto é válido ressaltar que o processo de alfabetização e letramento pode ser enriquecido e aprimorado por meio da utilização de jogos lúdicos. “Essa ferramenta poderosa transforma a aprendizagem em uma experiência divertida e envolvente, despertando o interesse e a participação ativa das crianças.” (Leão, 2015, p. 25)

Nas séries iniciais do ensino fundamental, onde contempla a alfabetização da criança, é de grande relevância o ensino aprendizagem voltado para a ludicidade, auxiliando no desenvolvimento integral da criança, envolvendo além do cognitivo, as relações socioemocionais e afetivas.

Segundo Ferreiro (2000, p. 25) “nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem”. Com isto não existe um método de alfabetização ideal para todas as crianças, pois cada uma tem uma construção cognitiva singular, tornando especial o momento da alfabetização a cada uma, fazendo com que suas experiências vividas, enriqueçam e deem a importância ao processo.

A Psicogênese da Língua Escrita, proposta por Ferreiro (1985), mapeia os níveis progressivos que marcam o desenvolvimento da escrita. Essa ferramenta valiosa nos permite identificar a etapa em que cada indivíduo se encontra em um determinado momento:

> No nível Pré-silábico a escrita não apresenta nenhuma correspondência sonora, isto é, que não fazem correspondência entre grafia e som. [...] No nível Silábico, a criança procura efetuar correspondência entre grafia e sílaba, geralmente uma grafia para cada sílaba o que não exclui alguns casos problemáticos derivados de exigências de quantidade mínima de letras. [...] No nível Silábico-alfabético a sistematicidade da tarefa executada pela criança se dá no sentido de que cada grafia corresponde a um som. [...] No nível Alfabético, a escrita é organizada com base na correspondência entre grafias e fonemas (Ferreiro, 1985 *apud* Kato, 1994, p. 55).

Na jornada da alfabetização, a criança começa no nível Pré-silábico, explorando a escrita intuitivamente sem compreender letras ou sons. No nível Silábico, ela percebe que letras correspondem a sílabas e começa a ligar os sons às formas. No nível Silábico-alfabético, a criança entende que cada letra representa um som específico e organiza-as adequadamente, ganhando precisão na escrita. Finalmente, no nível Alfabético, ela domina completamente a escrita, capaz de usar palavras para expressar seus pensamentos, ideias e sonhos de forma clara e precisa.

Ferreiro e Teberosky (1999) foram pioneiras em destacar a importância da perspectiva da criança no processo de alfabetização. Elas defenderam a ideia de que a criança não é um ser passivo que recebe o conhecimento pronto, mas sim um

agente ativo que reflete, formula hipóteses e estabelece critérios para compreender a leitura e a escrita.

A Psicogênese da Língua Escrita, aliada à compreensão da influência das experiências na aprendizagem, nos permitem construir um processo de alfabetização mais eficaz e personalizado. Ao identificar os níveis de desenvolvimento e considerar as vivências de cada indivíduo, podemos oferecer um ambiente de aprendizado positivo e estimulante, promovendo o desenvolvimento da escrita de forma significativa e duradoura.

Afirmando assim que cada criança possui sua individualidade, suas vivências sociais diferenciadas umas das outras, convivendo com várias situações e pessoas que irão ajudá-las em seu desenvolvimento de forma positiva ou não caracterizando sua postura diante do aprendizado.

> Os processos que se constituem nas crianças, durante a fase inicial de alfabetização, resultam das relações com as outras pessoas (adultos ou outras crianças) que os ensinam a ler e a escrever. Do ponto de vista pedagógico, é essencial ter em mente que a capacidade de usar a escrita para si como os outros a utilizam não surge e se desenvolve da mesma forma que os órgãos do corpo. Uma criança que passa a usar as letras para escrever as suas ideias, as alheias, para recordar e para intervir sobre os outros precisa vivenciar inúmeras situações em que as pessoas leem e escrevem para elas e as incentivam a ler e a escrever (Gontijo, 2014, p. 264).

As crianças aprendem observando e imitando os adultos ao seu redor. Se elas virem adultos lendo e escrevendo com frequência, entenderão que essas atividades são importantes e valiosas. Por isso, é fundamental que os adultos sejam modelos positivos para as crianças, mostrando-lhes o prazer da leitura e da escrita. Enfim, à medida que a criança se alfabetiza, a consciência fonológica se desenvolve ambas em uma relação simbiótica que auxilia no aprimoramento das funções cognitivas e no processo de aprendizagem como um todo. Para que as crianças aprendam a ler e escrever, é preciso criar oportunidades para que elas pratiquem essas habilidades.

Principais desafios encontrados no processo de alfabetização

No processo de alfabetização, diversos desafios podem surgir, impactando significativamente o aprendizado dos alunos. Um dos principais está relacionado às dificuldades de aprendizagem, que podem decorrer de questões cognitivas, emocionais ou de desenvolvimento. Além disso, a falta de estímulo e apoio familiar pode ser um obstáculo, prejudicando o desenvolvimento da leitura e escrita, especialmente em ambientes onde o suporte educacional em casa é limitado.

> Desde que nascem são construtoras do conhecimento. No esforço de compreender o mundo que as rodeia, levantam problemas

> muito difíceis e abstratos e tratam, por si próprias, de descobrir respostas para eles. Estão construindo objetos complexos de conhecimento e o sistema de escrita é um deles (Ferreiro, 2000, p. 64)

Crianças em desenvolvimento buscam ativamente aprender sobre seu ambiente, especialmente durante a alfabetização, que exige ensinamentos e mediação adequados. Contudo, muitas escolas enfrentam a escassez de recursos educacionais e desafios na formação docente, o que pode afetar a qualidade do ensino e dificultar a alfabetização.

Problemas como desigualdade socioeconômica intensificam essas dificuldades, especialmente em comunidades carentes com acesso limitado a livros e internet. Adicionam-se desafios como dificuldades na aprendizagem inicial de letras e sons, resistência a mudanças nos métodos de ensino, e necessidades especiais de alunos, que demandam estratégias e recursos específicos. Para superar esses obstáculos, é recomendada uma abordagem adaptativa e inclusiva que envolva a escola e a comunidade, focando na identificação precoce e intervenção nas necessidades dos alunos para promover um processo de alfabetização eficaz.

> O desenvolvimento é caracterizado por um processo de sucessivas equilibrações. O desenvolvimento psíquico começa quando nascemos e segue até a maturidade, sendo comparável ao crescimento orgânico; como

> este, orienta-se, essencialmente, para o equilíbrio (Piaget, 1974, p. 13).

Desde os primeiros instantes de vida, somos impulsionados por uma força motriz interna que nos impulsiona a explorar, aprender e nos adaptar. Com isto, a criança precisa atingir um equilíbrio entre os aspectos externos e internos de sua cognição para que haja o aprendizado. Cada etapa apresenta seus próprios desafios e oportunidades, exigindo do indivíduo a capacidade de se adaptar e encontrar novas formas de interagir com o mundo ao seu redor.

> O Brasil enfrenta um problema preocupante: a diminuição do número de pessoas alfabetizadas funcionalmente. Essa realidade impacta negativamente o desenvolvimento social e econômico do país, pois limita as oportunidades de milhões de brasileiros (Soares, 1995, p. 91).

A alfabetização funcional é um direito fundamental de todos os brasileiros. É essencial que o país se mobilize para garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade que lhes permita desenvolver as habilidades necessárias para serem cidadãos plenos. Ao investir na alfabetização funcional, o Brasil estará investindo em seu futuro.

> A alfabetização funcional transcende a mera capacidade de ler e escrever. Ela representa a

> chave para o desenvolvimento individual e social, capacitando o indivíduo para navegar pelas demandas do seu contexto social e se manter em constante aprendizado ao longo da vida (Soares, 1995, p. 121).

A autora ressalta com isto a importância de estar atento as dificuldades dos alunos dentro de suas individualidades, para poder realizar uma ação assertiva para o avanço e aprendizado integral daquele indivíduo que na sua integralidade perpassa por vários conflitos sociais, existenciais internos, no mesmo instante em que precisa desenvolver o seu cognitivo.

> As falhas no processo de alfabetização dentro da escola podem gerar consequências que vão além da dificuldade em ler e escrever. Elas podem ter um impacto significativo na relação que os alunos desenvolvem com a instituição escolar como um todo (Azenha, 2010, p. 56).

As falhas no processo de alfabetização escolar transcendem a mera dificuldade na leitura e na escrita, lançando sombras sobre a relação do aluno com a instituição de ensino como um todo. Para além dos aspectos didáticos, tais falhas geram consequências complexas e multifacetadas que exigem profunda análise e medidas eficazes. Sobretudo com o método de ensino adequado há o desenvolvimento esperado.

Alguns métodos eficazes no processo da alfabetização

No Brasil, o panorama educacional é marcado pela coexistência de três métodos de ensino predominantes: os métodos sintéticos, os métodos analíticos e os métodos analítico-sintéticos. Cada um deles se caracteriza por uma abordagem particular do processo de ensino-aprendizagem, com vantagens e desvantagens que impactam a forma como o conhecimento é transmitido e assimilado pelos alunos.

> Os métodos sintéticos são os métodos que preveem o início da aprendizagem a partir dos elementos estruturalmente "mais simples", isto é, letras, fonemas ou sílabas, que, através de sucessivas ligações, levam os aprendizes a ler palavras, frases e textos. Ou seja, parte-se das unidades menores (letras, fonemas ou sílabas) para passar a analisar unidades maiores (palavras, frases, textos) (Leal, 2005, p. 19).

Considerado como o método mais rápido de alfabetizar, o método sintético consiste na correspondência entre a fala e a escrita, entre o som e a grafia, estruturando-se dentro da teoria do behaviorismo, insistindo nas correspondências, nele o sistema de ensino inicia nas partes para o todo. Iniciando letra por letra, sílabas, palavras, frases e por fim, a construção dos textos.

Diferentemente o método analítico parte da palavra para o todo, segundo a mesma autora:

> Os métodos analíticos são aqueles que propõem um ensino que parte das unidades significativas da linguagem, isto é, palavras, frases ou pequenos textos, para depois conduzir análise das partes menores que as constituem (letras e sílabas) (Roazzi; Leal; Carvalho, 1996, p. 9).

Os métodos analíticos são uma opção relevante para a alfabetização, pois oferecem aos alunos uma maneira mais significativa e contextualizada de aprender a ler e escrever. No entanto, é importante que o professor esteja ciente dos desafios desses métodos e que os utilize de forma adequada ao perfil de seus alunos.

> A análise das unidades mais simples e elementares das palavras não é feita fora do significado que estas partes contribuem para formar. Estes métodos se fundamentam no fato de que os mecanismos formais da leitura não são necessários nas fases iniciais, podendo até tornarem-se um obstáculo. Nessa abordagem, concebe-se que a habilidade da criança em extrair o sentido do mundo da escrita implicitamente a capacitará a utilizar seus mecanismos (Leal, 2005, p. 21).

Nesse método, a palavra é a parte norteadora do processo de alfabetização, analisando-a em frases, textos e contextos

variados relacionando com outras palavras que possuírem a mesma consciência fônica e escrita. Sendo construído pela leitura da palavra pela palavra, utilizando o método da palavração.

Por fim, o método analítico-sintético:

> Os métodos analítico-sintéticos partem de um processo que começa em um estágio de conhecimento global (palavras, frases, textos), para, logo em seguida, passar a um estágio analítico-sintético, caracterizado pela decomposição das palavras em letras ou em sílabas (Roazzi; Leal; Carvalho, 1996, p. 13-14).

Os métodos analíticos são uma opção relevante para a alfabetização, pois oferecem aos alunos uma maneira mais significativa e contextualizada de aprender a ler e escrever. No entanto, é importante que o professor esteja ciente dos desafios desses métodos e que os utilize de forma adequada ao perfil de seus alunos.

> [...] na prática, é necessário que sejam escolhidas algumas palavras, frases ou textos simples, cuja análise, comparação e síntese, praticadas simultaneamente desde o começo, devem fazer conhecer à criança, na sucessão desejada, os elementos da língua que lhe permitem aprender o mecanismo da leitura (Leal, 2005, p. 24-25).

Nele há o equilíbrio entre a compreensão do significado e a automatização da leitura e da escrita, adapta-se às necessidades individuais dos alunos. No entanto, apresenta complexidade da metodologia, exigindo maior planejamento e preparo do professor.

Nas últimas duas décadas, um grande número de pesquisas revelou um segredo fascinante sobre a aprendizagem da leitura e da escrita: as diferenças individuais no processo de aprendizagem estão intimamente ligadas ao desenvolvimento de habilidades metalinguísticas. Estas que incluem a consciência fonológica (capacidade de identificar e manipular os sons da fala, como rimas, sílabas e fonemas.

Essa habilidade permite que o indivíduo reconheça os sons que compõem as palavras e os combine para formar a pronúncia correta) e a consciência sintática (capacidade de compreender e manipular a estrutura das frases, como a ordem das palavras e a função de cada elemento na frase. Essa habilidade permite que o indivíduo compreenda o significado das frases e construa frases complexas e expressivas).

Os pioneiros desse estudo foram Tunmer, Herriman e Nesdale (1988) Segundo o dado produzido por esses autores, através de um estudo em campo, a consciência fonológica refere-se especificamente com a decodificação na leitura, já a consciência sintática oferece não só para a compreensão da leitura, mas para a decodificação. Explicando a relação entre

consciência sintática e decodificação, estes autores cogitaram a hipótese de crianças que iniciam a leitura, fundamentam- se algumas vezes no contexto para ler uma palavra de difícil decodificação.

Através deste mecanismo compensatório, as crianças mais sensíveis à estrutura da sentença usavam melhor o contexto e progrediam inicialmente com mais facilidade na leitura porque aprendiam as peculiaridades da ortografia do inglês. Com isto o trabalho utilizando a consciência fonológica ou metafonologia, torna-se imprescindível.

> [...] habilidade metalinguística de representação consciente das propriedades fonológicas e das unidades constituintes da fala. A Consciência Fonológica consiste no conhecimento consciente dos sons (fonemas) que compõem as palavras ouvidas e enunciadas. A priori, essa habilidade leva o alfabetizando à segmentação de sequências fonológicas e ortográficas para, posteriormente, compreender o enunciado escrito (Morais, 1989, p. 23).

Temos em nossa atualidade uma crescente no que diz respeito às metodologias ativas, com uma abordagem centrada no aluno, onde o professor se torna o mediador do conhecimento.

As metodologias ativas privilegiam abordagens experienciais, onde os alunos aprendem através da prática, da investigação e da resolução de problemas. Através de atividades

como projetos, simulações, debates e jogos educativos, os alunos são incentivados a explorar, questionar e refletir, construindo um conhecimento sólido e contextualizado.

> Essas metodologias enfatizam a autonomia do estudante na construção do seu conhecimento, diferindo significativamente do ensino tradicional. Neste cenário, o professor atua mais como um facilitador da aprendizagem do que um mero transmissor de conhecimento, promovendo um ambiente que incentiva a curiosidade, a exploração e o pensamento crítico *(*Berbel, 2011, p. 58).

Em contraste com o ensino tradicional, onde o professor detém o monopólio do conhecimento e a sala de aula se transforma em um palco para a transmissão passiva de informações, as metodologias ativas propõem um ambiente dinâmico e interativo, onde os alunos assumem um papel ativo na construção do seu aprendizado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este Trabalho de Conclusão de Curso, em sua metodologia, baseia-se em pesquisas bibliográficas, utilizando uma abordagem qualitativa. Utilizando dos procedimentos metodológicos adotados, buscamos as contribuições de autores que tratam do presente objeto de pesquisa.

Segundo o autor Salamon (2004, p. 78) “a pesquisa bibliográfica está baseada nos conhecimentos formativos através de documentos e livros utilizados para a formação do trabalho científico.”

Com isso, pesquisa bibliográfica fornece ao pesquisador os embasamentos teóricos necessários para sustentar seu estudo. Ao citar autores e obras relevantes, o pesquisador demonstra que seu trabalho está fundamentado em conhecimentos sólidos e reconhecidos pela comunidade científica.

O autor Carvalho (1997, p. 110) acrescenta, “a pesquisa bibliográfica é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informações escritas, para coletar dados gerais e específicos a respeito de determinado tema”.

Logo, ela é um tipo de pesquisa fundamental para o desenvolvimento do conhecimento científico. Ao seguir as etapas e utilizar as ferramentas adequadas, podemos realizar uma pesquisa bibliográfica de qualidade e obter os resultados desejados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo da alfabetização é particular para cada criança e por isso é preciso que o professor esteja atento a suas necessidades para que seja efetiva toda a vivência desse momento de aprendizagem.

Segundo Soares (2014) alfabetização e letramento são duas atividades discerníveis, porém não desvinculadas; pelo contrário, a ótima abordagem seria a alfabetização por meio do letramento, isto é, instruir na habilidade de leitura e escrita dentro do contexto das normas sociais dessas práticas, de maneira que o indivíduo adquira simultaneamente competência na alfabetização.

Ferreiro (2010) afirma que nenhuma metodologia educacional é neutra. Todas estão fundamentadas em uma determinada concepção sobre o processo de aprendizagem e o conteúdo a ser aprendido.

Soares (1995) traz uma realidade bastante preocupante nos dias atuais, a de que o Brasil encara um desafio alarmante: a redução da população com habilidades funcionais de alfabetização. Esta situação exerce um impacto adverso no progresso social e econômico do país, restringindo as oportunidades para milhões de cidadãos brasileiros.

Conforme relata Leal (2005), são 3 métodos principais de alfabetização no contexto tradicionalista. Os métodos sintéticos são aqueles que estabelecem o ponto inicial da aprendizagem a partir dos componentes considerados estruturalmente mais elementares, tais como letras, fonemas ou sílabas. Já os métodos analíticos são aqueles que preconizam um modelo educacional que se inicia a partir das unidades de significância da linguagem, ou seja, palavras, frases ou breves textos, para então proceder à

análise das unidades componentes mais diminutas (letras e sílabas).

Na abordagem analítico-sintética de alfabetização, inicia-se com uma compreensão geral (palavras, frases, textos), evoluindo para a análise e síntese de palavras em letras ou sílabas. Contrastando, a metodologia construtivista, segundo Berbel (2011), enfatiza a autonomia do aluno na construção do conhecimento, com o professor atuando mais como facilitador do que como transmissor de conteúdos. Essa abordagem promove a curiosidade, exploração e pensamento crítico, diferindo do paradigma educacional tradicional.

A alfabetização e o letramento são processos interdependentes, complexos, e necessitam de uma abordagem que considere o contexto social. Há uma preocupação com o déficit de habilidades de alfabetização em alguns contextos e seus efeitos no desenvolvimento socioeconômico. Portanto, é importante selecionar métodos de alfabetização que atendam às necessidades e contextos específicos, ressaltando a importância de uma educação integrada e contextualizada para promover efetivamente a leitura e escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização se configura como um marco fundamental na vida do ser humano, abrindo portas para o

conhecimento, a comunicação e a participação social. No entanto, essa jornada de aprendizagem nem sempre é tranquila, e muitos alunos se deparam com dificuldades que podem comprometer seu desenvolvimento. A superação das dificuldades de aprendizagem na alfabetização exige um esforço conjunto de toda a comunidade escolar, incluindo professores, gestores, pais e alunos. Através da implementação de métodos eficazes, da formação continuada dos profissionais da educação e da promoção de um ambiente inclusivo e acolhedor, podemos garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver suas habilidades de leitura e escrita. Foram apresentados alguns métodos de alfabetização no presente trabalho para a realização do desenvolvimento das habilidades das crianças. Dos quais não existe um que anule o outro, mas sim, um que complementa o outro.

Em sala de aula, os professores podem encontrar várias crianças que conseguem acompanhar o ritmo da aula e atividades e outras que não terão o mesmo desempenho, sendo necessário auxiliar cada uma delas em suas particularidades. A utilização do método mais apropriado para o desenvolvimento daquela criança em sua particularidade irá fazer toda a diferença. Podendo ser positiva ou negativamente.

De modo que as considerações tidas como tradicionalistas são utilizadas até hoje, apesar dos métodos construtivistas, de

modo especial, o das metodologias ativas que no presente está ganhando espaço no meio educacional, ambos geralmente não costumam serem utilizados de forma isaladas, mas em conjunto de modo a obter o melhor resultado.

REFERÊNCIAS

AZENHA, M. G. **Construtivismo**: de Piaget a Emília Ferreiro. 4. ed. São Paulo: Ática, 2010.

BERBEL, N. A. N. "Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem: Revisão Conceitual." **Revista Tecnologia Educacional**, 35(2), p. 58, 2011.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

FERREIRO, Emilia; Teberosk, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Medicas 1985.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FERREIRO, E. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRO, E. **Reflexões Sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GONTIJO, C. M. M. **Alfabetização**: políticas mundiais e movimentos nacionais. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. Disponível em:

https://www.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/ciclo/article/view/741. Acesso em: 20 mar. 2024.

KATO, M. A. **A concepção da escrita pela criança**. Campinas, SP: Pontes, 1994.

LEAL, T. F. **Alfabetização**: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LEÃO, Marjorie Agre. **O uso de jogos como mediadores** da alfabetização/letramento em sala de apoio das séries iniciais. Estudos Linguísticos. São Paulo, v. 44, n. 2, p. 647-656, 2015. Disponível em: https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/1001. Acesso em: 20 mar. 2024

MORAIS, J.; CONTENT, A.; BERTELSON, P.; CARY, L.; KOLINSKY, R. **Is there a critical period for the acquisition of segmental analysis?** Cognitive Neuropsychology, Londres, v. 5, n. 3, 1989.

PIAGET, J. Aprendizagem e Conhecimento. *In*: PIAGET, J.; GRÉCO, P. **Aprendizagem e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

ROAZZI, A.; LEAL, T. F., CARVALHO, M.R. **A questão do método no ensino da leitura e da escrita**. Teresina: APECH, 1996.

SALAMON, L. The Rise of the Nonprofit Sector. **Foreign Affairs**, v. 73, 2004.

SOARES, M. Língua escrita, sociedade e cultura. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, v. 0, p. 5-16, set./dez., 1995.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SOARES, M. **Letramento um tema em três gêneros**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

TUNMER, W.; HERRIMAN, M.; NESDALE, A. Metalinguistic abilities and beginning reading. **Reading Research Quarterly**, n. 23, p. 135, 1988.

A Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN) é credenciada pela Portaria nº 665/MEC, publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 2019. Entre as atividades vinculadas ao ensino superior, a Faculdade oferece serviços acadêmicos da EDITORA FAMEN que objetiva a difusão de conhecimento por meio de e-books, livros impressos, periódicos (revista científica e jornal eletrônico), anais de eventos e repositório institucional, sendo vinculada à Diretoria de Pesquisa da Faculdade.

A EDITORA FAMEN é especializada em publicar conhecimentos relacionados ao campo da educação e a áreas afins por meio de plataforma on-line, como também em formato impresso. O endereço eletrônico para acessar as suas publicações e demais serviços acadêmicos é o www. editorafamen.com.br.

A EDITORA FAMEN realiza edição, difusão e distribuição de produções editoriais seguindo uma Política Editorial qualificada e baseada nas seguintes linhas: acadêmica, técnico-científica, produção didático-pedagógico, produção artístico-literária e cultura popular.

Formato: E-book/PDF
Tipologia: Anton, League Spartan, Tabarra Sans, Labrador e Volkhov

2026 Natal/Rio Grande do Norte

Não encontrando nossos títulos na rede de livros conveniados e informados em nosso site contactar a Editora Faculdade FAMEN:
Tel: (84) 3653-6770 | Site: www.editorafamen.com.br
E-mail: editora@famen.edu.br

O manuscrito eletrônico intitulado “ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO EM FOCO: PRÁTICAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA”, vinculado ao curso de Pedagogia do Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB), por meio da Educação a Distância (EaD), na cidade de Canguaretama I / RN, tem como foco contribuir para a divulgação de resultados de pesquisas científicas na área da Pedagogia. Sistematizado para socializar pesquisas realizadas a partir do ano de 2024, possui caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, ao receber contribuições de diversas áreas e campos de saberes. O manuscrito disponibiliza por meio de versão eletrônica acesso internacional e gratuito para as ideias relacionadas ao campo da educação. O livro “ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO EM FOCO: PRÁTICAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA” possui 10 (dez) capítulos que abordam diversos temas das ciências da educação.

editora FAMEN